



Relatório da
Administração

1T26



Relatório da Administração | 1T26



Lucro Líquido

R\$ 3,1 bilhões no 1T26 – R\$ 6,8 bilhões no 1T25

Resultado da Intermediação Financeira

R\$ 8,0 bilhões no 1T26 – R\$ 13,1 bilhões no 1T25

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

R\$ 16,8 bilhões no 1T26 – R\$ 11,5 bilhões no 1T25

Receita de Prestação de Serviços

R\$ 8,8 bilhões no 1T26 – R\$ 8,4 bilhões no 1T25

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 10,5 bilhões no 1T26 – R\$ 10,0 bilhões no 1T25

Índice de Basileia

14,23 %

Índice de Capital Principal

11,59 %

Em março/26, nossos ativos alcançaram R\$ 2,6 trilhões. A carteira de crédito superou R\$ 1,2 trilhão, com destaque para o segmento de pessoas físicas, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 935,0 bilhões. O Capital Principal foi de 11,59%, adequado para continuar suportando o crescimento da nossa operação.

As receitas de intermediação financeira cresceram 21,2% em relação ao 1T25, refletindo o crescimento das receitas de operação de crédito e do resultado com títulos e valores mobiliários. Já as despesas de intermediação financeira cresceram 34,6% no mesmo período de comparação, fruto tanto do aumento do saldo de captação como da Taxa Média Selic no ano.

As perdas esperadas refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais. Diante desse cenário, implementamos medidas efetivas de enfrentamento, tais como a revisão de fluxos de cobrança, aprimoramento das garantias e priorização de desembolsos conforme a matriz de resiliência.

Além disso, o Banco continuou atuando com proximidade e cumprindo seu propósito junto ao agronegócio. O programa BB Regulariza Dívidas Agro, com base na Medida Provisória nº 1.314/2025, totalizou R\$ 37,9 bilhões, em mais de 73,3 mil de operações.

Com uma plataforma fígital robusta e escalável, que integra canais digitais e presenciais e atende 35,6 milhões de clientes ativos nos canais digitais, entregamos um banco para cada cliente — profundamente digital, estrategicamente completo e essencialmente humano. A inteligência artificial e a análise de dados potencializam a assessoria personalizada, enquanto a proximidade do atendimento humano fortalece o relacionamento e os negócios.

A diversificação das receitas de prestação de serviços, que cresceram 5,5% no comparativo anual, foi favorecida pela administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, demonstrando nossa força comercial e importante sinergia junto às empresas do conglomerado. As Despesas Administrativas cresceram 5,6% ante o 1T25, em linha com a operação, reflexo da recomposição salarial dos funcionários e dos investimentos em tecnologia, inteligência artificial e cibersegurança.

Com isso, o lucro líquido do 1T26 foi de R\$ 3,1 bilhões e o valor adicionado foi de R\$ 11,5 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Em 2026, seguimos trabalhando para reforçar as bases para a perenidade do Banco do Brasil, da gestão disciplinada do crédito à integração fígital, da diversificação das receitas ao investimento contínuo em tecnologia e pessoas, com disciplina na execução estratégica e o compromisso de geração de valor sustentável para os acionistas e para a sociedade.



Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

Nossa carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R\$ 15,1 bilhões com mais de 1,7 milhão de operações e atendendo a mais de 1,2 milhão de trabalhadores em 98,8% dos municípios brasileiros. A atuação do BB reforça seu papel histórico como indutor de políticas de crédito responsáveis e alinhadas ao desenvolvimento econômico e social do país.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 15 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

BB Regulariza Agro

O total das operações realizadas ao longo da vigência da Medida Provisória nº 1.314/25 encerrou março em R\$ 37,9 bilhões em dívidas rurais, contemplando operações de custeio, investimento e CPR. A iniciativa contemplou mais de 73,3 mil operações, beneficiando 25,5 mil produtores rurais, com atuação pautada por rigor técnico, análise individualizada da capacidade de pagamento e da qualidade das garantias. Com isso, apoiamos a recomposição do fluxo de caixa dos clientes e a continuidade da atividade produtiva, reafirmando nosso papel como principal parceiro financeiro do agronegócio.

BB e Visa realizam 1ª operação de e-commerce com agente de IA no país

Em março, avançamos em inovação ao realizar, em parceria com a Visa, a primeira operação de comércio eletrônico com agente autônomo de inteligência artificial no País. A iniciativa estabelece um novo padrão de segurança no e-commerce, ao combinar autenticação biométrica, pagamento com cartão BB tokenizado e uso da tecnologia Click to Pay, com transferência do risco da transação para o emissor. Esse avanço reduz significativamente a incidência de fraudes, melhora a experiência do cliente e fortalece o ecossistema de pagamentos, reforçando nosso protagonismo na antecipação de tendências globais e na evolução tecnológica do comércio digital.

Pix na Argentina

Fortalecemos nossa atuação internacional em meios de pagamento com o lançamento do Pix no exterior, iniciativa pioneira que permite pagamentos presenciais fora do País com a mesma experiência do Pix no Brasil. Implementada inicialmente na Argentina, em parceria com o Banco Patagonia, a solução integra câmbio e pagamentos em um fluxo simples, com débito em reais diretamente da conta do cliente. A iniciativa reforça nosso posicionamento estratégico em inovação, amplia a conveniência para os brasileiros no exterior e consolida a integração regional por meio de parcerias estratégicas, com potencial de expansão para outros mercados.



Agência Modular

Avançamos na modernização da nossa rede de atendimento com a inauguração da nossa primeira Agência Modular. O novo modelo permite implantações mais rápidas, flexíveis e sustentáveis, com módulos pré-fabricados que mantêm a ambiência completa de uma agência, reduzindo prazos, custos e impactos ambientais. A iniciativa amplia nossa capacidade de resposta a demandas locais e situações emergenciais, reforça a proximidade com as comunidades e consolida uma abordagem mais eficiente e inovadora na gestão da rede física do Banco.

Casa Estilo

Em março, inauguramos nossa primeira Casa Estilo, em Belém (PA), voltado ao atendimento de clientes de alta renda. O novo espaço traduz nosso reposicionamento com foco em proximidade, atendimento especializado e experiências qualificadas, integrando o relacionamento humano à conveniência do digital. A iniciativa reforça nossa presença em uma região estratégica e se soma a outros marcos institucionais recentes, contribuindo para a geração de valor do BB Estilo, segmento que apresentou crescimento consistente em base de clientes, volume sob gestão, faturamento de cartões e indicadores de satisfação, além de sustentar nosso plano de expansão para novas praças.

Acionistas

Contamos com uma base de 1,5 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de março, 32,5% das nossas ações em *free float* estavam em poder destes clientes, 17,5% em poder de investidores PJ locais e 50,0% em poder de investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,64% do Ibovespa no primeiro quadrimestre de 2026. No último pregão do mês de março, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 23,00.

Agência Digital PJ

Ampliamos nossa atuação no atendimento digital aos clientes MPE com expansão da Agência Digital PJ para todo país. A iniciativa foi viabilizada por meio da implantação de quatro plataformas localizadas em João Pessoa (PB), Maringá (PR), Uberlândia (MG) e Sorocaba (SP) e capacidade de atendimento estimada em cerca de 88 mil clientes. Com estrutura 100% remota, a Agência Digital PJ realiza atendimentos por meio de chat, videochamada e telefone, combinando conveniência, agilidade e alta qualificação técnica no suporte prestado.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2026, seguimos atuando nas linhas de crédito com fundos garantidores, com foco em operações que apresentem melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas, suportados pelo PEAC-FGI e pelo Pronampe, somaram R\$ 5,0 bilhões no trimestre, crescimento de 33% em relação ao 1T25. Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias, reforçando a qualidade e a sustentabilidade da carteira.



Conforme fato relevante de 19 de janeiro, para o exercício de 2026, foi aprovado payout de 30%. No 1T26, foram distribuídos R\$ 866 milhões em juros sobre o capital próprio (JCP), o que corresponde a R\$ 0,152 por ação.

Em abril, realizamos o BB Day, evento em que a Administração do Banco apresentou as perspectivas sobre a dinâmica dos negócios e o posicionamento estratégico do BB. O evento, realizado em formato híbrido, contou com a presença de investidores, imprensa e analistas e foi transmitido ao vivo pelo canal do BB no Youtube.

Para acessar o evento, acesse o [link aqui](#).

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) é o que traduz nossa visão de futuro, nossas prioridades e nossas escolhas, orientando o posicionamento estratégico da instituição.

Nosso propósito - ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos - e nossos valores orientam comportamentos e consolidam nosso compromisso com a geração de valor para o cliente, parceiros e toda sociedade.

Com horizonte de cinco anos e revisão anual, concebemos a Estratégia Corporativa como um processo contínuo, dinâmico e colaborativo, capaz de se adaptar às transformações do ambiente de negócios e às demandas da sociedade.

Para o ciclo 2026–2030, reforçamos a visão de longo prazo e a construção de avenidas de crescimento, por meio de uma metodologia baseada na reflexão sobre cenários e futuros possíveis, no fortalecimento de nossas capacidades organizacionais e no investimento em inovação e transformação digital.

Nossos direcionadores e objetivos estratégicos seguem cinco princípios norteadores, que refletem escolhas conscientes para assegurar a competitividade e a perenidade do Banco do Brasil:

Gestão financeira inteligente e sustentável

Transformação digital com propósito

Geração de valor e inovação contínua

Atuação em novas arenas de negócios

Governança eficiente e integrada

Nossa cultura é o que nos move e nos conecta. É ela que estimula o aprendizado contínuo, valoriza a diversidade e cria um ambiente de confiança e segurança para as pessoas. São nossos funcionários e colaboradores que transformam a estratégia em realidade, fortalecendo a inovação, a geração de valor e a proximidade com clientes e com a sociedade.

A Governança Corporativa assegura a integridade, a transparência, a equidade, a responsabilização/*accountability* e a sustentabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento - Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação



(Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente/a e Vice-presidentes/as) e demais Diretores estatutários; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme estabelecido no Estatuto Social do BB, art. 18, §7º, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da B3, normas aplicáveis e boas práticas de governança corporativa. O CA possui, além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco.

Tecnologia que Transforma

No primeiro trimestre de 2026, o Banco do Brasil continuou gerando valor para seus clientes, a sociedade e o mercado. Com um parque tecnológico robusto, estamos atentos aos movimentos do mercado, e mantivemos nosso protagonismo: evoluímos nossa forma de trabalhar; investimos em inovação e modernização tecnológica; expandimos a base dos nossos canais digitais e a capacidade de gerar negócios por meio deles, além de ampliarmos o uso de Inteligência Artificial e Analítica. Para além de tudo isso, expandimos a integração com diversos ecossistemas e aperfeiçoamos as nossas soluções de educação financeira e de segurança.

Nova forma de trabalhar

Seguimos evoluindo nossa forma de trabalhar por meio do Movimento de Aceleração Digital que manteve o foco na agilidade, inovação e eficiência operacional. Já são mais de 5 mil pessoas trabalhando com base nesse modelo, abrangendo as diversas unidades estratégicas do Banco e materializando o compromisso institucional de evoluir continuamente a nossa forma de trabalhar. Ao escalar o movimento, o BB fortalece sua capacidade de inovar, atender melhor seus clientes e sustentar seu crescimento de forma perene, potencializando diversas capacidades organizacionais.

Investimentos em inovação e modernização tecnológica

Investimos R\$ 2,2 bilhões em tecnologia somente neste primeiro trimestre e, desde 2016, esse montante já soma R\$ 46,0 bilhões. Esses investimentos contínuos em tecnologia e segurança sustentam uma experiência digital de alta qualidade, permitindo que o cliente utilize nossos serviços onde, quando e como quiser.

Atuamos atentos aos grandes movimentos do mercado, acompanhando tendências de tecnologia e negócios para apoiar a estratégia e a evolução do Banco. Nesse contexto, adotamos uma estratégia inteligente de computação em nuvem, com uma arquitetura híbrida de nuvens públicas e privadas que garante agilidade e escala aos negócios. Soluções como Pix, Open Banking, chatbots e monitoramento de fraudes já operam nesse modelo, com mais de 100 implantações em nuvem por dia. Reforçamos nosso protagonismo ao lançar o Pix no exterior, além de inovar com o BB Cripto, que permite a compra e venda das principais criptomoedas pelo App BB. Avançamos também na modernização das agências, melhorando a conectividade de 97% das cerca de 4 mil unidades do país, fortalecendo a estratégia digital e a integração entre os canais físicos e digitais.



Canais digitais

Os canais digitais — App BB, WhatsApp BB e plataformas web — seguiram como principal eixo de interação com os clientes, respondendo por aproximadamente 94,1% das transações totais realizadas no trimestre. Esse patamar evidencia não apenas maior adoção, mas um uso mais frequente e resolutivo dos serviços digitais, alinhado à preferência dos clientes por conveniência e segurança.

Inteligência Artificial e Analítica: pioneirismo e protagonismo

Seguimos avançando de forma estruturada na consolidação da nossa estratégia de Inteligência Artificial e Dados, reforçando o alinhamento entre diretrizes institucionais, prioridades estratégicas e uma execução orientada a resultados. A adoção dessas tecnologias tem como foco a geração de valor sustentável, apoiada por governança robusta, escala e impacto mensurável nos negócios.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial e a Analítica consolidam-se como alavancas centrais para o aumento da eficiência operacional, a mitigação de riscos, o aprimoramento da experiência dos clientes e a qualificação da tomada de decisão. As iniciativas em produção refletem o amadurecimento do BB na aplicação dessas tecnologias, combinando inovação, disciplina institucional e integração aos processos de negócio, com previsibilidade de resultados, elevados padrões de segurança e aderência regulatória. No primeiro trimestre de 2026, superamos a marca de 2.000 soluções catalogadas, incluindo mais de 1.200 modelos que abrangem IA tradicional, generativa e agentes inteligentes, aplicados a frentes estratégicas como atendimento, crédito, risco e eficiência operacional.

Destaca-se, no período, nosso avanço pioneiro na aplicação de IA agêntica, com o lançamento do

Agente Autônomo de Câmbio, que automatiza, de forma governada, a análise documental e a estruturação de operações, alcançando redução de até 90% no tempo médio de análise, além de ampliar a capacidade operacional e melhorar a experiência do cliente. A solução estabelece referência tecnológica para futuras aplicações de IA autônoma no Banco.

Em paralelo, seguimos fortalecendo um ecossistema integrado de soluções de IA e Analítica, potencializando o uso de dados em larga escala. A Plata.IA consolida-se como plataforma corporativa que democratiza o acesso à inteligência artificial e acelera ganhos de produtividade, enquanto o ModelAI moderniza a modelagem de dados, ampliando eficiência, confiabilidade e escala das iniciativas analíticas. Complementarmente, soluções como o ODIN, voltadas à inteligência relacional, bem como os avanços em encarteiramento com IA e modelos de gestão de risco, ampliam a assertividade das decisões e impulsionam a geração de valor em múltiplas frentes de negócio.

A expansão dessas iniciativas é sustentada por um modelo de governança integrado e em contínua evolução, que assegura transparência, rastreabilidade e aderência regulatória para modelos tradicionais, inteligência artificial generativa e agentes autônomos, reforçando nosso protagonismo na adoção segura, responsável e estratégica dessas tecnologias no sistema financeiro.

Adicionalmente, o AcademIA BB 2026 reafirma nosso compromisso com o futuro do trabalho, ao estruturar a capacitação contínua em Inteligência Artificial ao longo do ano, com foco no uso prático e responsável da IA generativa e agêntica. No 1T26, mais de 41,1 mil funcionários concluíram ao menos um curso das Trilhas de IA e Analytics, totalizando 73,3 mil cursos concluídos, evidenciando o avanço consistente na democratização do conhecimento e



na consolidação de uma cultura orientada por dados e inteligência artificial. Alinhado à Estratégia Corporativa 2026–2030, o programa conecta pessoas, estratégia e negócio, contribuindo para a geração de valor sustentável para clientes, acionistas e a sociedade.

Negócios de Integração

As soluções de Negócios de Integração do BB reforçam a estratégia de ampliar a capilaridade digital por meio da oferta de produtos e serviços em outras plataformas. No primeiro trimestre, os esforços concentraram-se na evolução do Portal Developers BB e na gestão do ecossistema de APIs, com foco em escala, eficiência e experiência. Atualmente, o BB disponibiliza mais de 30 soluções de integração via APIs, atendendo áreas como

meios de pagamento, crédito, seguros, gestão financeira e investimentos, com média mensal de 1,97 bilhão de chamadas nos últimos 12 meses e crescimento contínuo da base de clientes integrados.

Destacam-se também o Shopping BB e o BB Ventures. No primeiro trimestre de 2026, o Shopping BB registrou cerca de 8 milhões de transações, movimentando mais de R\$ 316 milhões em vendas de produtos e serviços não financeiros para 2,9 milhões de clientes. Já o BB Ventures mantém um portfólio de 50 startups investidas, distribuídas em cinco fundos de investimento — três multicotistas e dois exclusivos do Conglomerado BB — fortalecendo a atuação do Banco em inovação e novos negócios.

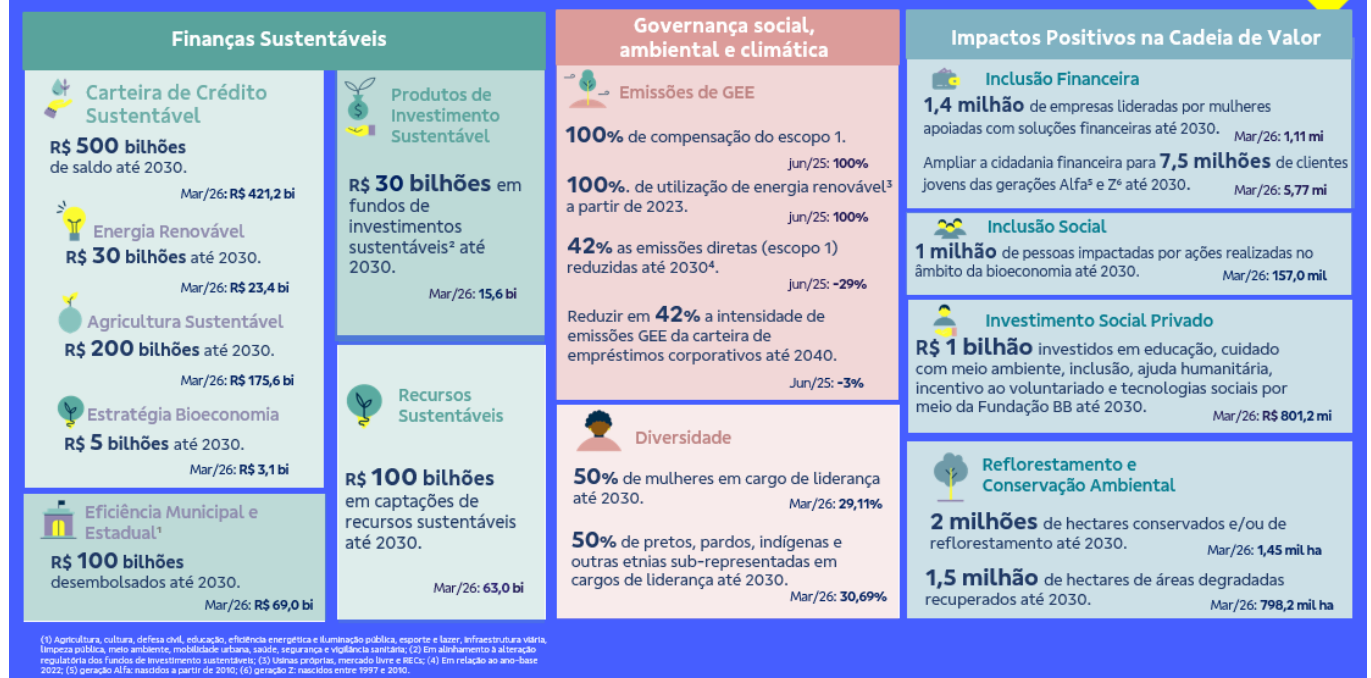
Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança, orientadas à identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 – que estabelecem diretrizes de longo prazo para um mundo mais sustentável – e no Plano de Sustentabilidade do Banco, que orienta a execução das iniciativas e entrega de resultados.

Os Compromissos BB 2030 estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.



Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Captações Sustentáveis

Alcançamos R\$ 45 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG e de operações estruturadas com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Atuamos de forma contínua como um dos protagonistas na mobilização de recursos internacionais voltados ao financiamento da agenda climática, de desenvolvimento econômico e social e ao apoio a atividades com impacto ambiental positivo, em linha com nossa estratégia de sustentabilidade e com os compromissos assumidos no âmbito das finanças sustentáveis.

No 1T26, o destaque nesse eixo das captações sustentáveis foi o início dos desembolsos da Iniciativa de Financiamento Climático, estruturada a partir de operação internacional realizada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A iniciativa é inovadora no

país e tem como objetivo apoiar empresas e produtores rurais na redução de emissões de gases de efeito estufa, por meio do financiamento de investimentos em eficiência energética, tecnologias de baixo carbono e uso de fontes renováveis, com metas e indicadores de desempenho previamente definidos e monitorados. Com a entrada em operação da fase de desembolsos, avançamos na internalização e aplicação dos recursos captados, reforçando o nosso papel como agente financeiro na conversão de funding internacional em crédito produtivo direcionado à agenda climática.

Em relação ao programa Eco Invest Brasil, no 1T26, alcançamos R\$ 3,9 bilhões em contratos, correspondentes a 80% do valor previsto para o primeiro leilão, que direciona recursos para projetos de economia circular, eficiência energética, bioeconomia e infraestrutura verde. Ainda no âmbito do primeiro certame, recebemos o segundo



desembolso de recursos, no montante de R\$ 400 milhões.

Iniciamos, adicionalmente, os estudos e análises de projetos para aplicação dos recursos do segundo leilão, voltado à conversão de pastagens degradadas em áreas produtivas, com foco na produção de alimentos, com mobilização prevista de R\$ 6,8 bilhões. O compromisso assumido é a recuperação de 275 mil hectares ao longo dos 24 meses de aplicação dos recursos.

Por fim, fomos contemplados no terceiro leilão de recursos do Programa, com a captação de R\$ 1 bilhão, vinculada à contrapartida de suporte a investimentos de até R\$ 3 bilhões. Esses recursos serão direcionados ao apoio a startups e à alavancagem de pequenas e médias empresas que atuam nos eixos estratégicos do Eco Invest: transição energética, bioeconomia, economia circular e infraestrutura verde e adaptação.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, em março, o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 421,2 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 7,0% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com foco ambiental e social ou para financiar atividades e segmentos com impacto socioambiental positivo, reforçando o papel do BB no desenvolvimento do país e na construção de um futuro mais sustentável.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A

metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar agricultores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. Nossa abordagem envolve escuta ativa e atendimento personalizado, com forças-tarefas dedicadas a levar serviços bancários a regiões remotas. Combinamos tecnologia e tradição para superar barreiras logísticas e culturais.

Com essa atuação, nos consolidamos como um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 3,1 bilhões destinados a projetos de bioeconomia na Amazônia legal, impactando positivamente mais de 157 mil pessoas.

Além disso, com o propósito de impulsionar negócios no ecossistema corporativo e nos posicionarmos como parceiro estratégico de médias e grandes empresas, oferecemos assessoria especializada e soluções personalizadas que promovem geração de valor sustentável em toda a cadeia produtiva. Ao conectar grandes empresas, MPMEs, cooperativas, produtores rurais e consumidores finais, fortalecemos as relações comerciais entre todos os elos da Cadeia de Valor, por meio de convênios e soluções que ampliam o acesso ao crédito, aumentam a eficiência dos fluxos financeiros e contribuem para maior sustentabilidade das operações.




Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no CD e um no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD). Estabelecemos ainda metas para ampliar a diversidade em toda liderança do Banco.

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:


	mar/25		mar/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Conselho de Administração	4	50%	4	50%
Conselho Diretor	4	44%	4	44%
Diretoria Executiva	9	28%	8	25%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. A modalidade de ingresso no BB é o concurso público e, com relação ao salário-base ou valor de referência definido para o cargo de ingresso, não há diferença na remuneração entre homens e mulheres. Da mesma forma, as verbas vinculadas ao exercício de funções e as verbas pessoais são definidas e calculadas sem distinção entre gênero, sendo a razão entre homens e mulheres de 1 para 1.

Nos quadros a seguir, é possível observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB, bem como a proporção do salário-base mulher/homem.

	mar/25		mar/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	35.242	41%	34.474	41%
Operacional	18.254	45%	17.318	46%
Gerencial	11.308	37%	11.398	37%
Assessoria	4.325	35%	4.291	34%
Especialista	661	38%	746	36%
Técnico	694	53%	721	54%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

Proporção salário -base mulher/homem	mar/25	mar/26
Executivo ¹	1	1
Gerencial	1	1
Técnico	1	1
Operacional	1	1
Assessoria	1	1
Outros	1	1

¹ Inclui os administradores estatutários

Como parte de nossa atuação institucional na agenda de Direitos Humanos e de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), participamos e sediamos o encontro de planejamento 2026–2027 do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) nas Estatais Federais, iniciativa coordenada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O Pacto integra o programa Inova, instituído pelo Decreto nº 12.303/2024, e tem como objetivo promover práticas mais inclusivas nas empresas públicas, bem como ampliar a representatividade de grupos historicamente minorizados.

Reafirmando nosso compromisso com a promoção dos direitos das mulheres e com a equidade de gênero, participamos ativamente da 70ª Comissão sobre a Situação da Mulher, realizada em Nova Iorque, Estados Unidos, integrando discussões voltadas à promoção e ao fortalecimento do acesso à justiça para todas as mulheres e meninas. As discussões abordaram, entre outros temas, o fortalecimento de sistemas jurídicos mais inclusivos



e equitativos, a eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e o enfrentamento de barreiras estruturais para o avanço da equidade de gênero no mundo. Em paralelo, participamos do debate internacional sobre estratégias para prevenir e erradicar o feminicídio, realizado durante a CSW70 e organizado pela Presidência do Brasil e pelas Missões do Brasil e do México junto à Organização das Nações Unidas.

Em nossa sede, realizamos a Roda de Conversa com Clientes MPE – Empreendedoras. A iniciativa teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre a experiência das mulheres empreendedoras no relacionamento com o Banco, a partir da escuta qualificada e direta. Durante o encontro, foram compartilhadas percepções relevantes sobre atendimento, crédito, canais e produtos, contribuindo para a identificação de oportunidades

de aprimoramento da jornada desse público. Reconhecemos o empreendedorismo feminino como um vetor estratégico para o crescimento econômico e a transformação social do país.

Avançando na promoção da inclusão e do respeito à diversidade, implementamos melhorias no cadastro de clientes, ampliando as opções de identidade de gênero para contemplar também pessoas trans e travestis. A medida contribui para a adequada identificação e o atendimento desse público, historicamente o grupo da população LGBTQIAPN+ mais exposto a situações de violência e, portanto, prioritário para ações afirmativas. A autodeclaração de gênero pode ser realizada na rede de agências e, posteriormente, será disponibilizada também no cadastro de funcionários.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Em março, conquistamos o **Prêmio Banking Transformation**, que reconhece práticas inovadoras e transformadoras no setor financeiro, reafirmando a relevância da atuação do Banco do Brasil nas pautas de diversidade, equidade e inclusão. O reconhecimento reflete o avanço consistente nessa agenda estratégica, sustentado por iniciativas como o Fundo BB Ações Diversidade e o apoio direto a projetos de empreendedorismo em comunidades sub-representadas, que ampliam o alcance e a efetividade das ações do Banco. A premiação também evidencia o alinhamento do BB à Agenda 2030 e ao Pacto Global da ONU, consolidando a inclusão como pilar da estratégia corporativa e como vetor essencial para a transformação digital e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.



Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,0 bilhão de créditos tributários não ativados, apresentado na nota explicativa 22 - Tributos (subitem "f"). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente aos nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

**Demonstrações
Contábeis**
31 de março de 2026





Índice

Balço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
1 – O Banco e suas operações	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis	16
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis.....	29
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	32
6 – Informações por segmento	33
7 – Caixa e equivalentes de caixa.....	37
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	38
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	39
10 – Títulos e valores mobiliários	41
11 – Instrumentos financeiros derivativos.....	48
12 – Carteira de crédito.....	55
13 – Outros ativos	73
14 – Investimentos.....	74
15 – Imobilizado	79
16 – Intangível.....	80
17 – Recursos de clientes	82
18 – Recursos de instituições financeiras	85
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	87
20 – Outros passivos.....	89
21 – Provisões e passivos contingentes.....	90
22 – Tributos	94
23 – Patrimônio líquido	97
24 – Receitas de prestação de serviços	103
25 – Despesas Administrativas	104
26 – Outras receitas e outras despesas	105
27 – Partes relacionadas	106
28 – Benefícios a empregados.....	112
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros	122
30 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	127
31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	143
32 – Transferência de ativos financeiros	145
33 – Resultado recorrente e não recorrente	147
34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes	148
35 – Outras informações	150
36 – Eventos subsequentes	153
Relatório do auditor independente	154
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	156
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	157
Membros da Administração	158



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo					
Disponibilidades	7	21.464.374	17.192.762	23.946.939	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		10.494.582	8.297.752	15.801.373	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	10.b	4.158.990	3.669.173	9.440.412	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	6.335.592	4.628.579	6.360.961	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		651.714.300	631.884.974	660.739.749	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	10.c	651.714.300	631.884.974	660.739.749	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.763.899.432	1.655.274.123	1.807.408.860	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	118.584.591	120.016.133	118.584.591	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	297.064.540	187.012.603	298.301.396	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	10.d	73.384.339	72.422.703	81.884.731	82.141.286
Carteira de crédito	12	1.210.031.716	1.204.776.235	1.235.304.143	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	13	64.834.246	71.046.449	73.333.999	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(102.919.022)	(102.776.536)	(104.048.557)	(103.790.491)
Carteira de crédito	12	(97.936.565)	(98.004.759)	(98.752.443)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	9 e 13	(4.982.457)	(4.771.777)	(5.296.114)	(5.051.806)
Ativos fiscais		100.102.907	97.419.480	104.127.395	101.077.006
Correntes		10.054.059	11.548.781	11.093.424	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	22	90.048.848	85.870.699	93.033.971	88.668.550
Investimentos		44.738.999	41.173.368	20.453.000	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	44.627.127	41.064.231	20.311.356	20.388.708
Outros investimentos		144.127	143.790	144.127	143.790
Perdas por redução ao valor recuperável		(32.255)	(34.653)	(2.483)	(6.155)
Imobilizado	15	17.523.537	16.967.411	18.073.325	17.521.224
Imobilizações de uso		28.102.153	27.335.964	28.738.462	27.959.857
Direito de uso		4.548.280	4.377.166	4.853.755	4.680.985
Depreciação acumulada		(15.104.232)	(14.723.055)	(15.493.445)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor recuperável		(22.664)	(22.664)	(25.447)	(25.447)
Intangível	16	11.646.690	11.953.028	11.729.401	12.034.747
Ativos intangíveis		22.582.599	22.251.907	23.160.653	22.811.545
Amortização acumulada		(10.896.376)	(10.259.346)	(11.361.828)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável		(39.533)	(39.533)	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	13	45.329.809	37.388.944	47.962.269	39.815.755
Total do ativo		2.563.995.608	2.414.775.306	2.606.193.754	2.451.620.708
Passivo					
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		6.496.148	4.476.749	6.512.590	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	11	6.496.148	4.476.749	6.512.590	4.474.734
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.276.617.205	2.135.779.671	2.295.828.798	2.149.141.134
Recursos de clientes	17	897.473.419	860.648.320	934.977.009	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	18	884.405.158	755.054.062	863.572.857	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	299.737.221	326.682.384	303.892.571	331.537.120
Outros passivos financeiros	20	195.001.407	193.394.905	193.386.361	192.627.318
Provisões		36.596.342	36.048.625	37.647.460	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	30.529.873	29.455.991	30.951.645	29.889.800
Outras provisões		6.066.469	6.592.634	6.695.815	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31	756.015	789.283	760.523	793.913
Passivos fiscais		17.310.121	16.230.257	20.078.405	21.179.813
Correntes		1.710.558	1.721.395	4.216.882	6.425.409
Diferidos	22	15.599.563	14.508.862	15.861.523	14.754.404
Outros passivos	20	39.699.502	36.862.963	50.426.054	46.727.068
Total do passivo		2.377.475.333	2.230.187.548	2.411.253.830	2.259.515.413
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	4.100.000	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.416.070	1.417.307	1.417.307
Reservas de lucros	23.d	82.221.366	83.087.465	81.486.681	82.301.417
Outros resultados abrangentes	23.h	(19.894.936)	(19.658.517)	(19.894.936)	(19.658.517)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(257.260)	(258.497)	(258.497)
Lucros ou prejuízos acumulados		3.035.035	--	3.035.035	--
Participação dos não controladores	23.i	--	--	5.054.334	4.203.585
Total do patrimônio líquido	23	186.520.275	184.587.758	194.939.924	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido		2.563.995.608	2.414.775.306	2.606.193.754	2.451.620.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Receitas da intermediação financeira		72.422.469	59.344.968	75.071.108	61.919.432
Carteira de crédito	12.b	41.329.731	36.113.509	43.000.221	37.152.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	6.048.095	8.218.419	6.052.171	8.222.818
Títulos e valores mobiliários	10.f	23.173.073	13.704.391	24.251.112	15.238.568
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(916.796)	(1.175.717)	(1.020.500)	(1.199.447)
Aplicações compulsórias	8.b	2.623.582	2.036.017	2.623.582	2.036.017
Outros ativos financeiros		164.784	448.349	164.522	468.676
Despesas da intermediação financeira		(49.856.533)	(36.734.131)	(50.243.641)	(37.314.998)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(23.946.698)	(14.746.304)	(23.372.314)	(14.156.512)
Recursos de clientes	17.c	(18.109.947)	(15.518.763)	(18.987.416)	(16.610.045)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(9.287.108)	(8.473.583)	(9.453.576)	(8.663.989)
Outras despesas de captação	20.b	1.487.220	2.004.519	1.569.665	2.115.548
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(16.650.212)	(11.275.937)	(16.843.154)	(11.486.677)
Carteira de crédito	12.h	(16.473.323)	(11.474.103)	(16.618.829)	(11.525.107)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31.b	33.365	152.216	33.582	168.800
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(210.254)	45.950	(257.907)	(130.370)
Resultado da intermediação financeira		5.915.724	11.334.900	7.984.313	13.117.757
Outras receitas/despesas operacionais		(3.467.149)	(2.624.493)	(3.359.839)	(2.498.012)
Receitas de prestação de serviços	24	4.987.516	4.658.011	8.821.279	8.361.470
Despesas de pessoal	25.a	(6.204.690)	(5.737.466)	(6.781.843)	(6.322.175)
Outras despesas administrativas	25.b	(3.946.914)	(3.719.124)	(3.726.189)	(3.631.345)
Despesas tributárias	22.c	(1.631.641)	(1.547.309)	(2.330.922)	(2.173.423)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	3.836.734	3.806.784	1.793.243	1.758.903
Outras receitas/despesas	26	(508.154)	(85.389)	(1.135.407)	(491.442)
Provisões	21.b	(2.637.946)	(2.825.246)	(2.631.989)	(2.838.360)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.631.712)	(2.813.799)	(2.625.755)	(2.826.913)
Outras		(6.234)	(11.447)	(6.234)	(11.447)
Resultado operacional		(189.371)	5.885.161	1.992.485	7.781.385
Resultado não operacional		141.664	(27.893)	205.798	39.089
Resultado antes dos tributos e participações		(47.707)	5.857.268	2.198.283	7.820.474
Imposto de renda e contribuição Social	22	3.480.615	1.807.031	2.099.299	590.415
Participação de empregados e administradores no lucro		(400.046)	(865.457)	(404.415)	(869.297)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	(803.163)	(769.527)
Lucro líquido		3.032.862	6.798.842	3.090.004	6.772.065
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		3.032.862	6.798.842	3.090.004	6.772.065
Não controladores		--	--	803.163	769.527
Lucro por ação	23.e				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.709.057.927	5.709.128.303		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		0,53	1,19		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	3.032.862	6.798.842	3.090.004	6.772.065
Participação dos acionistas não controladores	--	--	803.163	769.527
Lucro líquido atribuível aos acionistas	3.032.862	6.798.842	3.893.167	7.541.592
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(278.299)	1.190.997	(335.568)	1.033.702
Ganhos/(perdas) não realizados	(350.049)	2.085.402	(329.704)	2.056.214
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(524)	80.203	(132.596)	(122.934)
Efeito tributário	72.274	(974.608)	126.732	(899.578)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	125.461	(111.501)	135.859	12.663
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	38.345	(92.212)	(5.368)	86.536
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	43.135	(28.212)	43.135	(28.212)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	130.975	(20.020)	192.247	(25.262)
Efeito tributário	(86.994)	28.943	(94.155)	(20.399)
Hedge de investimento líquido no exterior	49.259	74.930	49.259	74.930
Ganhos/(perdas) não realizados	89.562	136.235	89.562	136.235
Efeito tributário	(40.303)	(61.305)	(40.303)	(61.305)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(58.781)	(645.758)	(60.151)	(784.709)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(74.059)	124.937	21.203	115.129
Ganhos/(perdas) não realizados	(134.653)	226.549	38.550	206.001
Efeito tributário	60.594	(101.612)	(17.347)	(90.872)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(236.419)	633.605	(189.398)	451.715
Resultado abrangente do período	2.796.443	7.432.447	3.703.769	7.993.307
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	2.796.443	7.432.447	2.853.585	7.405.669
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	850.184	587.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	1.239.832	--	--	1.239.832
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(645.758)	--	--	(645.758)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(15.516)	--	--	(15.516)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	74.930	--	--	74.930
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(2.020)	--	--	(2.020)
Outros		--	--	--	--	(17.863)	--	36.300	18.437
Transações com pagamento baseado em ações		--	4.879	--	--	--	4.381	--	9.260
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	6.798.842	6.798.842
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(2.760.569)	--	--	--	(2.760.569)
Saldos em 31/03/2025		120.000.000	1.415.473	15.221.388	63.640.455	(20.681.572)	(257.665)	(4.695.196)	174.642.883
Mutações do período		--	4.879	--	(2.760.569)	633.605	4.381	6.835.142	4.717.438
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	(381.380)	--	--	(381.380)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(58.781)	--	--	(58.781)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	23.725	--	--	23.725
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	49.259	--	--	49.259
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	839	--	--	839
Outros		--	--	--	--	129.919	--	2.173	132.092
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	3.032.862	3.032.862
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(866.099)	--	--	--	(866.099)
Saldos em 31/03/2026		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.092.388	(19.894.936)	(257.260)	3.035.035	186.520.275
Mutações do período		--	--	--	(866.099)	(236.419)	--	3.035.035	1.932.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	1.239.832	--	--	(37.559)	1.202.273
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(645.758)	--	--	(138.953)	(784.711)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(15.516)	--	--	--	(15.516)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	74.930	--	--	--	74.930
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(2.020)	--	--	104	(1.916)
Outros		--	--	--	--	--	(17.863)	--	36.300	(5.482)	12.955
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.397	--	--	--	4.863	--	--	9.260
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(18.130)	(18.130)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	6.772.065	769.527	7.541.592
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(102.581)	--	(102.581)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(129.358)	--	--	129.358	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(2.760.569)	--	--	--	--	(2.760.569)
Saldos em 31/03/2025		120.000.000	5.100.000	1.416.468	15.221.388	63.104.090	(20.681.572)	(258.660)	(4.695.196)	4.982.887	184.189.405
Mutações do período		--	--	4.397	--	(2.889.927)	633.605	4.863	6.835.142	569.507	5.157.587
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	(381.380)	--	--	(13.049)	(394.429)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(58.781)	--	--	(1.370)	(60.151)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	23.725	--	--	--	23.725
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	49.259	--	--	--	49.259
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	839	--	--	254	1.093
Outros		--	--	--	--	--	129.919	--	2.173	61.186	193.278
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	565	565
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	3.090.004	803.163	3.893.167
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(5.779)	--	(5.779)
Resultado não realizado		--	--	--	--	51.363	--	--	(51.363)	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(866.099)	--	--	--	--	(866.099)
Saldos em 31/03/2026		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	65.357.703	(19.894.936)	(258.497)	3.035.035	5.054.334	194.939.924
Mutações do período		--	--	--	--	(814.736)	(236.419)	--	3.035.035	850.749	2.834.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro líquido		3.032.862	6.798.842	3.090.004	6.772.065
Ajustes ao lucro líquido		10.723.270	5.877.606	14.749.819	8.821.330
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		16.650.212	11.275.937	16.843.154	11.486.677
Depreciações e amortizações		1.419.492	1.036.972	1.460.826	1.071.986
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(3.667.010)	(6.633.734)	(3.930.771)	(7.112.837)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(3.836.734)	(3.806.784)	(1.793.243)	(1.758.903)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(171.399)	(15.741)	(169.690)	(14.242)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	2.637.946	2.825.246	2.631.989	2.838.360
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(1.061.582)	(1.012.174)	(1.061.582)	(1.012.174)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		2.297.304	4.470.492	2.475.992	4.902.711
Resultado dos não controladores		--	--	803.163	769.527
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.480.615)	(1.807.031)	(2.099.299)	(590.415)
Outros ajustes		(64.344)	(455.577)	(410.720)	(1.759.360)
Lucro líquido ajustado		13.756.132	12.676.448	17.839.823	15.593.395
Variações Patrimoniais		877.842	29.900.086	2.779.589	32.073.345
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		2.431.540	3.082.273	2.431.540	3.082.273
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(112.035.689)	14.632.220	(111.969.581)	14.393.679
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(489.876)	(12.077.896)	(1.820.239)	(15.416.601)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		361.645	1.085.071	383.638	1.101.458
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(22.284.618)	(17.265.912)	(22.503.609)	(16.012.707)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		4.935.653	2.191.848	(3.658.765)	(6.400.993)
(Aumento) Redução em outros ativos		(15.643.304)	(11.329.668)	(7.369.891)	(5.584.422)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(72.121)	(1.542.124)	(2.707.490)	(5.040.874)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		39.750.126	(4.529.213)	39.964.587	(5.970.029)
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		130.590.351	25.080.445	137.762.632	32.286.717
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(23.428.700)	20.648.334	(24.188.186)	19.517.316
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(7.826.819)	(1.101.245)	(9.253.220)	4.233.368
(Redução) Aumento em outros passivos		4.589.654	11.025.953	5.708.173	11.884.160
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		14.633.974	42.576.534	20.619.412	47.666.740
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(46.410.495)	(106.319.649)	(48.006.769)	(113.002.831)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		35.870.961	61.760.481	37.026.571	69.421.747
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		--	(11.648.340)	(635.359)	(13.097.167)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		119.651	168.815	2.476.516	168.815
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		8.465.648	7.011.815	1.806.712	3.586.758
Aquisição de imobilizado de uso		(1.076.675)	(799.701)	(1.097.887)	(816.685)
Alienação de imobilizado de uso		3.536	9.845	3.586	6.854
Aquisição de intangíveis		(441.257)	(897.866)	(444.600)	(898.652)
Aporte de capital na Broto S.A.		(9.000)	--	(9.000)	--
Alienação da participação na Cadam S.A.		39.804	--	39.804	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.437.827)	(50.714.600)	(8.840.426)	(54.631.161)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(3.624.702)	5.607.019	(3.624.702)	5.607.019
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(1.634.422)	(1.429.575)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.635.144)	(3.584.289)	(1.635.144)	(3.584.289)
Liquidação de arrendamentos		(351.138)	(382.433)	(351.138)	(382.433)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.610.984)	1.640.297	(7.245.406)	210.722
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.585.163	(6.497.769)	4.533.580	(6.753.699)
Início do período		58.474.875	81.150.329	59.635.525	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.297.304)	(4.470.492)	(2.475.992)	(4.902.711)
Fim do período		61.762.734	70.182.068	61.693.113	71.510.833
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.585.163	(6.497.769)	4.533.580	(6.753.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo			Consolidado		
		1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025		1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	
Receitas		57.755.338	49.788.514		63.487.635	55.503.512	
Receitas da intermediação financeira		72.422.469	59.344.968		75.071.108	61.919.432	
Receitas de prestação de serviços		4.987.516	4.658.011		8.821.279	8.361.470	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(16.650.212)	(11.275.937)		(16.843.154)	(11.486.677)	
Outras receitas/(despesas)		(3.004.435)	(2.938.528)		(3.561.598)	(3.290.713)	
Despesas da intermediação financeira		(49.856.533)	(36.734.131)		(50.243.641)	(37.314.998)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.334.211)	(2.202.795)		(2.069.434)	(2.077.028)	
Materiais, água, energia e gás	25	(113.102)	(122.098)		(119.673)	(132.192)	
Serviços de terceiros	25	(192.927)	(207.521)		(93.200)	(136.970)	
Comunicações	25	(88.523)	(110.225)		(105.839)	(127.389)	
Processamento de dados	25	(637.996)	(535.242)		(446.591)	(409.974)	
Transporte	25	(14.051)	(23.223)		(19.110)	(39.075)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(377.093)	(349.934)		(385.156)	(358.150)	
Serviços do sistema financeiro	25	(99.681)	(117.121)		(126.766)	(148.610)	
Propaganda e publicidade	25	(97.220)	(102.117)		(106.139)	(111.159)	
Manutenção e conservação de bens	25	(316.864)	(330.801)		(226.650)	(226.389)	
Outras		(396.754)	(304.513)		(440.310)	(387.120)	
Valor Adicionado Bruto		5.564.594	10.851.588		11.174.560	16.111.486	
Despesas de amortização/depreciação		(1.419.492)	(1.036.972)		(1.460.826)	(1.071.986)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		4.145.102	9.814.616		9.713.734	15.039.500	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.836.734	3.806.784		1.793.243	1.758.903	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		3.836.734	3.806.784		1.793.243	1.758.903	
Valor Adicionado a Distribuir		7.981.836	13.621.400	100,00%	11.506.977	16.798.403	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		7.981.836	13.621.400	100,00%	11.506.977	16.798.403	100,00%
Pessoal		5.990.692	6.072.319	75,05%	6.537.601	6.616.031	39,39%
Salários e honorários		2.903.649	3.477.023		3.306.714	3.882.636	
Participação de empregados e administradores no lucro		400.046	865.457		404.415	869.297	
Benefícios e treinamentos		1.317.128	1.027.125		1.390.911	1.086.262	
FGTS		220.713	206.984		229.960	216.775	
Outros encargos		1.149.156	495.730		1.205.601	561.061	
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.102.774)	431.130	-13,82%	1.012.435	2.318.697	13,80%
Federais		(1.395.138)	149.160		391.567	1.752.303	
Estaduais		503	463		503	463	
Municipais		291.861	281.507		620.365	565.931	
Remuneração de Capitais de Terceiros		61.056	319.109	0,77%	63.774	322.083	1,92%
Aluguéis	25	61.056	319.109		63.774	322.083	
Remuneração de Capitais Próprios		3.032.862	6.798.842	38,00%	3.893.167	7.541.592	44,89%
Juros sobre capital próprio da União		433.050	1.380.285		433.050	1.380.285	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		433.049	1.380.284		433.049	1.380.284	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--		5.779	102.581	
Lucro retido		2.166.763	4.038.273		2.218.126	3.908.915	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--		803.163	769.527	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 12/05/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	% de Participação	
				31/03/2026	31/12/2025
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%

1 - Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

2 - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram promovidas, de forma voluntária, alterações na evidenciação do resultado de variação cambial na Demonstração do Resultado, com vistas a melhor refletir a essência econômica das transações dentro do Resultado de intermediação financeira.

Em conformidade com o CPC 23, os saldos comparativos foram reapresentados de forma retrospectiva. Consequentemente, foram ajustados os valores correspondentes na Demonstração do Valor Adicionado e nas respectivas notas explicativas.

Demonstração do Resultado

1º Trimestre/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Receitas da intermediação financeira	61.983.104	(2.638.136)	59.344.968	64.566.016	(2.646.584)	61.919.432
Carteira de crédito	35.952.497	161.012	36.113.509	36.991.788	161.012	37.152.800
Outros ativos financeiros	3.247.497	(2.799.148)	448.349	3.276.272	(2.807.596)	468.676
Despesas da intermediação financeira	(39.372.267)	2.638.136	(36.734.131)	(39.961.582)	2.646.584	(37.314.998)
Recursos de instituições financeiras	(16.934.235)	2.187.931	(14.746.304)	(16.380.056)	2.223.544	(14.156.512)
Recursos de clientes	(13.330.832)	(2.187.931)	(15.518.763)	(14.386.501)	(2.223.544)	(16.610.045)
Outras despesas de captação	(633.617)	2.638.136	2.004.519	(531.036)	2.646.584	2.115.548



f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge)	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis no período atual

g.1) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá elaborar e divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais. A norma também determina que a divulgação no primeiro ano deve ocorrer em até 180 dias da data-base (30/06/2027).



Normas aplicáveis em períodos futuros

g.2) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

Embora vigente desde 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/2021 contempla dispositivos com aplicação diferida e regimes transitórios, cujos efeitos para o Banco convergem para 1º de janeiro de 2027, conforme descrito a seguir:

(i) Contabilização de hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de contabilização de hedge a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme disposto no art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(ii) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

Até 31 de dezembro de 2026, o Banco utiliza a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros reestruturados, passando a observar o tratamento definitivo previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme faculta o art. 71-A.

g.3) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

g.4) Resolução CMN nº 5.281, de 26 de fevereiro de 2026

A norma estabelece critérios relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos virtuais. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo e no modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Reflete a forma como o Banco gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Com base nessa avaliação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, conforme os fluxos de caixa resultem de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Critério SPPJ (somente pagamento de principal e juros): Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos atendem ao critério SPPJ sobre o valor do principal em aberto. Caso os fluxos de caixa não atendam ao critério SPPJ, o ativo será classificado ao valor justo no resultado.

Reclassificação: Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.



c.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. São apresentados a valor presente, refletindo a aplicação da taxa efetiva de juros. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco adota metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste em:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.



Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) – Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades designados irrevogavelmente no reconhecimento inicial, desde que os ativos não sejam geridos no modelo de negócios cujo objetivo principal seja gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR) – Incluem ativos financeiros que não atendam aos critérios das demais categorias. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas

c.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.



Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

e) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.



A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação. Engloba também, ativos que apresentem atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados neste estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superiores a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (para carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.



O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. A classificação no estágio 3 somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic real, a taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Aumento significativo no risco de crédito – O aumento significativo no risco de crédito (ASR) compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação), agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte. Na ocorrência do ASR em relação ao reconhecimento inicial, ocorre migração do estágio 1 para o estágio 2.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento (“PD” – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva “Forward Looking”).

Perda dado o descumprimento (“LGD” – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte, entre outras.

Exposição no momento de descumprimento (“EAD” – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

g) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

O Banco não reconhece, no resultado do período, receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022 e definição do Banco, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não puderam ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas foram adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.



Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a:

- desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e
- softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.



Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso - Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

Banco como arrendador – Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de suas subsidiárias.



l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outros:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais, são mensurados a valor presente quando o efeito do desconto é relevante, considerando a melhor estimativa de desembolso.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.



q) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 33.

s) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando os serviços são prestados ou disponibilizados aos clientes, por valor que reflete a contraprestação que se espera receber, de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho. As receitas relativas a serviços prestados ao longo do tempo são reconhecidas de forma linear durante a vigência dos contratos, enquanto aquelas relacionadas a serviços ou eventos específicos são reconhecidas quando da sua ocorrência.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: administração de fundos; comissões de seguros, previdência e capitalização; conta corrente; taxa de administração de consórcio; rendas de cartões; cobrança; e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.f, 9, 10, 12, 13 e 31.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.



c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.



f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Trimestre/2026		1º Trimestre/2025	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	84.519.149	5.026.637	73.021.133	2.468.035
Receitas da intermediação financeira	70.598.623	4.472.485	60.040.321	1.879.111
Carteira de crédito	40.284.081	2.716.140	37.328.918	(176.118)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.561.649	490.522	7.660.799	562.019
Títulos e valores mobiliários	22.931.611	1.319.501	13.574.531	1.664.037
Instrumentos financeiros derivativos	(966.880)	(53.620)	(1.144.831)	(54.616)
Aplicações compulsórias	2.623.582	--	2.036.017	--
Outros ativos financeiros	164.580	(58)	584.887	(116.211)
Outras receitas	13.920.526	554.152	12.980.812	588.924
Receitas de prestação de serviços	8.458.674	362.605	7.949.618	411.852
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.793.243	--	1.758.903	--
Demais receitas	3.668.609	191.547	3.272.291	177.072
Ativo não-circulante¹	49.907.565	348.161	42.282.517	266.818

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Trimestre/2026								
	Informações Gerenciais por Segmento								
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado	
Receitas da intermediação financeira	74.970.118	38.590	120.240	62.852	113.173	260.433	(494.298)	75.071.108	
Carteira de crédito	43.003.294	--	--	--	--	--	(3.073)	43.000.221	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.113.085	245	89.185	--	95.462	227.878	(473.684)	6.052.171	
Títulos e valores mobiliários	24.096.765	27.483	31.168	62.852	17.830	32.555	(17.541)	24.251.112	
Instrumentos financeiros derivativos	(1.031.362)	10.862	--	--	--	--	--	(1.020.500)	
Aplicações compulsórias	2.623.582	--	--	--	--	--	--	2.623.582	
Outros ativos financeiros	164.754	--	(113)	--	(119)	--	--	164.522	
Despesas da intermediação financeira	(50.752.872)	(87.320)	--	--	--	(179.937)	776.488	(50.243.641)	
Recursos de instituições financeiras	(24.043.938)	(87.320)	--	--	--	(3)	758.947	(23.372.314)	
Recursos de clientes	(18.987.416)	--	--	--	--	--	--	(18.987.416)	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(9.291.183)	--	--	--	--	(162.393)	--	(9.453.576)	
Outras despesas de captação	1.569.665	--	--	--	--	(17.541)	17.541	1.569.665	
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16.799.785)	315	--	--	--	(43.684)	--	(16.843.154)	
Outras receitas	9.284.036	172.234	1.069.356	2.946.501	369.471	1.920.724	(1.287.644)	14.474.678	
Receitas de prestação de serviços	5.309.261	79.396	1.067.168	1.419.949	11.504	1.500.796	(566.795)	8.821.279	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	253.687	1.400	--	1.231.909	306.247	--	--	1.793.243	
Demais receitas	3.721.088	91.438	2.188	294.643	51.720	419.928	(720.849)	3.860.156	
Outras despesas	(16.847.350)	(100.239)	(212.602)	(400.091)	(76.821)	(997.070)	1.005.454	(17.628.719)	
Despesas de pessoal	(6.548.781)	(10.636)	(42.412)	(23.752)	(893)	(157.126)	1.757	(6.781.843)	
Outras despesas administrativas	(2.670.208)	(7.879)	(23.496)	(16.722)	(272)	(105.330)	558.544	(2.265.363)	
Amortização	(718.520)	--	--	(31)	--	(1.139)	--	(719.690)	
Depreciação	(714.915)	--	--	--	--	(26.221)	--	(741.136)	
Despesas tributárias	(1.831.856)	(8.575)	(76.952)	(183.857)	(10.427)	(219.255)	--	(2.330.922)	
Demais despesas	(4.363.070)	(73.149)	(69.742)	(175.729)	(65.229)	(487.999)	445.153	(4.789.765)	
Provisões	(2.642.308)	(5.104)	21.931	287	(29)	(6.766)	--	(2.631.989)	
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.636.074)	(5.104)	21.931	287	(29)	(6.766)	--	(2.625.755)	
Outras	(6.234)	--	--	--	--	--	--	(6.234)	
Resultado antes dos tributos e participações	(2.788.161)	18.476	998.925	2.609.549	405.794	953.700	--	2.198.283	
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.301.519	(7.031)	(398.143)	(465.616)	(31.716)	(299.714)	--	2.099.299	
Participação de empregados e administradores no lucro	(400.046)	(379)	(858)	--	--	(3.132)	--	(404.415)	
Participação dos não controladores	(123.590)	--	--	(680.585)	--	1.012	--	(803.163)	
Lucro líquido	(10.278)	11.066	599.924	1.463.348	374.078	651.866	--	3.090.004	
Saldos patrimoniais									
Aplicações interfinanceiras de liquidez	301.912.778	--	1.840.516	6.068.871	1.013.043	8.089.281	(20.623.093)	298.301.396	
Títulos e valores mobiliários	746.780.049	2.537.891	587.386	1.414.518	505.086	866.417	(626.455)	752.064.892	
Carteira de crédito	1.235.386.236	--	--	--	--	--	(82.093)	1.235.304.143	
Investimentos	30.818.248	1.166.229	--	8.052.020	5.175.316	--	(24.758.813)	20.453.000	
Demais Ativos	288.410.119	1.781.395	591.288	3.506.657	3.870.019	7.783.875	(5.873.030)	300.070.323	
Total do ativo	2.603.307.430	5.485.515	3.019.190	19.042.066	10.563.464	16.739.573	(51.963.484)	2.606.193.754	
Passivo	2.413.851.579	4.706.042	990.049	6.961.987	259.087	13.205.090	(28.720.004)	2.411.253.830	
Recursos de clientes	935.070.720	--	--	--	--	--	(93.711)	934.977.009	
Recursos de instituições financeiras	880.261.116	3.934.834	--	--	--	82.093	(20.705.186)	863.572.857	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	295.815.751	--	--	--	--	8.581.389	(504.569)	303.892.571	
Provisões	36.983.367	157.327	14.970	56.786	671	435.524	(1.185)	37.647.460	
Demais Passivos	265.720.625	613.881	975.079	6.905.201	258.416	4.106.084	(7.415.353)	271.163.933	
Patrimônio líquido	189.455.851	779.473	2.029.141	12.080.079	10.304.377	3.534.483	(23.243.480)	194.939.924	
Total do passivo e patrimônio líquido	2.603.307.430	5.485.515	3.019.190	19.042.066	10.563.464	16.739.573	(51.963.484)	2.606.193.754	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	61.744.890	171.415	87.311	54.178	129.750	190.003	(458.115)	61.919.432
Carteira de crédito	37.156.110	--	--	--	--	--	(3.310)	37.152.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.274.596	159	80.600	--	129.546	192.722	(454.805)	8.222.818
Títulos e valores mobiliários	15.003.149	176.789	6.967	54.178	204	(2.719)	--	15.238.568
Instrumentos financeiros derivativos	(1.193.914)	(5.533)	--	--	--	--	--	(1.199.447)
Aplicações compulsórias	2.036.017	--	--	--	--	--	--	2.036.017
Outros ativos financeiros	468.932	--	(256)	--	--	--	--	468.676
Despesas da intermediação financeira	(37.732.022)	(51.798)	--	--	--	(185.121)	653.943	(37.314.998)
Recursos de instituições financeiras	(14.758.657)	(51.798)	--	--	--	--	653.943	(14.156.512)
Recursos de clientes	(16.610.045)	--	--	--	--	--	--	(16.610.045)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(8.478.868)	--	--	--	--	(185.121)	--	(8.663.989)
Outras despesas de captação	2.115.548	--	--	--	--	--	--	2.115.548
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.424.386)	(23.582)	--	--	--	(38.709)	--	(11.486.677)
Outras receitas	8.609.722	152.639	978.696	2.718.469	452.830	1.693.688	(1.036.308)	13.569.736
Receitas de prestação de serviços	5.029.438	103.869	975.670	1.400.921	11.131	1.297.393	(456.952)	8.361.470
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	266.412	(7.538)	--	1.109.080	390.949	--	--	1.758.903
Demais receitas	3.313.872	56.308	3.026	208.468	50.750	396.295	(579.356)	3.449.363
Outras despesas	(15.340.787)	(49.980)	(160.832)	(358.397)	(63.085)	(896.058)	840.480	(16.028.659)
Despesas de pessoal	(6.093.596)	(9.741)	(39.080)	(22.204)	(1.199)	(157.994)	1.639	(6.322.175)
Outras despesas administrativas	(2.829.754)	(12.242)	(21.281)	(36.483)	(269)	(125.214)	465.884	(2.559.359)
Amortização	(636.759)	--	--	(29)	--	(1.083)	--	(637.871)
Depreciação	(412.969)	--	--	--	--	(21.146)	--	(434.115)
Despesas tributárias	(1.719.149)	(16.072)	(69.083)	(177.695)	(11.269)	(180.155)	--	(2.173.423)
Demais despesas	(3.648.560)	(11.925)	(31.388)	(121.986)	(50.348)	(410.466)	372.957	(3.901.716)
Provisões	(2.829.245)	(4.100)	(661)	(1.241)	(5)	(3.108)	--	(2.838.360)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.817.798)	(4.100)	(661)	(1.241)	(5)	(3.108)	--	(2.826.913)
Outras	(11.447)	--	--	--	--	--	--	(11.447)
Resultado antes dos tributos e participações	3.028.172	194.594	904.514	2.413.009	519.490	760.695	--	7.820.474
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.767.398	(88.574)	(360.985)	(443.880)	(41.798)	(241.746)	--	590.415
Participação de empregados e administradores no lucro	(865.457)	--	(848)	(582)	--	(2.410)	--	(869.297)
Participação dos não controladores	(142.731)	--	--	(624.884)	--	(1.912)	--	(769.527)
Lucro líquido	3.787.382	106.020	542.681	1.343.663	477.692	514.627	--	6.772.065
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	365.504.728	--	1.781.598	4.906.047	2.808.847	8.135.181	(19.575.564)	363.560.837
Títulos e valores mobiliários	519.795.738	1.375.661	514.786	1.840.732	713	820.628	(774.674)	523.573.584
Carteira de crédito	1.140.614.951	--	--	--	--	--	(189.585)	1.140.425.366
Investimentos	26.814.010	1.093.228	--	7.738.923	3.664.201	--	(20.832.823)	18.477.539
Demais Ativos	363.415.245	1.389.978	488.033	3.387.140	3.986.494	9.011.798	(6.724.034)	374.954.654
Total do ativo	2.416.144.672	3.858.867	2.784.417	17.872.842	10.460.255	17.967.607	(48.096.680)	2.420.991.980
Passivo	2.237.971.279	2.940.138	811.902	6.789.131	199.270	13.860.156	(25.769.301)	2.236.802.575
Recursos de clientes	865.051.201	--	--	--	--	--	(78.819)	864.972.382
Recursos de instituições financeiras	766.817.455	2.323.464	--	--	--	189.585	(19.765.149)	749.565.355
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	339.975.340	--	--	--	--	10.057.413	--	350.032.753
Provisões	31.851.292	121.117	33.404	54.088	339	440.440	(1.847)	32.498.833
Demais Passivos	234.275.991	495.557	778.498	6.735.043	198.931	3.172.718	(5.923.486)	239.733.252
Patrimônio líquido	178.173.393	1.972.515	1.972.515	11.083.711	10.260.985	4.107.451	(22.327.379)	184.189.405
Total do passivo e patrimônio líquido	2.416.144.672	3.858.867	2.784.417	17.872.842	10.460.255	17.967.607	(48.096.680)	2.420.991.980



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	21.464.374	17.192.762	23.946.939	19.737.849
Disponibilidades em moeda nacional	13.005.634	10.238.077	13.011.002	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.458.740	6.954.685	10.935.937	9.498.403
Depósitos no Banco Central do Brasil	999.999	--	999.999	--
Aplicações voluntárias no Banco Central	999.999	--	999.999	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	39.298.361	41.282.113	36.746.175	39.897.676
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.411.843	285.257	1.411.843	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.886.518	40.996.856	35.334.332	39.583.823
Total	61.762.734	58.474.875	61.693.113	59.635.525

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo	54.855.645	53.187.224	54.855.645	53.187.224
Depósitos de poupança	41.065.721	42.454.209	41.065.721	42.454.209
Depósitos à vista	17.909.384	20.349.251	17.909.384	20.349.251
Conta de pagamento instantâneo	3.604.463	3.843.247	3.604.463	3.843.247
Aplicações voluntárias no Banco Central	999.999	--	999.999	--
Depósitos de moeda eletrônica	149.379	182.202	149.379	182.202
Total	118.584.591	120.016.133	118.584.591	120.016.133

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	1.804.128	1.226.074	1.804.128	1.226.074
Depósitos de poupança	819.454	809.943	819.454	809.943
Total	2.623.582	2.036.017	2.623.582	2.036.017



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	206.718.268	128.120.273	207.001.912	128.352.536
Re vendas a liquidar - posição bancada	2.046.655	1.138.774	2.330.299	1.383.241
Títulos públicos federais - no país	--	--	--	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	2.046.655	1.138.774	2.143.680	1.168.051
Outros títulos no exterior	--	--	186.619	199.190
Re vendas a liquidar - posição financiada	204.671.613	126.981.499	204.671.613	126.969.295
Títulos públicos federais - no país	204.671.613	126.981.499	204.671.613	126.965.499
Outros títulos	--	--	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	90.346.272	58.892.330	91.299.484	61.130.780
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	297.064.540	187.012.603	298.301.396	189.483.316
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(23.882)	(18.626)	(24.191)	(18.797)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(23.882)	(18.626)	(23.948)	(18.634)
Aplicações em operações compromissadas	--	--	(243)	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	297.040.658	186.993.977	298.277.205	189.464.519

1 - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 6.209.265 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas	6.252.045	9.820.877	6.283.817	9.825.144
Posição financiada	6.237.783	9.820.664	6.237.783	9.820.664
Posição bancada	14.262	213	46.034	4.480
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.182.447	856.312	1.154.751	856.444
Variação cambial	(1.386.397)	(2.458.770)	(1.386.397)	(2.458.770)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.048.095	8.218.419	6.052.171	8.222.818
(Constituição)/reversão de perda esperada	(5.767)	(1.265)	(5.912)	(6.205)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.042.328	8.217.154	6.046.259	8.216.613



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

31/03/2026	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	206.718.268	--	--	206.718.268
Aplicações em depósitos interfinanceiros	90.346.272	--	--	90.346.272
Total	297.064.540	--	--	297.064.540
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(23.882)	--	--	(23.882)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	297.040.658	--	--	297.040.658

31/12/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	--	--	128.120.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.892.330	--	--	58.892.330
Total	187.012.603	--	--	187.012.603
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.626)	--	--	(18.626)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	186.993.977	--	--	186.993.977

31/03/2026	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	207.001.912	--	--	207.001.912
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.299.484	--	--	91.299.484
Total	298.301.396	--	--	298.301.396
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(24.191)	--	--	(24.191)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	298.277.205	--	--	298.277.205

31/12/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.352.536	--	--	128.352.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	--	--	61.130.780
Total	189.483.316	--	--	189.483.316
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.797)	--	--	(18.797)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	189.464.519	--	--	189.464.519



10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Valor justo no resultado	4.158.990	3.669.173	9.440.412	7.620.302
Valor justo em outros resultados abrangentes	651.714.300	631.884.974	660.739.749	640.022.346
Custo amortizado	73.384.339	72.422.703	81.884.731	82.141.286
Total	729.257.629	707.976.850	752.064.892	729.783.934

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	31/03/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	4.166.121	(4.738)	(2.441)	4.158.942
Títulos públicos federais	3.581.816	8.082	--	3.589.898
Títulos privados de entidades não financeiras	584.305	(12.820)	(2.441)	569.044
Instrumentos de patrimônio	28	20	--	48
Cotas de fundos de investimento	28	20	--	48
Total	4.166.149	(4.718)	(2.441)	4.158.990

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	3.669.768	1.059	(1.722)	3.669.105
Títulos públicos federais	3.145.059	961	--	3.146.020
Títulos privados de entidades não financeiras	524.709	98	(1.722)	523.085
Instrumentos de patrimônio	60	8	--	68
Cotas de fundos de investimento	60	8	--	68
Total	3.669.828	1.067	(1.722)	3.669.173

Consolidado	31/03/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	8.241.359	113.751	(4.306)	8.350.804
Títulos públicos federais	4.114.604	7.161	--	4.121.765
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	802.331	223.045	--	1.025.376
Títulos privados de instituições financeiras	39.234	(1.259)	--	37.975
Títulos privados de entidades não financeiras	3.285.190	(115.196)	(4.306)	3.165.688
Instrumentos de patrimônio	1.002.886	86.722	--	1.089.608
Ações	157.478	78	--	157.556
Cotas de fundos de investimento	845.408	86.644	--	932.052
Total	9.244.245	200.473	(4.306)	9.440.412

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.647.486	38.810	(3.902)	6.682.394
Títulos públicos federais	3.560.060	816	--	3.560.876
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	--	251.142
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	(55)	--	28.526
Títulos privados de entidades não financeiras	2.854.343	(8.591)	(3.902)	2.841.850
Instrumentos de patrimônio	849.303	88.605	--	937.908
Ações	131.593	89	--	131.682
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	717.710	88.516	--	806.226
Total	7.496.789	127.415	(3.902)	7.620.302



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	31/03/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	650.915.066	(1.667.813)	(5.341)	649.241.912
Títulos públicos federais	642.100.716	(1.437.753)	--	640.662.963
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.016.896	(96.271)	(1.690)	3.918.935
Títulos privados de instituições financeiras	1.879.831	813	(2.106)	1.878.538
Títulos privados de entidades não financeiras	2.917.623	(134.602)	(1.545)	2.781.476
Instrumentos de patrimônio ¹	2.145.500	326.888	--	2.472.388
Ações	125.582	178.148	--	303.730
Cotas de fundos de investimento	2.019.918	148.740	--	2.168.658
Total	653.060.566	(1.340.925)	(5.341)	651.714.300

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	631.206.760	(1.600.962)	(5.265)	629.600.533
Títulos públicos federais	622.475.348	(1.454.257)	--	621.021.091
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	(72.644)	(1.763)	4.197.734
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	26.593	(1.571)	1.370.951
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.342	(100.654)	(1.931)	3.010.757
Instrumentos de patrimônio ¹	2.000.760	283.681	--	2.284.441
Ações	118.257	150.807	--	269.064
Cotas de fundos de investimento	1.882.503	132.874	--	2.015.377
Total	633.207.520	(1.317.281)	(5.265)	631.884.974

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/03/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	660.025.088	(1.567.167)	(193.871)	658.264.050
Títulos públicos federais	642.342.769	(1.467.165)	--	640.875.604
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.721.878	69.719	(159.292)	6.632.305
Títulos privados de instituições financeiras	1.912.867	375	(2.292)	1.910.950
Títulos privados de entidades não financeiras	9.047.574	(170.096)	(32.287)	8.845.191
Instrumentos de patrimônio ¹	2.159.231	316.468	--	2.475.699
Ações	158.689	166.939	--	325.628
Cotas de fundos de investimento	2.000.542	149.529	--	2.150.071
Total	662.184.319	(1.250.699)	(193.871)	660.739.749

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	639.406.438	(1.559.295)	(138.494)	637.708.649
Títulos públicos federais	622.680.662	(1.482.454)	--	621.198.208
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Instrumentos de patrimônio ¹	2.035.778	277.919	--	2.313.697
Ações	152.090	131.487	--	283.577
Cotas de fundos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Total	641.442.216	(1.281.376)	(138.494)	640.022.346

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	31/03/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	48.035.273	25.386.089	--	--	73.421.362
Títulos públicos federais	17.276.138	20.322.998	--	--	37.599.136
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	30.759.135	5.063.091	--	--	35.822.226
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(32.137)	(4.886)	--	--	(37.023)
Total	48.003.136	25.381.203	--	--	73.384.339

Banco Múltiplo	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	38.359.911	33.692.352	408.271	--	72.460.534
Títulos públicos federais	13.863.518	23.245.529	408.271	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.496.393	10.446.823	--	--	34.943.216
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(27.907)	(9.924)	--	--	(37.831)
Total	38.332.004	33.682.428	408.271	--	72.422.703

Consolidado	31/03/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	54.451.964	27.714.271	--	--	82.166.235
Títulos públicos federais	17.581.998	21.964.602	--	--	39.546.600
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.864.410	5.749.669	--	--	42.614.079
Títulos privados de instituições financeiras	5.556	--	--	--	5.556
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(236.445)	(45.059)	--	--	(281.504)
Total	54.215.519	27.669.212	--	--	81.884.731

Consolidado	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	46.831.319	35.238.298	408.271	--	82.477.888
Títulos públicos federais	15.053.269	24.610.601	408.271	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.627.058	--	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	--	639	--	--	639
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(315.369)	(21.233)	--	--	(336.602)
Total	46.515.950	35.217.065	408.271	--	82.141.286

Em linha com a sua gestão de riscos e em função de novas dinâmicas de negócios em 2025, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portfólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria “valor justo em outros resultados abrangentes” para a categoria “custo amortizado” no montante de R\$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Carteira própria	194.517.156	203.643.114	226.721.921	239.200.468
Vinculados a compromissos de recompra	513.249.627	483.580.584	503.450.936	469.525.174
Vinculados a prestação de garantia	21.490.846	20.753.152	21.892.035	21.058.292
Total	729.257.629	707.976.850	752.064.892	729.783.934

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Títulos de renda fixa	21.982.178	12.654.461	22.112.617	12.809.960
Títulos de renda variável	93	--	19.397	1.395
Títulos e valores mobiliários no exterior	1.203.264	948.579	2.185.591	2.236.130
Aplicações em fundos de investimentos	37	10	13.859	2.557
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(5.604)	79.041	(73.533)	166.444
Variação cambial	(6.895)	22.300	(6.819)	22.082
Receitas com títulos e valores mobiliários	23.173.073	13.704.391	24.251.112	15.238.568
(Perdas)/reversões esperadas com títulos e valores mobiliários	1.592	431.296	(2.148)	298.708
Resultado líquido com títulos e valores mobiliários	23.174.665	14.135.687	24.248.964	15.537.276



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	4.160.364	--	5.757	4.166.121
Títulos públicos federais	3.581.816	--	--	3.581.816
Títulos privados de entidades não financeiras	578.548	--	5.757	584.305
Valor justo em outros resultados abrangentes	650.914.931	--	135	650.915.066
Títulos públicos federais	642.100.716	--	--	642.100.716
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.016.896	--	--	4.016.896
Títulos privados de instituições financeiras	1.879.831	--	--	1.879.831
Títulos privados de entidades não financeiras	2.917.488	--	135	2.917.623
Custo amortizado	73.421.362	--	--	73.421.362
Títulos públicos federais	37.599.136	--	--	37.599.136
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	35.822.226	--	--	35.822.226
Perdas esperadas	(43.513)	--	(1.292)	(44.805)
Total	728.453.144	--	4.600	728.457.744

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	3.664.280	--	5.488	3.669.768
Títulos públicos federais	3.145.059	--	--	3.145.059
Títulos privados de entidades não financeiras	519.221	--	5.488	524.709
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.206.625	--	135	631.206.760
Títulos públicos federais	622.475.348	--	--	622.475.348
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	--	--	4.272.141
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	--	--	1.345.929
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.207	--	135	3.113.342
Custo amortizado	72.460.534	--	--	72.460.534
Títulos públicos federais	37.517.318	--	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.943.216	--	--	34.943.216
Perdas esperadas	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Total	707.287.913	--	4.331	707.292.244



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	8.159.464	--	81.895	8.241.359
Títulos públicos federais	4.114.604	--	--	4.114.604
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	802.331	--	--	802.331
Títulos privados de instituições financeiras	39.234	--	--	39.234
Títulos privados de entidades não financeiras	3.203.295	--	81.895	3.285.190
Valor justo em outros resultados abrangentes	659.416.007	608.946	135	660.025.088
Títulos públicos federais	642.342.769	--	--	642.342.769
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.112.932	608.946	--	6.721.878
Títulos privados de instituições financeiras	1.912.867	--	--	1.912.867
Títulos privados de entidades não financeiras	9.047.439	--	135	9.047.574
Custo amortizado	77.663.034	4.503.201	--	82.166.235
Títulos públicos federais	39.546.600	--	--	39.546.600
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	38.110.878	4.503.201	--	42.614.079
Títulos privados de instituições financeiras	5.556	--	--	5.556
Títulos privados de entidades não financeiras	--	--	--	--
Perdas esperadas	(268.555)	(209.834)	(1.292)	(479.681)
Total	744.969.950	4.902.313	80.738	749.953.001

Consolidado	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.627.388	14.610	5.488	6.647.486
Títulos públicos federais	3.560.060	--	--	3.560.060
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	189.892	14.610	--	204.502
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	--	--	28.581
Títulos privados de entidades não financeiras	2.848.855	--	5.488	2.854.343
Valor justo em outros resultados abrangentes	637.793.594	1.612.709	135	639.406.438
Títulos públicos federais	622.680.662	--	--	622.680.662
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.331.013	1.612.709	--	5.943.722
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	--	--	1.358.661
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.258	--	135	9.423.393
Custo amortizado	76.477.958	5.999.930	--	82.477.888
Títulos públicos federais	40.072.141	--	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.400.132	5.999.930	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	639	--	--	639
Perdas esperadas	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Total	720.776.087	7.272.396	4.331	728.052.814



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	707.331.439	--	5.623	707.337.062
Transferidos para o estágio 1	--	--	(135)	(135)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações ¹	21.165.109	--	378	21.165.487
Saldo em 31/03/2026	728.496.657	--	5.892	728.502.549

1 – Ativos comprados ou liquidados.

Consolidado	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	720.898.940	7.627.249	5.623	728.531.812
Transferidos para o estágio 1	--	--	(135)	(135)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações ¹	24.339.456	(2.515.102)	76.516	21.900.870
Saldo em 31/03/2026	745.238.505	5.112.147	82.030	750.432.682

1 – Ativos comprados ou liquidados.

i) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Outras movimentações ¹	13	--	--	13
Saldo em 31/03/2026	(43.513)	--	(1.292)	(44.805)

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Outras movimentações ¹	(145.702)	145.019	--	(683)
Saldo em 31/03/2026	(268.555)	(209.834)	(1.292)	(479.681)

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	31/03/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2026
Valor justo no resultado	(1.722)	(719)	--	--	(2.441)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(5.265)	1.440	--	(1.516)	(5.341)
Custo amortizado	(37.831)	871	--	(63)	(37.023)
Total	(44.818)	1.592	--	(1.579)	(44.805)

Consolidado	31/03/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2026
Valor justo no resultado	(3.902)	(404)	--	--	(4.306)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(138.494)	(54.908)	--	(469)	(193.871)
Custo amortizado	(336.602)	53.164	--	1.934	(281.504)
Total	(478.998)	(2.148)	--	1.465	(479.681)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo						Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025			31/03/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo
Ativo												
Operações a termo ¹	2.050.244	(284.350)	1.765.894	1.096.510	(246.884)	849.626	2.069.849	(281.366)	1.788.483	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	796.073	(354.315)	441.758	887.148	(375.988)	511.160	796.073	(354.315)	441.758	887.148	(375.988)	511.160
Swap	3.085.513	577.354	3.662.867	2.235.990	547.524	2.783.514	3.085.513	577.354	3.662.867	2.235.990	547.524	2.783.514
Outros derivativos ²	500.703	(35.630)	465.073	490.993	(6.714)	484.279	501.465	(33.612)	467.853	492.476	(6.732)	485.744
Total	6.432.533	(96.941)	6.335.592	4.710.641	(82.062)	4.628.579	6.452.900	(91.939)	6.360.961	4.737.044	(79.560)	4.657.484
Passivo												
Operações a termo ¹	(5.565.042)	2.414.261	(3.150.781)	(3.127.329)	1.526.760	(1.600.569)	(5.565.042)	2.414.261	(3.150.781)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Opções	(829.101)	(303.493)	(1.132.594)	(983.261)	169.746	(813.515)	(829.101)	(303.493)	(1.132.594)	(983.261)	169.746	(813.515)
Swap	(1.639.099)	(294.958)	(1.934.057)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(1.639.099)	(294.958)	(1.934.057)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Outros derivativos ²	(295.233)	16.517	(278.716)	(719.266)	(9.970)	(729.236)	(312.007)	16.849	(295.158)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	(8.328.475)	1.832.327	(6.496.148)	(5.987.500)	1.510.751	(4.476.749)	(8.345.249)	1.832.659	(6.512.590)	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros								
Compromissos de Compra	52.782.066	--	71.533.036	--	53.647.467	--	72.831.474	--
Risco de taxa de juros	38.151.652	--	43.695.170	--	38.151.652	--	43.695.170	--
Risco de moedas	14.600.400	--	27.711.790	--	15.465.801	--	29.010.228	--
Outros riscos	30.014	--	126.076	--	30.014	--	126.076	--
Compromissos de Venda	26.750.136	--	40.492.600	--	27.626.799	--	40.505.425	--
Risco de taxa de juros	20.962.107	--	29.990.599	--	21.799.878	--	29.990.599	--
Risco de moedas	1.912.185	--	7.070.272	--	1.917.892	--	7.083.097	--
Outros riscos	3.875.844	--	3.431.729	--	3.909.029	--	3.431.729	--
Contratos de operações a termo¹								
Posição Ativa	24.506.455	1.765.894	20.830.739	849.626	24.655.026	1.788.483	21.393.178	877.066
Risco de taxa de juros	761.001	659.019	234.821	10.293	761.001	659.019	234.821	10.293
Risco de moedas	21.380.155	913.193	19.219.579	628.553	21.528.726	935.782	19.782.018	655.993
Outros riscos	2.365.299	193.682	1.376.339	210.780	2.365.299	193.682	1.376.339	210.780
Posição Passiva	44.361.553	(3.150.781)	33.567.596	(1.600.569)	44.361.553	(3.150.781)	33.582.674	(1.600.695)
Risco de taxa de juros	2.735.724	(869.125)	2.314.775	(135.615)	2.735.724	(869.125)	2.314.775	(135.615)
Risco de moedas	41.406.205	(2.272.984)	31.155.392	(1.461.676)	41.406.205	(2.272.984)	31.170.470	(1.461.802)
Outros riscos	219.624	(8.672)	97.429	(3.278)	219.624	(8.672)	97.429	(3.278)
Contratos de opções								
Posição comprada	20.423.416	441.758	24.116.314	511.160	20.423.416	441.758	24.116.314	511.160
Risco de moedas	20.423.416	441.758	24.116.314	511.160	20.423.416	441.758	24.116.314	511.160
Posição vendida	19.171.501	(1.132.594)	24.014.075	(813.515)	19.171.501	(1.132.594)	24.014.075	(813.515)
Risco de taxa de juros	85.111	(372)	3.543	(7)	85.111	(372)	3.543	(7)
Risco de moedas	18.084.582	(1.117.241)	23.562.873	(808.203)	18.084.582	(1.117.241)	23.562.873	(808.203)
Outros riscos	1.001.808	(14.981)	447.659	(5.305)	1.001.808	(14.981)	447.659	(5.305)
Contratos de swap								
Posição ativa	34.774.423	3.662.867	40.149.749	2.783.514	34.774.423	3.662.867	40.149.749	2.783.514
Risco de taxa de juros	22.580.645	3.223.738	25.589.130	2.258.294	22.580.645	3.223.738	25.589.130	2.258.294
Risco de moedas	12.193.778	439.129	14.560.619	525.220	12.193.778	439.129	14.560.619	525.220
Posição passiva	24.016.072	(1.934.057)	19.197.847	(1.333.429)	24.016.072	(1.934.057)	19.197.847	(1.333.429)
Risco de taxa de juros	15.288.005	(1.343.955)	9.462.293	(691.990)	15.288.005	(1.343.955)	9.462.293	(691.990)
Risco de moedas	8.728.067	(590.102)	9.735.554	(641.439)	8.728.067	(590.102)	9.735.554	(641.439)
Outros contratos de derivativos²								
Posição ativa	8.906.932	465.073	5.111.233	484.279	8.748.974	467.853	4.469.467	485.744
Risco de moedas	8.906.932	465.073	5.111.233	484.279	8.670.683	466.466	4.441.955	484.279
Outros riscos ³	--	--	--	--	78.291	1.387	27.512	1.465
Posição passiva	1.789.422	(278.716)	8.118.788	(729.236)	1.554.428	(295.158)	8.107.534	(727.095)
Risco de moedas	1.789.422	(278.716)	8.118.788	(729.236)	1.554.428	(295.158)	8.107.534	(727.095)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	10.580.255	19.556.563	6.282.089	16.363.159	52.782.066	71.533.036	11.445.656	19.556.563	6.282.089	16.363.159	53.647.467	72.831.474
Contratos de operações a termo	10.473.322	8.625.316	3.737.597	1.670.220	24.506.455	20.830.739	10.621.893	8.625.316	3.737.597	1.670.220	24.655.026	21.393.178
Contratos de opções	5.655.947	5.042.559	4.282.491	5.442.419	20.423.416	24.116.314	5.655.947	5.042.559	4.282.491	5.442.419	20.423.416	24.116.314
Contratos de swap	2.323.895	7.296.988	10.133.243	15.020.297	34.774.423	40.149.749	2.323.895	7.296.988	10.133.243	15.020.297	34.774.423	40.149.749
Outros contratos de derivativos	3.783.212	5.101.284	22.436	--	8.906.932	5.111.233	3.861.504	4.865.034	22.436	--	8.748.974	4.469.467

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	1.846.512	3.690.378	1.783.782	19.429.464	26.750.136	40.492.600	1.882.229	3.693.551	1.783.782	20.267.237	27.626.799	40.505.425
Contratos de operações a termo	11.570.063	13.881.820	4.982.317	13.927.353	44.361.553	33.567.596	11.570.063	13.881.820	4.982.317	13.927.353	44.361.553	33.582.674
Contratos de opções	4.302.335	4.993.589	4.430.532	5.445.045	19.171.501	24.014.075	4.302.335	4.993.589	4.430.532	5.445.045	19.171.501	24.014.075
Contratos de swap	2.403.040	5.237.693	597.893	15.777.446	24.016.072	19.197.847	2.403.040	5.237.693	597.893	15.777.446	24.016.072	19.197.847
Outros contratos de derivativos	1.271.861	416.328	101.233	--	1.789.422	8.118.788	1.036.867	416.328	101.233	--	1.554.428	8.107.534

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

31/03/2026	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	79.170.656	--	7.996.050	--	--	80.047.319	--	7.996.050	--	--
Exterior	361.546	--	--	--	--	1.226.947	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	8.216.121	--	33.617.083	10.696.354	--	8.364.692	--	33.617.083	10.303.402
Clientes	--	60.651.887	31.598.867	25.173.412	--	--	60.651.887	31.598.867	25.173.412	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro	15.915.158	15.367.583	16.215.144	15.367.583

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Contratos de futuro	139.137	(4.366.840)	(3.467)	(4.363.513)
Contratos de operações a termo	(1.351.914)	4.657.031	(1.294.166)	4.657.293
Contratos de opções	(425.999)	(974.025)	(425.999)	(974.025)
Contratos de swap	719.191	6.383.119	719.191	6.383.119
Outros derivativos	2.789	(6.875.002)	(16.059)	(6.902.321)
Total	(916.796)	(1.175.717)	(1.020.500)	(1.199.447)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de hedge de valor de mercado e de hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e Swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui carteiras ativas de crédito nas modalidades Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada e Letra de Crédito do Agronegócio pré-fixada (LCA Pré). Para gerenciar esses riscos, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar esse risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge¹				
Ativo	4.670.389	2.215.676	4.670.389	2.215.676
Contratos de swap	2.587.177	2.215.676	2.587.177	2.215.676
Contratos de futuro	2.083.212	--	2.083.212	--
Passivo	(438.057)	(517.308)	(438.057)	(517.308)
Contratos de swap	(390.448)	(468.551)	(390.448)	(468.551)
Contratos de futuro	(47.609)	(48.757)	(47.609)	(48.757)
Itens objeto de hedge				
Ativo	3.973.622	4.236.075	3.973.622	4.236.075
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.926.115	4.187.393	3.926.115	4.187.393
Operações de crédito	47.507	48.682	47.507	48.682
Passivo	(8.193.283)	(5.916.737)	(8.193.283)	(5.916.737)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(6.621.519)	(4.208.772)	(6.621.519)	(4.208.772)
Recursos de instituições financeiras	(1.571.764)	(1.707.965)	(1.571.764)	(1.707.965)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(65.928)	(131.966)	(65.928)	(131.966)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	61.944	129.190	61.944	129.190
Efeito líquido	(3.984)	(2.776)	(3.984)	(2.776)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge				
Passivo	(1.730.847)	(1.710.908)	(1.730.847)	(1.710.908)
Contrato de futuro	(1.730.847)	(1.710.908)	(1.730.847)	(1.710.908)
Itens objeto de hedge				
Ativo	1.729.429	1.701.698	1.729.429	1.701.698
Investimento líquido no exterior	1.729.429	1.701.698	1.729.429	1.701.698

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(89.562)	(136.235)	(89.562)	(136.235)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	89.562	136.235	89.562	136.235
Efeito líquido ¹	--	--	--	--

1 – O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi um ganho de R\$ 7.019 mil no 1º trimestre/2026 (R\$ 6.089 mil no 1º trimestre/2025).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Operações de crédito	1.011.586.065	1.000.256.981	1.033.906.921	1.022.471.407
Empréstimos e direitos creditórios descontados	377.120.220	377.847.057	387.134.187	388.276.355
Financiamentos	195.077.320	197.501.887	196.752.935	198.692.549
Financiamentos rurais	388.586.618	373.579.404	388.586.618	373.579.404
Financiamentos imobiliários	50.716.843	51.239.535	61.348.117	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	85.064	89.098	85.064	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	198.445.651	204.519.254	200.232.996	206.285.614
Títulos com características de concessão de crédito	91.740.349	101.820.642	91.740.349	101.820.642
Operações com cartão de crédito	59.085.326	60.951.339	60.872.671	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.143.315	26.324.947	24.143.315	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	9.327.601	7.379.771	9.327.601	7.379.771
Diversos	14.149.060	8.042.555	14.149.060	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	--	--	1.164.226	1.150.006
Total da carteira de crédito	1.210.031.716	1.204.776.235	1.235.304.143	1.229.907.027
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(97.936.565)	(98.004.759)	(98.752.443)	(98.738.685)
Perdas esperadas com operações de crédito	(92.243.239)	(90.110.675)	(92.815.921)	(90.599.522)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(5.693.326)	(7.894.084)	(5.750.022)	(7.952.641)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	--	(186.500)	(186.522)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.112.095.151	1.106.771.476	1.136.551.700	1.131.168.342

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Resultado de operações de crédito	46.082.867	42.334.724	47.697.116	43.333.209
Empréstimos e direitos creditórios descontados	22.990.631	20.258.148	23.998.797	21.130.413
Financiamentos rurais	8.909.238	8.003.674	8.909.238	8.003.674
Financiamentos	6.087.535	5.385.150	6.146.617	5.400.345
Títulos com características de concessão de crédito	3.435.696	3.926.867	3.435.696	3.926.867
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	1.780.558	1.532.835	1.780.558	1.532.835
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	900.480	1.353.383	1.231.561	1.288.602
Financiamentos imobiliários	1.189.180	1.071.653	1.405.100	1.247.487
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	308.152	581.288	308.152	581.288
Diversos	481.397	221.726	481.397	221.698
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	56.237	39.747
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ^{2 3}	(2.866.569)	150.665	(2.866.570)	150.665
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	(262)	1.256	(262)	1.256
Variação cambial da carteira de crédito	(1.886.305)	(6.373.136)	(1.886.300)	(6.372.077)
Total	41.329.731	36.113.509	43.000.221	37.152.800

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 88.851 mil no 1º Trimestre/2026 (com impacto no resultado de R\$ 48.868 mil, líquido de tributos), e R\$ 107.770 mil no 1º trimestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 59.273 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 173.566 e R\$ 198.193 mil respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 163.454 mil (R\$ 89.900 mil, líquido de tributos) no 1º Trimestre/2026 e R\$ 128.393 mil (R\$ 70.616 mil, líquido de tributos) no 1º trimestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 18.639 mil no 1º Trimestre/2026 de R\$ 24.140 mil no 1º trimestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 245.686 mil e R\$ 175.486 mil respectivamente.

3 - Inclui, no 1º trimestre/2026, resultado na cessão de títulos com característica de concessão de crédito. O efeito líquido no resultado da intermediação financeira foi residual, dada a reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2026	%	31/12/2025	%	31/03/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	104.364.107	8,6	101.671.109	8,4	104.364.107	8,4	101.671.109	8,3
Administração pública	81.127.470	6,7	79.495.304	6,6	81.127.470	6,5	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.768.367	1,4	16.865.575	1,4	16.768.367	1,4	16.865.575	1,4
Serviços	4.823.322	0,4	3.641.104	0,3	4.823.322	0,4	3.641.104	0,3
Energia Elétrica	11.053	--	12.804	--	11.053	--	12.804	--
Demais atividades	1.633.895	0,1	1.656.322	0,1	1.633.895	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	1.105.667.609	91,4	1.103.105.126	91,6	1.130.940.036	91,6	1.128.235.918	91,7
Pessoa física	738.879.603	61,1	726.490.981	60,3	747.637.067	60,6	733.923.573	59,7
Pessoa jurídica	366.788.006	30,3	376.614.145	31,3	383.302.969	31,0	394.312.345	32,0
Agronegócio de origem vegetal	55.573.702	4,6	55.040.344	4,5	56.184.567	4,7	55.627.408	4,5
Serviços	48.872.884	4,0	49.231.211	4,1	52.015.809	4,2	52.571.121	4,3
Energia Elétrica	24.541.318	2,0	25.548.046	2,1	24.790.041	2,0	25.725.650	2,1
Mineração e metalurgia	23.024.828	1,9	23.835.257	2,0	23.770.380	1,9	24.405.973	2,0
Automotivo	19.273.381	1,6	18.741.559	1,6	21.226.659	1,7	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	20.412.435	1,7	19.885.686	1,6	20.873.236	1,7	20.358.676	1,7
Transportes	19.873.873	1,6	20.572.499	1,7	20.361.263	1,6	21.059.441	1,7
Insumos agrícolas	17.152.102	1,4	17.540.950	1,5	17.165.608	1,4	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.035.556	1,3	16.382.496	1,4	16.633.143	1,3	16.989.899	1,4
Químico	15.679.565	1,3	16.021.750	1,3	15.945.883	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	13.428.089	1,1	15.224.998	1,3	14.524.152	1,2	16.132.820	1,3
Eletroeletrônico	12.716.010	1,1	12.957.876	1,1	12.868.159	1,0	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.636.560	1,0	12.902.877	1,1	12.678.475	1,0	12.941.431	1,1
Imobiliário	9.822.385	0,8	10.915.749	0,9	12.282.065	1,0	13.239.738	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.661.615	0,9	10.831.473	0,9	11.554.171	0,9	13.135.940	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.577.305	0,8	10.026.392	0,8	11.035.919	0,9	11.495.420	0,9
Papel e celulose	9.809.571	0,8	9.897.602	0,8	9.906.179	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.231.605	0,7	8.594.525	0,7	8.310.922	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.124.135	0,6	7.362.819	0,6	7.182.880	0,6	7.419.285	0,6
Telecomunicações	4.684.653	0,4	4.951.908	0,4	5.056.620	0,4	5.324.959	0,4
Construção pesada	3.501.314	0,3	5.678.017	0,5	4.069.701	0,3	6.251.618	0,5
Demais atividades	4.155.120	0,4	4.470.111	0,4	4.867.137	0,4	5.060.712	0,3
Total	1.210.031.716	100,0	1.204.776.235	100,0	1.235.304.143	100,0	1.229.907.027	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/03/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.476.651	2.203.536	20.779.635	1.418.239	46.844.984	72.723.045
31 a 60	2.602.167	2.475.126	21.548.498	771.317	13.356.153	40.753.261
61 a 90	3.033.156	2.183.314	20.262.395	2.639.235	10.415.233	38.533.333
91 a 180	9.541.412	9.059.340	53.931.805	1.419.758	24.545.124	98.497.439
181 a 360	19.749.318	11.197.573	68.335.597	2.532.366	34.066.836	135.881.690
Acima de 360	164.137.015	89.978.881	266.824.942	36.082.148	185.392.855	742.415.841
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	129.471	897.857	2.751.916	177.943	552.399	4.509.586
Subtotal	200.669.190	117.995.627	454.434.788	45.041.006	315.173.584	1.133.314.195
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	19.152	85.250	436.703	1.020	466.504	1.008.629
31 a 60	19.213	90.294	383.894	1.324	440.547	935.272
61 a 90	21.729	91.364	420.401	822	420.630	954.946
91 a 180	57.372	362.621	1.200.070	3.256	1.233.513	2.856.832
181 a 360	125.611	679.323	2.352.709	5.950	2.242.850	5.406.443
Acima de 360	4.078.720	3.152.269	9.269.779	13.910	11.615.560	28.130.238
Parcelas vencidas						
01 a 14	8.745	35.764	260.325	695	196.221	501.750
15 a 30	105.973	156.687	1.256.253	1.274	940.799	2.460.986
31 a 60	125.829	190.869	1.709.308	1.649	2.088.353	4.116.008
61 a 90	77.019	160.385	1.651.352	2.073	789.834	2.680.663
91 a 180	124.439	504.462	5.300.305	27.273	1.577.178	7.533.657
181 a 360	81.192	795.131	9.263.155	16.976	4.282.039	14.438.493
Acima de 360	48.861	304.393	1.773.731	8.260	3.558.359	5.693.604
Subtotal	4.893.855	6.608.812	35.277.985	84.482	29.852.387	76.717.521
Total	205.563.045	124.604.439	489.712.773	45.125.488	345.025.971	1.210.031.716



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	1.041.395	3.726.639	20.776.954	1.174.767	48.505.896	75.225.651
31 a 60	1.014.828	2.178.728	17.238.534	460.309	14.245.084	35.137.483
61 a 90	1.184.177	1.666.101	16.348.850	639.296	9.014.065	28.852.489
91 a 180	7.099.972	6.989.430	56.316.347	3.893.652	23.553.762	97.853.163
181 a 360	18.337.104	15.016.271	85.777.528	3.084.246	31.176.744	153.391.893
Acima de 360	142.659.175	92.123.402	272.176.691	34.970.800	186.575.256	728.505.324
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	930.577	2.567.996	26.334	583.777	4.202.753
Subtotal	171.430.720	122.631.148	471.202.900	44.249.404	313.654.584	1.123.168.756
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	15.566	71.470	340.191	636	372.873	800.736
31 a 60	16.097	77.339	361.163	701	401.799	857.099
61 a 90	16.850	71.897	332.980	535	322.327	744.589
91 a 180	51.896	301.149	1.084.520	2.638	1.012.749	2.452.952
181 a 360	103.072	865.394	2.613.637	6.067	1.844.991	5.433.161
Acima de 360	3.848.299	3.535.540	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.475.591
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.410	207.024	482	153.644	401.138
15 a 30	84.381	162.891	1.610.332	2.311	917.925	2.777.840
31 a 60	67.754	250.584	3.400.577	5.189	649.153	4.373.257
61 a 90	52.917	214.358	2.600.461	74.945	494.734	3.437.415
91 a 180	90.493	639.529	7.880.599	399.450	1.940.473	10.950.544
181 a 360	75.001	618.660	7.683.638	17.935	5.067.787	13.463.021
Acima de 360	52.481	378.122	1.968.083	15.928	3.025.522	5.440.136
Subtotal	4.482.385	7.219.343	41.164.395	2.180.007	26.561.349	81.607.479
Total	175.913.105	129.850.491	512.367.295	46.429.411	340.215.933	1.204.776.235



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/03/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	1.476.651	2.296.416	21.748.566	1.418.239	51.858.297	78.798.169
31 a 60	2.602.167	2.509.209	21.420.657	771.317	13.946.085	41.249.435
61 a 90	3.033.156	2.226.632	20.269.054	2.639.235	11.017.381	39.185.458
91 a 180	9.541.412	9.191.974	53.634.557	1.419.758	25.918.615	99.706.316
181 a 360	19.749.318	11.403.480	68.354.438	2.532.366	35.950.953	137.990.555
Acima de 360	164.137.015	91.686.464	276.486.642	36.082.148	187.671.953	756.064.222
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	129.471	899.096	3.026.193	177.943	571.058	4.803.761
Subtotal	200.669.190	120.213.271	464.940.107	45.041.006	326.934.342	1.157.797.916
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	19.152	85.553	436.703	1.020	466.504	1.008.932
31 a 60	19.213	90.569	383.894	1.324	440.547	935.547
61 a 90	21.729	91.635	420.401	822	420.630	955.217
91 a 180	57.372	363.411	1.200.070	3.256	1.233.513	2.857.622
181 a 360	125.611	680.722	2.352.709	5.950	2.242.850	5.407.842
Acima de 360	4.078.720	3.154.035	9.269.779	13.910	11.615.560	28.132.004
Parcelas vencidas						
01 a 14	8.745	35.968	260.325	695	196.221	501.954
15 a 30	105.973	157.182	1.428.954	1.274	1.022.140	2.715.523
31 a 60	125.829	191.240	1.778.466	1.649	2.134.648	4.231.832
61 a 90	77.019	160.673	1.686.748	2.073	834.104	2.760.617
91 a 180	124.439	505.250	5.324.840	27.273	1.685.186	7.666.988
181 a 360	81.192	796.252	9.282.258	16.976	4.421.102	14.597.780
Acima de 360	48.861	306.688	1.791.587	8.260	3.578.973	5.734.369
Subtotal	4.893.855	6.619.178	35.616.734	84.482	30.291.978	77.506.227
Total	205.563.045	126.832.449	500.556.841	45.125.488	357.226.320	1.235.304.143



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.041.395	3.836.527	21.430.741	1.174.767	53.830.782	81.314.212
31 a 60	1.014.828	2.232.365	16.957.786	460.309	15.066.748	35.732.036
61 a 90	1.184.177	1.700.684	16.326.506	639.296	9.638.740	29.489.403
91 a 180	7.099.972	7.123.430	56.216.048	3.893.652	24.899.349	99.232.451
181 a 360	18.337.104	15.228.088	85.766.500	3.084.246	32.605.273	155.021.211
Acima de 360	142.659.175	93.757.762	281.687.720	34.970.800	189.060.004	742.135.461
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	932.397	2.872.091	26.334	630.141	4.555.032
Subtotal	171.430.720	124.811.253	481.257.392	44.249.404	325.731.037	1.147.479.806
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	15.566	71.743	340.192	636	372.872	801.009
31 a 60	16.097	77.604	361.163	701	401.799	857.364
61 a 90	16.850	72.148	332.980	535	322.327	744.840
91 a 180	51.896	301.866	1.084.520	2.638	1.012.749	2.453.669
181 a 360	103.072	866.716	2.613.637	6.067	1.844.991	5.434.483
Acima de 360	3.848.299	3.537.288	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.477.339
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.590	207.024	482	153.644	401.318
15 a 30	84.381	163.570	1.894.871	2.311	974.911	3.120.044
31 a 60	67.754	250.988	3.477.460	5.189	701.614	4.503.005
61 a 90	52.917	214.651	2.612.617	74.945	545.787	3.500.917
91 a 180	90.493	640.334	7.925.435	399.450	2.027.858	11.083.570
181 a 360	75.001	620.237	7.698.790	17.935	5.168.828	13.580.791
Acima de 360	52.481	380.342	1.987.062	15.928	3.033.059	5.468.872
Subtotal	4.482.385	7.230.077	41.616.941	2.180.007	26.917.811	82.427.221
Total	175.913.105	132.041.330	522.874.333	46.429.411	352.648.848	1.229.907.027



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

31/03/2026	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	887.615.511	(14.321.832)	31.215.300	(10.900.739)	92.755.254	(67.020.668)	1.011.586.065	(92.243.239)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	313.605.467	(3.943.368)	15.423.789	(4.830.008)	48.090.964	(35.491.002)	377.120.220	(44.264.378)
Financiamentos	187.931.680	(504.232)	1.745.188	(422.317)	5.400.452	(3.570.739)	195.077.320	(4.497.288)
Financiamentos rurais	341.080.099	(9.823.272)	12.997.767	(5.620.889)	34.508.752	(27.188.696)	388.586.618	(42.632.857)
Financiamentos imobiliários	44.913.254	(50.958)	1.048.504	(27.525)	4.755.085	(770.231)	50.716.843	(848.714)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	85.011	(2)	52	--	1	--	85.064	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	185.233.955	(846.676)	3.919.616	(688.348)	9.292.080	(4.158.302)	198.445.651	(5.693.326)
Títulos com características de concessão de crédito	84.604.696	(163.046)	1.188.485	(222.088)	5.947.168	(2.472.762)	91.740.349	(2.857.896)
Operações com cartão de crédito	56.212.514	(597.689)	2.027.244	(336.652)	845.568	(600.496)	59.085.326	(1.534.837)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	21.759.051	(53.943)	448.578	(64.962)	1.935.686	(714.542)	24.143.315	(833.447)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	9.327.496	(18.536)	--	--	105	(103)	9.327.601	(18.639)
Diversos	13.330.198	(13.462)	255.309	(64.646)	563.553	(370.399)	14.149.060	(448.507)
Total da carteira de crédito	1.072.849.466	(15.168.508)	35.134.916	(11.589.087)	102.047.334	(71.178.970)	1.210.031.716	(97.936.565)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	877.348.543	(13.423.335)	31.054.966	(11.112.626)	91.853.472	(65.574.714)	1.000.256.981	(90.110.675)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	(4.073.460)	12.638.526	(4.127.826)	47.963.308	(34.361.641)	377.847.057	(42.562.927)
Financiamentos	190.312.731	(534.672)	1.804.849	(355.925)	5.384.307	(4.169.901)	197.501.887	(5.060.498)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(51.063)	1.528.180	(36.447)	4.785.447	(1.025.859)	51.239.535	(1.113.369)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	(960.517)	4.392.472	(689.814)	9.883.233	(6.243.753)	204.519.254	(7.894.084)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(646.010)	1.763.864	(270.274)	308.397	(211.935)	60.951.339	(1.128.219)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Total da carteira de crédito	1.067.592.092	(14.383.852)	35.447.438	(11.802.440)	101.736.705	(71.818.467)	1.204.776.235	(98.004.759)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/03/2026	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	908.977.021	(14.514.115)	31.659.057	(10.941.762)	93.270.843	(67.360.044)	1.033.906.921	(92.815.921)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	322.945.025	(3.976.552)	15.649.112	(4.857.863)	48.540.050	(35.786.192)	387.134.187	(44.620.607)
Financiamentos	189.516.255	(507.080)	1.802.602	(429.415)	5.434.078	(3.589.382)	196.752.935	(4.525.877)
Financiamentos rurais	341.080.099	(9.823.272)	12.997.767	(5.620.889)	34.508.752	(27.188.696)	388.586.618	(42.632.857)
Financiamentos imobiliários	55.350.631	(207.209)	1.209.524	(33.595)	4.787.962	(795.774)	61.348.117	(1.036.578)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	85.011	(2)	52	--	1	--	85.064	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	186.876.686	(865.896)	4.044.315	(711.081)	9.311.995	(4.173.045)	200.232.996	(5.750.022)
Títulos com características de concessão de crédito	84.604.696	(163.046)	1.188.485	(222.088)	5.947.168	(2.472.762)	91.740.349	(2.857.896)
Operações com cartão de crédito	57.855.245	(616.909)	2.151.943	(359.385)	865.483	(615.239)	60.872.671	(1.591.533)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	21.759.051	(53.943)	448.578	(64.962)	1.935.686	(714.542)	24.143.315	(833.447)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	9.327.496	(18.536)	--	--	105	(103)	9.327.601	(18.639)
Diversos	13.330.198	(13.462)	255.309	(64.646)	563.553	(370.399)	14.149.060	(448.507)
Operações de arrendamento mercantil	971.827	(3.396)	8.670	(753)	183.729	(182.351)	1.164.226	(186.500)
Total da carteira de crédito	1.096.825.534	(15.383.407)	35.712.042	(11.653.596)	102.766.567	(71.715.440)	1.235.304.143	(98.752.443)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.258	(13.620.072)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(65.834.712)	1.022.471.407	(90.599.522)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	(4.103.521)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(34.572.077)	388.276.355	(42.829.964)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.186.861)	198.692.549	(5.077.813)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(1.058.461)	61.834.001	(1.317.864)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.261.773)	206.285.614	(7.952.641)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(229.955)	62.717.699	(1.186.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(183.128)	1.150.006	(186.522)
Total da carteira de crédito	1.091.612.641	(14.600.049)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(72.279.613)	1.229.907.027	(98.738.685)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Banco Múltiplo	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2026
Estágio 1	1.067.592.092	27.291.687	--	(14.611.946)	(7.422.367)	--	1.072.849.466
Operações de crédito	877.348.543	27.321.161	--	(12.438.707)	(4.615.486)	--	887.615.511
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	5.509.145	--	(7.425.556)	(1.723.345)	--	313.605.467
Financiamentos	190.312.731	(567.228)	--	(570.986)	(1.242.837)	--	187.931.680
Financiamentos rurais	324.775.989	22.717.196	--	(4.714.151)	(1.698.935)	--	341.080.099
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(333.947)	--	271.799	49.494	--	44.913.254
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(4.005)	--	187	137	--	85.011
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	(29.474)	--	(2.173.239)	(2.806.881)	--	185.233.955
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(4.998.381)	--	(648.346)	(1.181.645)	--	84.604.696
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(892.206)	--	(1.426.746)	(347.612)	--	56.212.514
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(1.990.339)	--	(83.479)	(1.268.795)	--	21.759.051
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	1.947.830	--	--	--	--	9.327.496
Diversos	7.450.073	5.903.622	--	(14.668)	(8.829)	--	13.330.198
Estágio 2	35.447.438	(2.567.734)	14.611.946	--	(12.356.734)	--	35.134.916
Operações de crédito	31.054.966	(1.061.071)	12.438.707	--	(11.217.302)	--	31.215.300
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.638.526	97.034	7.425.556	--	(4.737.327)	--	15.423.789
Financiamentos	1.804.849	(404.414)	570.986	--	(226.233)	--	1.745.188
Financiamentos rurais	15.083.143	(737.252)	4.714.151	--	(6.062.275)	--	12.997.767
Financiamentos imobiliários	1.528.180	(16.410)	(271.799)	--	(191.467)	--	1.048.504
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	268	(29)	(187)	--	--	--	52
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.392.472	(1.506.663)	2.173.239	--	(1.139.432)	--	3.919.616
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(812.304)	648.346	--	(702.451)	--	1.188.485
Operações com cartão de crédito	1.763.864	(721.891)	1.426.746	--	(441.475)	--	2.027.244
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	6.844	83.479	--	30.324	--	448.578
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	20.688	14.668	--	(25.725)	--	255.309
Estágio 3	101.736.705	(2.939.679)	7.422.367	12.356.734	--	(16.528.793)	102.047.334
Operações de crédito	91.853.472	(242.009)	4.615.486	11.217.302	--	(14.688.997)	92.755.254
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.963.308	673.983	1.723.345	4.737.327	--	(7.006.999)	48.090.964
Financiamentos	5.384.307	34.382	1.242.837	226.233	--	(1.487.307)	5.400.452
Financiamentos rurais	33.720.272	(910.401)	1.698.935	6.062.275	--	(6.062.329)	34.508.752
Financiamentos imobiliários	4.785.447	(39.973)	(49.494)	191.467	--	(132.362)	4.755.085
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	138	--	(137)	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.883.233	(2.697.670)	2.806.881	1.139.432	--	(1.839.796)	9.292.080
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(3.924.088)	1.181.645	702.451	--	(345.520)	5.947.168
Operações com cartão de crédito	308.397	953.709	347.612	441.475	--	(1.205.625)	845.568
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(193.345)	1.268.795	(30.324)	--	(4.792)	1.935.686
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	466.054	8.829	25.725	--	(283.859)	563.553
Total da carteira de crédito	1.204.776.235	21.784.274	22.034.313	(2.255.212)	(19.779.101)	(16.528.793)	1.210.031.716

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2026
Estágio 1	1.091.612.641	27.508.749	--	(14.856.366)	(7.439.490)	--	1.096.825.534
Operações de crédito	898.787.258	27.437.617	--	(12.621.097)	(4.626.757)	--	908.977.021
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	5.066.142	--	(7.531.242)	(1.745.599)	--	322.945.025
Financiamentos	191.421.019	(66.674)	--	(592.284)	(1.245.806)	--	189.516.255
Financiamentos rurais	324.775.989	22.717.196	--	(4.714.151)	(1.698.935)	--	341.080.099
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(275.042)	--	216.393	63.446	--	55.350.631
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(4.005)	--	187	137	--	85.011
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	53.849	--	(2.227.719)	(2.811.926)	--	186.876.686
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(4.998.381)	--	(648.346)	(1.181.645)	--	84.604.696
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(808.883)	--	(1.481.226)	(352.657)	--	57.855.245
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(1.990.339)	--	(83.479)	(1.268.795)	--	21.759.051
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	1.947.830	--	--	--	--	9.327.496
Diversos	7.450.073	5.903.622	--	(14.668)	(8.829)	--	13.330.198
Operações de arrendamento mercantil	962.901	17.283	--	(7.550)	(807)	--	971.827
Estágio 2	35.938.406	(2.649.211)	14.856.366	--	(12.433.519)	--	35.712.042
Operações de crédito	31.422.920	(1.095.661)	12.621.097	--	(11.289.299)	--	31.659.057
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.831.998	86.580	7.531.242	--	(4.800.708)	--	15.649.112
Financiamentos	1.858.162	(409.715)	592.284	--	(238.129)	--	1.802.602
Financiamentos rurais	15.083.143	(737.252)	4.714.151	--	(6.062.275)	--	12.997.767
Financiamentos imobiliários	1.649.349	(35.245)	(216.393)	--	(188.187)	--	1.209.524
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	268	(29)	(187)	--	--	--	52
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.513.407	(1.553.173)	2.227.719	--	(1.143.638)	--	4.044.315
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(812.304)	648.346	--	(702.451)	--	1.188.485
Operações com cartão de crédito	1.884.799	(768.401)	1.481.226	--	(445.681)	--	2.151.943
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	6.844	83.479	--	30.324	--	448.578
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	20.688	14.668	--	(25.725)	--	255.309
Operações de arrendamento mercantil	2.079	(377)	7.550	--	(582)	--	8.670
Estágio 3	102.355.980	(2.870.494)	7.439.490	12.433.519	--	(16.591.928)	102.766.567
Operações de crédito	92.261.229	(157.995)	4.626.757	11.289.299	--	(14.748.447)	93.270.843
Empréstimos e direitos creditórios descontados	48.288.633	759.008	1.745.599	4.800.708	--	(7.053.898)	48.540.050
Financiamentos	5.413.368	35.709	1.245.806	238.129	--	(1.498.934)	5.434.078
Financiamentos rurais	33.720.272	(910.401)	1.698.935	6.062.275	--	(6.062.329)	34.508.752
Financiamentos imobiliários	4.838.818	(42.311)	(63.446)	188.187	--	(133.286)	4.787.962
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	138	--	(137)	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.909.725	(2.713.488)	2.811.926	1.143.638	--	(1.839.806)	9.311.995
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(3.924.088)	1.181.645	702.451	--	(345.520)	5.947.168
Operações com cartão de crédito	334.889	937.891	352.657	445.681	--	(1.205.635)	865.483
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(193.345)	1.268.795	(30.324)	--	(4.792)	1.935.686
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	466.054	8.829	25.725	--	(283.859)	563.553
Operações de arrendamento mercantil	185.026	989	807	582	--	(3.675)	183.729
Total da carteira de crédito	1.229.907.027	21.989.044	22.295.856	(2.422.847)	(19.873.009)	(16.591.928)	1.235.304.143

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	31/12/2025	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2026
Estágio 1	14.383.852	787.565	--	(576.676)	573.767	--	15.168.508
Operações de crédito	13.423.335	763.329	--	(495.756)	630.924	--	14.321.832
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.073.460	(428.606)	--	(216.677)	515.191	--	3.943.368
Financiamentos	534.672	(61.785)	--	(1.343)	32.688	--	504.232
Financiamentos rurais	8.764.137	1.272.256	--	(287.062)	73.941	--	9.823.272
Financiamentos imobiliários	51.063	(18.535)	--	9.326	9.104	--	50.958
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	960.517	24.236	--	(80.920)	(57.157)	--	846.676
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(49.618)	--	(26.514)	(5.752)	--	163.046
Operações com cartão de crédito	646.010	56.993	--	(54.782)	(50.532)	--	597.689
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	4.297	--	505	(645)	--	53.943
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	13.359	5.177	--	--	--	--	18.536
Diversos	6.432	7.387	--	(129)	(228)	--	13.462
Estágio 2	11.802.440	3.684.035	576.676	--	(4.474.064)	--	11.589.087
Operações de crédito	11.112.626	3.675.460	495.756	--	(4.383.103)	--	10.900.739
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.127.826	1.910.708	216.677	--	(1.425.203)	--	4.830.008
Financiamentos	355.925	46.770	1.343	--	18.279	--	422.317
Financiamentos rurais	6.592.428	1.717.561	287.062	--	(2.976.162)	--	5.620.889
Financiamentos imobiliários	36.447	421	(9.326)	--	(17)	--	27.525
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	689.814	8.575	80.920	--	(90.961)	--	688.348
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(106.441)	26.514	--	(6.558)	--	222.088
Operações com cartão de crédito	270.274	112.765	54.782	--	(101.169)	--	336.652
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	(11.629)	(505)	--	30.284	--	64.962
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	13.880	129	--	(13.465)	--	64.646
Estágio 3	71.818.467	11.988.999	(573.767)	4.474.064	--	(16.528.793)	71.178.970
Operações de crédito	65.574.714	12.382.772	(630.924)	4.383.103	--	(14.688.997)	67.020.668
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.361.641	7.226.348	(515.191)	1.425.203	--	(7.006.999)	35.491.002
Financiamentos	4.169.901	939.112	(32.688)	(18.279)	--	(1.487.307)	3.570.739
Financiamentos rurais	26.017.313	4.331.491	(73.941)	2.976.162	--	(6.062.329)	27.188.696
Financiamentos imobiliários	1.025.859	(114.179)	(9.104)	17	--	(132.362)	770.231
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.243.753	(393.773)	57.157	90.961	--	(1.839.796)	4.158.302
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.376.877)	5.752	6.558	--	(345.520)	2.472.762
Operações com cartão de crédito	211.935	1.442.485	50.532	101.169	--	(1.205.625)	600.496
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	153.806	645	(30.284)	--	(4.792)	714.542
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	50	--	53	--	--	103
Diversos	253.802	386.763	228	13.465	--	(283.859)	370.399
Total da carteira de crédito	98.004.759	16.460.599	2.909	3.897.388	(3.900.297)	(16.528.793)	97.936.565

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2026
Estágio 1	14.600.049	772.992	--	(571.191)	581.557	--	15.383.407
Operações de crédito	13.620.072	748.693	--	(492.391)	637.741	--	14.514.115
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.103.521	(428.185)	--	(213.863)	515.079	--	3.976.552
Financiamentos	534.777	(59.105)	--	(1.334)	32.742	--	507.080
Financiamentos rurais	8.764.137	1.272.256	--	(287.062)	73.941	--	9.823.272
Financiamentos imobiliários	217.634	(36.272)	--	9.868	15.979	--	207.209
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	977.070	24.080	--	(78.927)	(56.327)	--	865.896
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(49.618)	--	(26.514)	(5.752)	--	163.046
Operações com cartão de crédito	662.563	56.837	--	(52.789)	(49.702)	--	616.909
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	4.297	--	505	(645)	--	53.943
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	13.359	5.177	--	--	--	--	18.536
Diversos	6.432	7.387	--	(129)	(228)	--	13.462
Operações de arrendamento mercantil	2.907	219	--	127	143	--	3.396
Estágio 2	11.859.023	3.704.508	571.191	--	(4.481.126)	--	11.653.596
Operações de crédito	11.144.738	3.694.280	492.391	--	(4.389.647)	--	10.941.762
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.154.366	1.924.914	213.863	--	(1.435.280)	--	4.857.863
Financiamentos	356.175	53.373	1.334	--	18.533	--	429.415
Financiamentos rurais	6.592.428	1.717.561	287.062	--	(2.976.162)	--	5.620.889
Financiamentos imobiliários	41.769	(1.568)	(9.868)	--	3.262	--	33.595
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	713.798	9.689	78.927	--	(91.333)	--	711.081
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(106.441)	26.514	--	(6.558)	--	222.088
Operações com cartão de crédito	294.258	113.879	52.789	--	(101.541)	--	359.385
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	(11.629)	(505)	--	30.284	--	64.962
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	13.880	129	--	(13.465)	--	64.646
Operações de arrendamento mercantil	487	539	(127)	--	(146)	--	753
Estágio 3	72.279.613	12.128.186	(581.557)	4.481.126	--	(16.591.928)	71.715.440
Operações de crédito	65.834.712	12.521.873	(637.741)	4.389.647	--	(14.748.447)	67.360.044
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.572.077	7.347.812	(515.079)	1.435.280	--	(7.053.898)	35.786.192
Financiamentos	4.186.861	952.730	(32.742)	(18.533)	--	(1.498.934)	3.589.382
Financiamentos rurais	26.017.313	4.331.491	(73.941)	2.976.162	--	(6.062.329)	27.188.696
Financiamentos imobiliários	1.058.461	(110.160)	(15.979)	(3.262)	--	(133.286)	795.774
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.261.773	(396.582)	56.327	91.333	--	(1.839.806)	4.173.045
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.376.877)	5.752	6.558	--	(345.520)	2.472.762
Operações com cartão de crédito	229.955	1.439.676	49.702	101.541	--	(1.205.635)	615.239
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	153.806	645	(30.284)	--	(4.792)	714.542
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	50	--	53	--	--	103
Diversos	253.802	386.763	228	13.465	--	(283.859)	370.399
Operações de arrendamento mercantil	183.128	2.895	(143)	146	--	(3.675)	182.351
Total da carteira de crédito	98.738.685	16.605.686	(10.366)	3.909.935	(3.899.569)	(16.591.928)	98.752.443

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Saldo inicial ¹	(98.004.759)	(80.118.007)	(98.738.685)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(16.473.323)	(11.474.103)	(16.618.829)	(11.525.107)
Variação cambial - provisões no exterior	12.724	86.493	13.143	57.313
Baixas para prejuízo	16.528.793	8.485.239	16.591.928	8.494.933
Saldo final	(97.936.565)	(83.020.378)	(98.752.443)	(83.392.910)

1 – No 1º Trimestre/2025, o saldo inicial corresponde a 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Saldo inicial	79.769.609	70.539.842
Renegociações	2.862.465	4.731.378
Reestruturações	4.727.897	4.757.616
(Recebimento) e apropriação de juros	(9.315.651)	(4.136.765)
Baixas para prejuízo	(6.584.065)	(3.929.534)
Saldo final ¹	71.460.255	71.962.537
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	55,1%	47,2%

1 - Inclui o montante de R\$ 71 mil (R\$ 153 mil em 31/03/2025) referente a créditos rurais em atraso renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 62.781.823 mil (R\$ 50.801.652 em 31/03/2025) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	31/03/2026	% da Carteira	31/12/2025	% da Carteira
Maior devedor	16.768.389	1,4	16.865.580	1,4
10 maiores devedores	70.409.740	5,8	70.206.927	5,8
20 maiores devedores	106.483.677	8,8	108.349.035	9,0
50 maiores devedores	158.622.778	13,1	164.877.583	13,7
100 maiores devedores	196.756.396	16,3	203.608.832	16,9

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	Safrá 2024/2025 ¹				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ²	Custos por descumprimento das exigibilidades ²
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ³	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Refere-se à posição em 30/06/2025, encerramento da safra 2024/2025.

2 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.

3 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	31/03/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	631.413.702	123.618.413	89.964	755.122.079	25.570.033	587.068	--	26.157.101	72.578.585	82.063	--	72.660.648	729.562.320	124.287.544	89.964	853.939.828
Varejo PF	302.488.260	121.191.817	89.964	423.770.041	13.159.445	586.504	--	13.745.949	41.418.973	81.277	--	41.500.250	357.066.678	121.859.598	89.964	479.016.240
Produtor rural	328.925.442	2.426.596	--	331.352.038	12.410.588	564	--	12.411.152	31.159.612	786	--	31.160.398	372.495.642	2.427.946	--	374.923.588
Pessoas jurídicas	441.435.764	103.834.559	19.135.584	564.405.907	9.564.883	106.984	14.780	9.686.647	29.468.749	23.817	594.393	30.086.959	480.469.396	103.965.360	19.744.757	604.179.513
Atacado	309.020.670	77.211.131	18.178.647	404.410.448	3.783.849	16.395	6.086	3.806.330	16.583.625	16.136	591.745	17.191.506	329.388.144	77.243.662	18.776.478	425.408.284
Varejo MPE	88.601.304	25.593.416	956.937	115.151.657	5.445.704	90.589	8.694	5.544.987	11.142.262	7.681	2.648	11.152.591	105.189.270	25.691.686	968.279	131.849.235
Produtor rural	43.813.790	1.030.012	--	44.843.802	335.330	--	--	335.330	1.742.862	--	--	1.742.862	45.891.982	1.030.012	--	46.921.994
Total	1.072.849.466	227.452.972	19.225.548	1.319.527.986	35.134.916	694.052	14.780	35.843.748	102.047.334	105.880	594.393	102.747.607	1.210.031.716	228.252.904	19.834.721	1.458.119.341
%	81,3%	17,2%	1,5%	100,0%	98,0%	2,0%	0,0%	100,0%	99,3%	0,1%	0,6%	100,0%	83,0%	15,6%	1,4%	100,0%

Banco Múltiplo	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	623.581.392	122.297.111	87.260	745.965.763	26.580.924	279.844	--	26.860.768	68.957.958	44.562	--	69.002.520	719.120.274	122.621.517	87.260	841.829.051
Varejo PF	303.539.529	120.261.234	87.260	423.888.023	11.993.639	279.482	--	12.273.121	38.613.723	43.716	--	38.657.439	354.146.891	120.584.432	87.260	474.818.583
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	444.010.700	106.730.042	17.451.419	568.192.161	8.866.514	116.062	4.955	8.987.531	32.778.747	13.295	589.398	33.381.440	485.655.961	106.859.399	18.045.772	610.561.132
Atacado	312.478.697	79.337.110	16.483.337	408.299.144	3.740.071	28.573	157	3.768.801	20.033.848	6.189	585.925	20.625.962	336.252.616	79.371.872	17.069.419	432.693.907
Varejo MPE	91.275.302	25.946.372	968.082	118.189.756	4.896.471	87.089	4.798	4.988.358	12.071.951	7.106	3.473	12.082.530	108.243.724	26.040.567	976.353	135.260.644
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.067.592.092	229.027.153	17.538.679	1.314.157.924	35.447.438	395.906	4.955	35.848.299	101.736.705	57.857	589.398	102.383.960	1.204.776.235	229.480.916	18.133.032	1.452.390.183
%	81,3%	17,4%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/03/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	646.820.488	123.618.413	89.964	770.528.865	25.777.539	587.068	--	26.364.607	72.971.589	82.063	--	73.053.652	745.569.616	124.287.544	89.964	869.947.124
Varejo PF	317.895.046	121.191.817	89.964	439.176.827	13.366.951	586.504	--	13.953.455	41.811.977	81.277	--	41.893.254	373.073.974	121.859.598	89.964	495.023.536
Produtor rural	328.925.442	2.426.596	--	331.352.038	12.410.588	564	--	12.411.152	31.159.612	786	--	31.160.398	372.495.642	2.427.946	--	374.923.588
Pessoas jurídicas	450.005.046	110.669.765	19.052.736	579.727.547	9.934.503	106.984	14.780	10.056.267	29.794.978	23.817	594.393	30.413.188	489.734.527	110.800.566	19.661.909	620.197.002
Atacado	308.892.537	84.046.337	18.095.799	411.034.673	3.846.857	16.395	6.086	3.869.338	16.581.943	16.136	591.745	17.189.824	329.321.337	84.078.868	18.693.630	432.093.835
Varejo MPE	97.298.719	25.593.416	956.937	123.849.072	5.752.316	90.589	8.694	5.851.599	11.470.173	7.681	2.648	11.480.502	114.521.208	25.691.686	968.279	141.181.173
Produtor rural	43.813.790	1.030.012	--	44.843.802	335.330	--	--	335.330	1.742.862	--	--	1.742.862	45.891.982	1.030.012	--	46.921.994
Total	1.096.825.534	234.288.178	19.142.700	1.350.256.412	35.712.042	694.052	14.780	36.420.874	102.766.567	105.880	594.393	103.466.840	1.235.304.143	235.088.110	19.751.873	1.490.144.126
%	81,2%	17,4%	1,4%	100,0%	98,1%	1,9%	0,0%	100,0%	99,3%	0,1%	0,6%	100,0%	82,9%	15,8%	1,3%	100,0%

Consolidado	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.264	110.432.665	17.466.745	582.023.674	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.388	110.562.022	18.061.098	624.131.508
Atacado	313.078.069	83.039.733	16.254.993	412.372.795	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.241	83.074.495	16.841.075	436.447.811
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.641	232.729.776	17.554.513	1.341.896.930	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.907.027	233.183.539	18.148.866	1.481.239.432
%	81,4%	17,3%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Outros ativos financeiros	64.834.246	71.046.449	73.333.999	70.850.381
Devedores por depósitos em garantia	38.698.821	38.220.956	39.641.046	39.250.337
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.581.235	12.367.543	12.581.235	12.367.543
Rendas a receber	5.410.541	13.303.385	11.909.732	11.410.337
Títulos e créditos a receber ¹	2.092.191	3.238.860	2.300.602	3.408.244
Fundo de Compensação de Variações Salariais	611.624	598.591	611.624	598.591
Negociação e intermediação de valores	1.124.040	1.314.155	1.987.443	1.899.056
Demais	4.315.794	2.002.959	4.302.317	1.916.273
Outros ativos	45.329.809	37.388.944	47.962.269	39.815.755
Ativos atuariais (Nota 28.e)	33.002.774	31.774.493	33.002.774	31.774.493
Devedores diversos	5.047.474	3.736.712	5.871.953	4.361.550
Mantidos para venda - Recebidos	214.489	197.488	214.772	197.772
Despesas Antecipadas ²	5.914.863	1.261.336	6.107.604	1.416.294
Mantidos para venda - Próprios	75.400	116.920	103.005	128.556
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.342	5.349	55.771	54.286
Demais	1.069.467	296.646	2.606.390	1.882.804

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 84.237 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 716.561 mil.

2 - Inclui antecipação de contribuições ordinárias realizadas em março de 2026, à vista, ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a ser deduzida das futuras contribuições ordinárias periódicas atribuíveis ao Banco.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Rendas a receber	(4.253.065)	(4.030.649)	(4.253.065)	(4.030.649)
Títulos e créditos a receber	(583.842)	(572.972)	(897.186)	(852.825)
Demais	(121.668)	(149.530)	(121.672)	(149.535)
Total	(4.958.575)	(4.753.151)	(5.271.923)	(5.033.009)

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Saldo inicial ¹	(4.753.151)	(3.915.265)	(5.033.008)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(206.079)	(384.081)	(249.847)	(422.873)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(10.230)	27.543
Baixas para prejuízo/outros ajustes	655	9.685	21.162	9.856
Saldo final	(4.958.575)	(4.289.661)	(5.271.923)	(4.480.882)

1 - No 1º trimestre/2025, o saldo inicial corresponde a 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido 1º Trimestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 31/12/2025	Movimentações - 1º Trimestre/2026			Saldo contábil 31/03/2026	Resultado de equivalência 1º Trimestre/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência		
No país							32.206.836	(257.000)	53.322	3.355.769	35.358.927	3.265.126
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.271.880	365.914	10.000	--	100,00%	9.907.668	--	(1.702)	365.914	10.271.880	469.841
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	12.081.623	2.144.217	1.325.000	--	68,25%	6.702.003	--	79.901	1.463.348	8.245.252	1.343.663
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.940.270	96.272	3.000	--	100,00%	4.843.998	--	--	96.272	4.940.270	79.819
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.673.011	467.144	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(257.000)	20.442	233.572	6.336.506	238.798
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	835.633	67.225	3.790	--	100,00%	780.473	--	(12.065)	67.225	835.633	151.677
BB Tecnologia e Serviços ⁴	299.749	676.963	32.065	2	2	100,00%	648.378	--	(3.480)	32.065	676.963	24.375
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.611.657	469.209	14	--	100,00%	1.142.448	--	--	469.209	1.611.657	384.358
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	2.030.948	601.731	100.000	--	100,00%	1.428.199	--	1.018	601.731	2.030.948	542.055
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	32.497	8.164	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	8.164	32.497	7.985
Outras participações	--	--	--	--	--		389.844	--	(30.792)	18.269	377.321	22.555
No exterior⁵							8.857.395	--	(70.160)	480.965	9.268.200	541.658
Banco Patagonia S.A.	2.718	6.128.657	617.905	578.117	--	80,39%	4.389.342	--	40.718	496.730	4.926.790	585.092
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.277.882	14.576	211.023	--	100,00%	1.338.027	--	(74.721)	14.576	1.277.882	16.466
Banco do Brasil AG	403.143	845.311	43.775	638	--	100,00%	857.188	--	(55.652)	43.775	845.311	17.124
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	401.289	3.056	5.000	--	100,00%	422.924	--	(24.691)	3.056	401.289	(515)
Banco do Brasil Americas	999.515	1.774.186	77.390	36.250	--	100,00%	1.806.736	--	(109.940)	77.390	1.774.186	63.685
BB USA Holding Company	--	681	(10)	--	--	100,00%	728	--	(37)	(10)	681	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							42.450	--	(389)	--	42.061	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	154.552	(154.552)	--	(140.194)
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							41.064.231	(257.000)	(16.838)	3.836.734	44.627.127	3.806.784
(Provisão para perdas)							(34.653)	--	2.398	--	(32.255)	-

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 46.123.250 mil (R\$ 47.898.750 mil em 31/12/2025).

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido 1º Trimestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 31/12/2025	Movimentações - 1º Trimestre/2026			Saldo contábil 31/03/2026	Resultado de equivalência 1º Trimestre/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência		
Coligadas³ e controladas em conjunto⁴												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.673.011	467.144	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(257.000)	20.442	233.572	6.336.506	238.798
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	220.000	8.650.612	194.171	88.000	2.613.402	30,00%	2.850.334	(22.973)	(290.428)	58.251	2.595.184	69.859
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	11.434.228	326.580	778.320	--	29,17%	3.240.221	--	(53)	95.265	3.335.433	115.165
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	7.085.073	456.776	879	1.759	74,99%	5.239.601	(374.975)	106.199	342.555	5.313.380	240.397
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.818.709	1.089.457	944.858	1.889.339	74,99%	2.237.728	(950.795)	9.833	816.984	2.113.750	824.451
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	403.000	885.887	104.630	107.989	159.308	66,77%	685.207	(163.581)	--	69.859	591.485	36.059
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	2.871.313	302.325	173.620	--	49,99%	1.233.804	--	48.836	152.730	1.435.370	205.925
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.462.671	(684)	1.954.245	--	49,99%	731.434	--	97	(342)	731.189	(7.558)
Outras Participações							495.578	(3.975)	(32.584)	24.369	483.388	35.807
Resultado não realizado ⁹							(2.664.692)	--	40.363	--	(2.624.329)	--
Total							20.388.707	(1.773.299)	(97.295)	1.793.243	20.311.356	1.758.903
(Provisão para perdas)							(6.155)	--	3.672	--	(2.483)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 49,48%, em virtude das participações da Livelos S.A. e Elo Participações Ltda na Cielo.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS S.A.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/03/2026	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	71.055.152	471.316.678	108.322.892	2.173.540	282.756	1.358.005	424.794	6.335.112
Ativos não circulantes	78.619.247	18.457.341	9.153.654	7.511.537	3.053.673	6.584.176	1.255.556	7.448.929
Passivos circulantes	91.193.967	67.156.738	95.882.304	1.029.696	1.171	556.166	217.679	11.472.556
Passivos não circulantes	45.795.132	415.518.604	10.160.014	4.769	--	4.370.321	--	1.425.598
Passivos contingentes	556.196	24.695	159.135	4.769	--	18.995	--	1.415.414
Lucro líquido – 1º Trimestre/2026	475.906	456.275	326.580	194.171	1.099.415	403.284	(684)	81.320
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(8.762)	501	--	--	(9.958)	(100.959)	--	23.310
Lucro líquido ajustado – 1º Trimestre/2026	467.144	456.776	326.580	194.171	1.089.457	302.325	(684)	104.630
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	233.572	342.555	95.265	58.251	816.984	152.730	(342)	69.859
Outros resultados abrangentes	40.879	141.610	(183)	(46.726)	(32.939)	(3.269)	(194)	--
Resultado abrangente total	508.023	598.386	326.397	147.445	1.056.518	299.056	(878)	104.630
Patrimônio líquido	12.685.300	7.098.677	11.434.228	8.650.612	3.335.258	3.015.694	1.462.671	885.887
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(12.289)	(13.604)	--	--	(516.549)	(144.381)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.673.011	7.085.073	11.434.228	8.650.612	2.818.709	2.871.313	1.462.671	885.887
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.336.506	5.313.380	3.335.433	2.595.184	2.113.750	1.435.370	731.189	591.485
Resultado não realizado	--	--	--	2.190.669	--	--	433.660	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.825.166	453.243.360	111.786.970	3.444.825	259.029	1.433.582	459.710	6.105.601
Ativos não circulantes	79.483.296	19.205.216	9.688.939	7.613.443	3.091.442	6.152.357	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.350.659	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	255.271	11.494.042
Passivos não circulantes	40.275.288	400.471.202	10.166.490	4.730	--	4.375.462	--	1.400.310
Passivos contingentes	577.555	24.962	151.740	4.730	--	19.185	--	1.390.970
Lucro líquido – Exercício/2025	1.851.366	1.606.369	1.888.055	1.314.345	5.065.160	2.045.025	42.732	318.165
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	2.726	152.002	--	--	--	(81.524)	--	(49.803)
Lucro líquido ajustado – Exercício/2025	1.854.092	1.758.371	1.888.055	1.314.345	5.065.160	1.963.501	42.732	268.362
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	927.046	1.318.673	550.757	394.303	3.798.364	981.554	26.383	179.179
Outros resultados abrangentes	421.759	487.011	169.676	--	(22.495)	--	184.694	(20.633)
Resultado abrangente total	2.275.851	2.245.382	2.057.731	1.314.345	5.042.665	1.963.501	227.426	247.729
Patrimônio líquido	12.682.515	7.000.791	11.107.831	9.501.112	3.349.110	2.612.484	1.463.161	1.026.257
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(3.530)	(14.100)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.678.985	6.986.691	11.107.831	9.501.112	2.984.035	2.468.101	1.463.161	1.026.257
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.339.493	5.239.601	3.240.221	2.850.334	2.237.728	1.233.804	731.434	685.207
Resultado não realizado	--	--	--	2.219.620	--	--	445.072	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

Banco Múltiplo	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Trimestre/2026		31/03/2026			Saldo contábil
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.541.880	170.922	(114.126)	10.751.617	(6.135.463)	(17.478)	4.598.676
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.400.566	98.719	(101.252)	5.025.888	(2.627.724)	(131)	2.398.033
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.070.779	790.961	(213.726)	8.923.336	(4.275.322)	--	4.648.014
Imobilizações em curso	--	1.291.670	(15.544)	--	1.276.126	--	--	1.276.126
Terrenos	--	296.968	(3.489)	--	293.479	--	--	293.479
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	286.459	9.289	(13.085)	794.411	(506.693)	(5.055)	282.663
Instalações	10%	123.336	6.784	(5.686)	1.020.686	(896.252)	--	124.434
Veículos	10 a 20%	5.355	(3)	(197)	13.795	(8.640)	--	5.155
Obras de arte	--	2.131	(36)	--	2.095	--	--	2.095
Imobilizado em estoque	--	728	(8)	--	720	--	--	720
Total		13.019.872	1.057.595	(448.072)	28.102.153	(14.450.094)	(22.664)	13.629.395
Direito de uso								
Edificações		3.947.539	199.635	(253.032)	4.548.280	(654.138)	--	3.894.142
Total		16.967.411	1.257.230	(701.104)	32.650.433	(15.104.232)	(22.664)	17.523.537

Consolidado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Trimestre/2026		31/03/2026			Saldo contábil
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.557.196	171.052	(115.743)	10.798.707	(6.166.408)	(19.794)	4.612.505
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.613.066	106.923	(110.522)	5.355.900	(2.745.835)	(598)	2.609.467
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.175.134	800.983	(221.990)	9.144.521	(4.390.394)	--	4.754.127
Imobilizações em curso	--	1.292.813	(14.570)	--	1.278.243	--	--	1.278.243
Terrenos	--	299.030	(3.491)	--	295.539	--	--	295.539
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	296.670	11.748	(14.676)	811.213	(512.416)	(5.055)	293.742
Instalações	10%	132.806	7.181	(6.024)	1.034.249	(900.286)	--	133.963
Veículos	10 a 20%	7.397	(13)	(336)	16.691	(9.643)	--	7.048
Obras de arte	--	2.752	(75)	--	2.677	--	--	2.677
Imobilizado em estoque	--	729	(7)	--	722	--	--	722
Total		13.377.593	1.079.731	(469.291)	28.738.462	(14.724.982)	(25.447)	13.988.033
Direito de uso								
Edificações		4.143.631	213.505	(271.844)	4.853.755	(768.463)	--	4.085.292
Total		17.521.224	1.293.236	(741.135)	33.592.217	(15.493.445)	(25.447)	18.073.325



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2025	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	954	12.034.747
Movimentações								
Adições	35.860	405.397	441.257	35.860	408.740	--	--	444.600
Variação cambial	--	(2.012)	(2.012)	--	(2.259)	(453)	(3)	(2.715)
Baixas	--	(27.539)	(27.539)	--	(27.539)	--	--	(27.539)
Amortização	(490.617)	(227.427)	(718.044)	(490.617)	(228.991)	(84)	--	(719.692)
Saldos em 31/03/2026	4.816.165	6.830.525	11.646.690	4.816.165	6.855.130	57.155	951	11.729.401
Valor de custo	10.130.051	12.452.548	22.582.599	10.130.051	12.567.729	461.922	951	23.160.653
Amortização acumulada	(5.299.011)	(5.597.365)	(10.896.376)	(5.299.011)	(5.687.941)	(374.876)	--	(11.361.828)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(24.658)	(39.533)	(14.875)	(24.658)	(29.891)	--	(69.424)
Estimativa de amortização	4.816.165	6.830.525	11.646.690	4.816.165	6.855.130	57.155	--	11.728.450
2026	1.443.655	512.289	1.955.944	1.443.655	514.135	11.391	--	1.969.181
2027	1.647.247	683.053	2.330.300	1.647.247	685.513	11.645	--	2.344.405
2028	706.413	683.053	1.389.466	706.413	685.513	11.524	--	1.403.450
2029	645.695	683.053	1.328.748	645.695	685.513	11.338	--	1.342.546
2030	190.825	683.053	873.878	190.825	685.513	11.257	--	887.595
Após 2030	182.330	3.586.024	3.768.354	182.330	3.598.943	--	--	3.781.273

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	7,50 %	32,28 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	77.544.122	84.623.023	84.656.262	92.013.242
Pessoas físicas	35.652.095	40.099.199	39.595.679	40.099.199
Pessoas jurídicas	22.629.069	31.993.487	25.881.246	35.134.864
Vinculados ¹	14.718.482	7.944.070	14.725.898	7.946.524
Governos	2.990.232	2.732.283	2.990.232	2.732.283
Moedas estrangeiras	377.258	375.375	377.258	375.375
Instituições do sistema financeiro	424.242	479.603	364.248	409.157
Ligadas	342.780	625.098	310.964	4.941.733
Especiais do Tesouro Nacional	162.587	15.506	162.587	15.506
Domiciliados no exterior	61.810	168.209	58.302	163.897
Outros	185.567	190.193	189.848	194.704
Depósitos de poupança	211.233.818	215.188.602	211.233.818	215.188.602
Pessoas físicas	203.180.576	207.500.608	203.180.576	207.500.608
Pessoas jurídicas	7.739.091	7.377.227	7.739.091	7.377.227
Ligadas	298.699	296.947	298.699	296.947
Instituições do sistema financeiro	15.452	13.820	15.452	13.820
Depósitos a prazo	608.540.389	560.668.565	638.931.839	590.567.475
Judiciais	296.904.927	263.446.160	297.079.522	263.612.005
Moeda nacional	282.616.420	269.494.033	282.616.420	269.494.033
Moedas estrangeiras	15.112.398	14.155.857	45.329.253	43.888.922
Regime especial ²	7.969.659	7.802.204	7.969.659	7.802.204
Garantias de terceiros ³	3.719.458	3.572.481	3.719.458	3.572.481
Funproger (Nota 17.e)	856.087	828.782	856.087	828.782
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	205.366	221.971	205.366	221.971
Outros	1.156.074	1.147.077	1.156.074	1.147.077
Outros depósitos	155.090	168.130	155.090	168.130
Total	897.473.419	860.648.320	934.977.009	897.937.449

1 - Inclui o montante de R\$ 1.634.461 mil (R\$ 2.471.727 mil em 31/12/2025), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo						31/03/2026	31/12/2025
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ¹	296.899.776	21.250.951	29.398.923	136.483.233	124.507.506	608.540.389	560.668.565	
Depósitos de poupança	211.233.818	--	--	--	--	211.233.818	215.188.602	
Depósitos à vista	77.544.122	--	--	--	--	77.544.122	84.623.023	
Outros depósitos	155.090	--	--	--	--	155.090	168.130	
Total	585.832.806	21.250.951	29.398.923	136.483.233	124.507.506	897.473.419	860.648.320	

1 - Inclui o valor de R\$ 170.954.011 mil (R\$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado						31/03/2026	31/12/2025
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ¹	296.899.776	45.853.212	34.070.817	137.096.488	125.011.546	638.931.839	590.567.475	
Depósitos de poupança	211.233.818	--	--	--	--	211.233.818	215.188.602	
Depósitos à vista	84.656.262	--	--	--	--	84.656.262	92.013.242	
Outros depósitos	155.090	--	--	--	--	155.090	168.130	
Total	592.944.946	45.853.212	34.070.817	137.096.488	125.011.546	934.977.009	897.937.449	

1 - Inclui o valor de R\$ 170.954.011 mil (R\$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Depósitos a prazo		(14.085.557)	(11.548.473)	(14.963.026)
Judiciais		(7.131.596)	(6.250.005)	(7.132.218)
Demais		(6.953.961)	(5.298.468)	(7.830.808)
Depósitos de poupança		(4.038.302)	(3.911.015)	(4.038.302)
Variação cambial de recursos de clientes		13.912	(59.275)	13.912
Total		(18.109.947)	(15.518.763)	(18.987.416)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		31/03/2026			31/12/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Urbano				27.861	173.152	201.013	28.347	188.544	216.891
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	27.861	173.152	201.013	28.347	188.544	216.891
Outros				941	3.412	4.353	1.014	4.066	5.080
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	941	3.412	4.353	1.014	4.066	5.080
Total				28.802	176.564	205.366	29.361	192.610	221.971

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31/12/2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01/01/2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, instituídos no âmbito do FAT nos termos da Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre critérios de remuneração aplicáveis aos saldos disponíveis dos depósitos especiais do FAT, conforme deliberações do Codefat. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	736.525.959	632.211.590	720.633.926	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	86.507.574	84.362.178	86.926.777	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	61.286.462	38.391.097	55.926.991	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	85.163	89.197	85.163	89.197
Total	884.405.158	755.054.062	863.572.857	727.039.247

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Carteira própria	531.915.497	505.229.549	516.023.464	482.263.422
Letras Financeiras do Tesouro	494.383.752	459.170.642	482.346.216	439.758.808
Títulos privados	23.343.120	26.629.663	23.343.120	26.629.663
Títulos no exterior	10.552.935	11.116.469	7.078.438	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	3.635.690	8.312.775	3.255.690	8.218.576
Carteira de terceiros	204.610.462	126.982.041	204.610.462	126.969.851
Notas do Tesouro Nacional	96.024.260	15.111.835	96.024.260	15.111.835
Letras Financeiras do Tesouro	90.315.344	52.510.997	90.315.344	52.510.997
Letras do Tesouro Nacional	18.270.858	59.359.209	18.270.858	59.343.209
Títulos no exterior	--	--	--	3.810
Total	736.525.959	632.211.590	720.633.926	609.233.273

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					31/03/2026	31/12/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto a banqueiros	5.085.171	9.470.809	10.301.105	6.938.317	--	31.795.402	32.128.719
Importação	152.969	227.474	74.077	--	--	454.520	320.809
Exportação	7.822	19.206	11	--	--	27.039	--
Total	5.245.962	9.717.489	10.375.193	6.938.317	--	32.276.961	32.449.528

	Consolidado					31/03/2026	31/12/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto a banqueiros	5.379.525	9.580.749	10.310.914	6.943.415	--	32.214.603	32.589.352
Importação	152.969	227.474	74.077	--	--	454.520	320.809
Exportação	7.824	19.206	11	--	--	27.041	--
Total	5.540.318	9.827.429	10.385.002	6.943.415	--	32.696.164	32.910.161



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Tesouro Nacional		2.172.036	1.249.845	2.172.036	1.249.845
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	199.855	506	199.855	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.956.033	1.233.191	1.956.033	1.233.191
Outros		6.303	6.303	6.303	6.303
BNDES	Pré 0,50% a 14,87% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 0,76 a 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	17.236.697	15.869.546	17.236.697	15.869.546
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.355.494	25.522.638	25.355.494	25.522.638
Finame	Pré 0,70% a 16,61% TJLP + 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	7.948.134	7.647.495	7.948.134	7.647.495
Outras Instituições Oficiais		565.504	647.199	565.504	647.199
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	565.477	647.171	565.477	647.171
Outros		27	28	27	28
Total		53.277.865	50.936.723	53.277.865	50.936.723

Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Recursos livres – Resolução BCB nº 278/2022	952.748	975.927	952.748	975.927
Total	952.748	975.927	952.748	975.927

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Captações no mercado aberto	(23.714.214)	(19.690.292)	(23.085.579)	(19.097.022)
Carteira própria	(17.468.071)	(9.880.384)	(16.936.098)	(9.417.737)
Carteira de terceiros	(6.246.143)	(9.809.908)	(6.149.481)	(9.679.285)
Depósitos interfinanceiros	(609.177)	(511.638)	(456.891)	(372.200)
Obrigações por Empréstimos	(436.340)	(596.032)	(494.441)	(634.758)
Obrigações por repasses	(1.076.571)	(953.087)	(1.076.571)	(953.087)
Caixa Econômica Federal	(440.893)	(433.772)	(440.893)	(433.772)
BNDES	(292.033)	(252.580)	(292.033)	(252.580)
Finame	(216.912)	(133.735)	(216.912)	(133.735)
Do exterior	(78.538)	(104.034)	(78.538)	(104.034)
Tesouro Nacional	(9.174)	(763)	(9.174)	(763)
Outras	(39.021)	(28.203)	(39.021)	(28.203)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras¹	1.889.604	7.004.745	1.741.168	6.900.555
Total	(23.946.698)	(14.746.304)	(23.372.314)	(14.156.512)

1-Varição cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	257.476.739	280.797.197	265.732.089	289.751.933
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	42.260.482	45.885.187	38.160.482	41.785.187
Total	299.737.221	326.682.384	303.892.571	331.537.120

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo						257.476.739	280.797.197
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						16.337.609	17.212.145
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	281.452	290.309
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	411.255	398.464
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	562.161	604.569
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	696.756	700.724
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.894.190	4.132.061
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.631.242	2.806.812
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.990.307	4.139.934
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	3.870.246	4.139.272
Certificados de Depósitos ²						5.717.804	5.295.722
Curto prazo			0,00% a 16,25%			5.644.439	5.173.363
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	73.365	122.359
Certificados de Operações Estruturadas						416.687	275.050
Curto prazo			10,46% a 15,77% DI			415.329	271.674
Longo prazo			12,48% a 14,67% DI		2028	1.358	3.376
Letras de Crédito Imobiliário			65,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			16.224.679	16.103.911
Curto prazo						4.766.139	4.410.417
Longo prazo					2029	11.458.540	11.693.494
Letras de Crédito do Agronegócio			10,00% a 99,50% DI 8,67% a 14,70% a.a.			193.801.854	213.144.186
Curto prazo						33.630.978	42.544.901
Longo prazo					2030	160.170.876	170.599.285
Letras financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,35%			24.978.106	28.766.183
Curto prazo						21.935.895	18.007.386
Longo prazo					2028	3.042.211	10.758.797
Banco Patagonia						251.944	262.538
Curto prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	251.944	262.538
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						8.076.819	8.715.196
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ³							
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	52.267	110.200
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e 04/2023	2029	2.933.081	3.298.903
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	704.264	758.909
Notas Estruturadas ³							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e 03/2015	2034	2.681.121	2.780.707
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.706.086	1.766.477
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(73.413)	(22.998)
Total						265.732.089	289.751.933

1 - As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, em reais, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD, EUR e BRL.

3 - Informações sobre a EPE Dollar e a EPE Loans podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste ¹						8.801.069	11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						29.353.635	30.015.161
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	--	21.360
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.539.878	2.440.658
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	226.114	217.327
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.871.789	2.761.931
		5.180.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.596.655	5.396.182
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	2.803.619	3.149.014
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	14.968.121	15.693.687
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	347.459	335.002
Bônus Perpétuos						4.105.778	4.135.267
	BRL	4.100.000	5,50% ²	2012	Perpétuo	4.105.778	4.135.267
Total – Banco Múltiplo						42.260.482	45.885.187
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)	(4.100.000)
Total Consolidado						38.160.482	41.785.187

1 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

2 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 31.592.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 31.612.100 mil em 31/12/2025), vide Nota 30.f.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(8.155.956)	(7.560.678)	(8.322.424)	(7.751.084)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(6.327.041)	(5.993.346)	(6.327.041)	(5.993.346)
Letras financeiras	(925.645)	(788.643)	(925.645)	(788.643)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(411.810)	(383.168)	(578.278)	(573.574)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(480.491)	(390.254)	(480.491)	(390.254)
Certificados de Operações Estruturadas	(10.969)	(5.267)	(10.969)	(5.267)
Dívidas subordinadas	(1.131.152)	(912.905)	(1.131.152)	(912.905)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.131.152)	(912.905)	(1.131.152)	(912.905)
Total	(9.287.108)	(8.473.583)	(9.453.576)	(8.663.989)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Outros passivos financeiros	195.001.407	193.394.905	193.386.361	192.627.318
Operações com cartão de crédito/débito	54.619.696	57.621.672	55.320.007	58.285.771
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	48.788.315	46.434.377	48.788.315	46.434.377
Passivos de arrendamento	4.179.260	4.166.194	4.393.316	4.381.612
Fundos financeiros e de desenvolvimento	66.040.961	62.189.713	66.040.961	62.189.713
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ¹	51.529.129	47.245.963	51.529.129	47.245.963
Marinha Mercante	4.609.988	4.962.643	4.609.988	4.962.643
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.182.271	5.277.364	5.182.271	5.277.364
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	2.890.541	2.852.672	2.890.541	2.852.672
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.483.728	1.459.293	1.483.728	1.459.293
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	87.328	85.722	87.328	85.722
Pasep	30.634	123.735	30.634	123.735
Outros	227.342	182.321	227.342	182.321
Negociação e intermediação de valores	3.889.000	4.371.897	472.800	404.306
Demais	17.484.175	18.611.052	18.370.962	20.931.539
Outros passivos	39.699.502	36.862.963	50.426.054	46.727.068
Credores diversos	15.201.968	17.253.923	16.911.685	18.257.325
Passivos atuariais (Nota 28.e)	10.756.934	10.715.698	10.756.934	10.715.698
Comissões a apropriar	--	--	6.181.046	6.130.044
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.962.760	661.182	5.976.312	679.914
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.479.520	5.180.176	5.479.520	5.180.176
Obrigações por convênios oficiais	1.385.587	1.470.268	1.385.587	1.470.268
Obrigações sociais e estatutárias	571.267	1.132.718	596.843	1.154.195
Rendas antecipadas	9.063	8.519	101.002	102.875
Demais	332.403	440.479	3.037.125	3.036.573

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 49.925.809 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 1.603.167 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Varição cambial de outros passivos	2.587.082	2.638.136	2.663.749	2.646.584
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(392.678)	(27.196)	(392.678)	(27.196)
Demais	(707.184)	(606.421)	(701.406)	(503.840)
Total	1.487.220	2.004.519	1.569.665	2.115.548



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF. Contudo, o Relator encaminhou os autos ao Núcleo de Solução consensual de Conflitos, para mediação, que está em andamento.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Demandas cíveis				
Saldo inicial	20.107.078	14.766.177	20.282.228	14.928.656
Constituição	1.988.678	2.271.900	2.008.731	2.300.535
Reversão da provisão	(730.381)	(640.171)	(746.719)	(659.614)
Baixa por pagamento	(991.417)	(860.858)	(996.484)	(865.043)
Atualização monetária e variação cambial	590.258	288.498	593.276	288.585
Saldo final	20.964.216	15.825.546	21.141.032	15.993.119
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	7.992.978	7.630.188	8.047.937	7.679.384
Constituição	833.279	705.847	834.969	708.258
Reversão da provisão	(307.827)	(104.227)	(308.021)	(108.582)
Baixa por pagamento	(532.983)	(552.419)	(533.996)	(552.911)
Atualização monetária e variação cambial	194.478	176.819	196.059	177.261
Saldo final	8.179.925	7.856.208	8.236.948	7.903.410
Demandas fiscais				
Saldo inicial	1.355.935	1.584.401	1.559.635	1.750.418
Constituição	38.823	154.046	40.599	161.444
Reversão da provisão	(5.356)	(75.396)	(29.217)	(78.266)
Baixa por pagamento	(33.430)	(81.253)	(33.430)	(81.253)
Atualização monetária e variação cambial	29.760	30.921	36.078	31.834
Saldo final	1.385.732	1.612.719	1.573.665	1.784.177
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	30.529.873	25.294.473	30.951.645	25.680.706

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.611.506	7.331.845	738.003	16.768.261	7.388.801	1.043.017
acima de 5 anos	4.352.710	848.080	647.729	4.372.771	848.147	530.648
Total	20.964.216	8.179.925	1.385.732	21.141.032	8.236.948	1.573.665

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.



Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Demandas fiscais	12.663.589	12.258.057	13.812.569	13.366.086
Demandas cíveis	2.358.488	2.277.752	2.386.952	2.305.913
Demandas trabalhistas	80.948	72.912	105.053	98.390
Total	15.103.025	14.608.721	16.304.574	15.770.389

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- IRPJ e CSLL – R\$ 5.060.607 mil: litígios decorrentes da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 3.016.795 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Demandas Cíveis	20.085.674	19.823.420	20.135.169	19.869.516
Demandas Fiscais	9.697.907	9.646.279	10.453.885	10.499.731
Demandas Trabalhistas	8.904.834	8.740.303	8.935.003	8.770.296
Total	38.688.415	38.210.002	39.524.057	39.139.543

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.631.712)	(2.813.799)	(2.625.755)	(2.826.913)
Cíveis	(1.848.555)	(1.925.789)	(1.855.288)	(1.934.964)
Trabalhistas	(719.930)	(778.439)	(723.007)	(776.937)
Fiscais	(63.227)	(109.571)	(47.460)	(115.012)
Outras	(6.234)	(11.447)	(6.234)	(11.447)
Outras	(6.234)	(11.447)	(6.234)	(11.447)
Total	(2.637.946)	(2.825.246)	(2.631.989)	(2.838.360)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Valores Correntes	(29.631)	(41.530)	(1.568.143)	(1.332.885)
IR e CSLL no país	(2.296)	(2.019)	(1.297.933)	(1.253.244)
Imposto de renda no exterior	(27.335)	(39.511)	(270.210)	(79.641)
Valores diferidos	3.510.246	1.848.561	3.667.442	1.923.300
Passivos fiscais diferidos	(1.194.056)	27.019	(1.215.464)	(60.426)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(14.190)	(14.148)
Marcação a mercado	(288.147)	893.736	(292.608)	815.336
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(520.290)	(488.237)	(520.290)	(488.237)
Lucros do exterior	(308.209)	(378.512)	(308.209)	(378.512)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(76.697)	--	(76.697)	--
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	5.135	5.135
Outros	(713)	32	(8.605)	--
Ativos fiscais diferidos	4.704.302	1.821.542	4.882.906	1.983.726
Diferenças temporárias	116.362	2.292.077	69.659	2.436.079
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	4.434.009	661	4.434.009	(13.675)
Marcação a mercado	168.365	(236.687)	393.672	(204.169)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(14.434)	(234.509)	(14.434)	(234.509)
Total	3.480.615	1.807.031	2.099.299	590.415

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	(47.707)	5.857.268	2.198.283	7.820.474
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	21.468	(2.635.771)	(989.227)	(3.519.213)
Encargos JCP	389.745	1.242.256	389.745	1.242.256
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	1.786.224	1.760.445	806.333	789.567
Participação de empregados no lucro	176.794	386.650	177.881	387.515
Outros valores ¹	1.106.384	1.053.451	1.714.567	1.690.290
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	3.480.615	1.807.031	2.099.299	590.415

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Cofins	(1.152.381)	(1.088.761)	(1.461.402)	(1.373.586)
ISSQN	(234.103)	(225.671)	(360.592)	(343.297)
PIS/Pasep	(187.399)	(177.041)	(249.154)	(233.906)
Outras	(57.758)	(55.836)	(259.774)	(222.634)
Total	(1.631.641)	(1.547.309)	(2.330.922)	(2.173.423)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	12.352.274	12.472.759	12.352.274	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.638.146	1.832.748	2.645.282	1.841.397
Decorrentes de lucros do exterior	308.209	--	308.209	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Operações em mercados de liquidação futura	85.008	--	85.008	--
Ajuste da carteira de leasing	--	--	158.538	144.348
Dependências no exterior	18.559	16.561	18.559	16.561
Outros	63.223	52.650	159.509	145.195
Total dos passivos fiscais diferidos	15.599.563	14.508.862	15.861.523	14.754.404
Imposto de Renda	8.024.744	7.497.325	8.246.346	7.706.197
Contribuição Social	6.396.369	5.976.462	6.416.439	5.995.064
Cofins	1.013.301	889.968	1.029.998	904.846
PIS/Pasep	165.149	145.107	168.740	148.297

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2025	1º Trimestre/2026		31/03/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	85.049.960	8.732.562	(8.978.459)	84.804.063
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.475.417	7.530.972	(1.139.208)	61.867.181
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	368.323	210.223	--	578.546
Provisões passivas - outras	25.656.406	505.375	(6.619.883)	19.541.898
Ajustes patrimoniais negativos de planos de	954.678	--	--	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.284.066	485.992	(189.403)	1.580.655
Outras provisões	1.311.070	--	(1.029.965)	281.105
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	184.201	4.434.009	(9.963)	4.608.247
Total dos ativos fiscais diferidos	85.870.699	13.166.571	(8.988.422)	90.048.848
Imposto de Renda	47.827.825	7.233.089	(4.934.156)	50.126.758
Contribuição Social	37.920.654	5.634.856	(3.787.735)	39.767.775
Cofins	105.136	256.883	(229.274)	132.745
PIS/Pasep	17.084	41.743	(37.257)	21.570

	Consolidado			
	31/12/2025	1º Trimestre/2026		31/03/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	87.799.694	9.481.323	(9.537.390)	87.743.627
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.636.428	7.566.936	(1.154.123)	62.049.241
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	368.332	210.232	--	578.564
Provisões passivas - outras	26.392.371	506.759	(6.668.077)	20.231.053
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	954.678	--	--	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.479.703	775.139	(294.314)	1.960.528
Outras provisões	2.968.182	422.257	(1.420.876)	1.969.563
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	232.318	4.434.009	(12.521)	4.653.806
Total dos ativos fiscais diferidos	88.668.550	13.915.332	(9.549.911)	93.033.971
Imposto de Renda	49.616.436	7.797.029	(5.327.876)	52.085.589
Contribuição Social	38.684.377	5.731.227	(3.882.711)	40.532.893
Cofins	305.949	329.091	(288.236)	346.804
PIS/Pasep	61.788	57.985	(51.088)	68.685



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Créditos tributários no exterior	781.139	826.096	1.005.032	1.015.344
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	26.504	26.376
Diferenças temporárias	--	--	5.064	5.045
Total dos créditos tributários	781.139	826.096	1.036.600	1.046.765
Imposto de Renda	433.966	458.942	575.889	581.536
Contribuição Social	347.173	367.154	460.711	465.229

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	21.933.327	20.901.035	22.633.078	21.007.304
Em 2027	22.052.955	19.836.605	22.689.856	19.880.050
Em 2028	19.563.787	16.749.733	20.089.331	16.756.235
Em 2029	3.261.566	2.663.655	3.355.381	2.668.808
Em 2030	3.056.037	2.380.255	3.143.413	2.384.367
Em 2031	3.137.121	2.330.285	3.225.802	2.333.590
Em 2032	2.973.961	2.106.813	3.057.643	2.109.491
Em 2033	3.154.120	2.130.993	3.240.252	2.132.350
Em 2034	2.973.961	1.916.249	3.054.859	1.917.288
Em 2035	3.763.864	2.419.807	4.178.935	2.440.367
Total de Créditos Tributários em 31/12/2025	85.870.699	73.435.430	88.668.550	73.629.850

No 1º trimestre/2026, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 8.988.422 mil (R\$ 9.549.911 mil no Consolidado), correspondente a 40,98% da respectiva projeção de utilização para o período de 2026, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2025.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2026	0%	26%	0%	26%
Em 2027	0%	26%	0%	26%
Em 2028	0%	23%	0%	23%
A partir de 2029	100%	25%	100%	25%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	186.520.275	184.587.758
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	32,67	32,34
Valor de mercado por ação (R\$)	23,00	21,92
Patrimônio líquido consolidado	194.939.924	192.105.295

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$120.000.000 mil em 31/12/2025) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 150.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2025, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à quarta parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 20/05/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.416.070	1.417.307	1.417.307
Reservas de lucros	82.221.366	83.087.465	81.486.681	82.301.417
Reserva legal	16.128.978	16.128.978	16.128.978	16.128.978
Reservas estatutárias	66.092.388	66.958.487	65.357.703	66.172.439
Margem operacional	55.454.847	55.454.847	54.402.477	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	10.637.541	11.503.640	10.955.226	11.843.512

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	3.032.862	6.798.842
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.057.927	5.709.128.303
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	0,53	1,19



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

2026	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	400.396	0,070	02/03/2026	11/03/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	465.703	0,082	01/06/2026	11/06/2026
Total destinado aos acionistas	866.099	0,152		
Juros sobre o capital próprio ¹	866.099	0,152		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	2.760.569	0,483		
Juros sobre o capital próprio ¹	2.760.569	0,483		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	31/03/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo	3.032.862	6.798.842	186.520.275	184.587.758
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	5.779	102.581	4.100.000	4.100.000
Resultado não realizado ²	51.363	(129.358)	(734.685)	(786.048)
Participação de não controladores	--	--	5.054.334	4.203.585
Consolidado	3.090.004	6.772.065	194.939.924	192.105.295

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31/03/2026	31/12/2025
Banco do Brasil		
Ativos financeiros ao valor justo	(1.620.215)	(1.267.857)
Hedge de investimentos no exterior	12.183	(37.076)
Variação cambial de investimentos no exterior	(11.103.069)	(11.044.288)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(6.217.529)	(6.217.529)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Ativos financeiros ao valor justo	(189.989)	(160.967)
Hedge de fluxo de caixa	(18.390)	(42.115)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	296	296
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(1.000.935)	(1.001.774)
Outros resultados abrangentes	242.712	112.793
Total	(19.894.936)	(19.658.517)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	31/03/2026	31/12/2025
BB Tecnologia e Serviços ¹	--	4	--	--
Fundos de Investimento	(1.012)	1.909	9.283	10.007
Banco Patagonia S.A.	123.590	142.730	1.210.240	1.076.692
BB Seguridade S.A.	680.585	624.884	3.834.811	3.116.886
Participação dos não controladores	803.163	769.527	5.054.334	4.203.585

1 - No 1º Trimestre/2025, o Banco ainda não detinha a totalidade das ações emitidas pela BB Tecnologia e Serviços.

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	255.384.690	4,5	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.455.806	0,4	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.587.576.460	45,1	2.586.898.660	45,1
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.287.210.925	74,8	4.406.347.986	76,9
Residentes no exterior	1.443.623.115	25,2	1.324.486.054	23,1

1 - Em 31/03/2026 e 31/12/2025, o saldo inclui, respectivamente, 73.450 e 11.957 ações de emissão do Banco do Brasil, mantidas na BB Asset e no BB-BI.

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹	
	31/03/2026	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282	45.282
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	292.753	292.753
Comitê de Auditoria	120	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	% Total	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.623.097	49,6	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	--	--	334.826	--
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.623.097	49,6	2.842.623.097	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ integram o montante de ações em circulação.



l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.399	100,0	22.370.399	100,0	22.455.806	100,0	22.455.806	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	72,2	16.150.700	71,9	16.150.700	71,9
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	594.286	2,7	679.693	3,0	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.260)		(257.260)		(258.497)		(258.497)	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A remuneração em ações é estruturada de forma proporcional ao nível de responsabilidade do administrador, prevendo a transferência imediata para a titularidade do beneficiário de percentual variável entre 14% e 20%, enquanto a parcela remanescente, compreendida entre 80% e 86%, é diferida pelo prazo de três a cinco anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 7.171 mil no 1º trimestre/2026 (R\$ 6.236 mil no 1º trimestre/2025).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência da resolução supracitada, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	04/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	04/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	04/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	346.759	28,03	69.342	104.016	04/2026
				69.342	03/2027
				48.531	03/2028
				34.664	03/2029
				20.864	03/2030
Total de ações a distribuir				277.417	

1 – No programa de 2024, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco detidas pelo Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Administração de fundos	1.640.054	1.523.625	2.711.880	2.496.756
Comissões de seguros, previdência e capitalização	121.059	87.862	1.540.480	1.488.783
Conta corrente	1.336.020	1.341.520	1.336.057	1.341.749
Taxas de administração de consórcios	--	--	932.256	817.544
Rendas de cartões	442.040	405.117	528.109	504.836
Operações de crédito e garantias prestadas	391.444	257.885	391.474	257.877
Cobrança	262.514	282.196	277.121	298.454
Arrecadações	251.413	248.517	243.173	240.755
Rendas do mercado de capitais	40.054	37.618	131.514	166.563
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	70.371	73.997	70.371	73.997
Interbancária	13.227	15.835	13.227	15.835
Outras	419.320	383.839	645.617	658.321
Total	4.987.516	4.658.011	8.821.279	8.361.470

1 - Inclui o montante de R\$ 11.157 mil no 1º Trimestre/2026 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 11.068 mil no 1º Trimestre/2025).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Proventos	(2.758.379)	(2.565.830)	(3.155.731)	(2.966.116)
Provisões administrativas de pessoal	(1.188.875)	(1.060.710)	(1.190.896)	(1.063.056)
Benefícios	(1.021.025)	(974.531)	(1.086.675)	(1.031.265)
Encargos sociais	(927.195)	(870.984)	(1.025.478)	(984.602)
Previdência complementar	(287.787)	(245.838)	(293.633)	(250.588)
Honorários de diretores e conselheiros	(13.113)	(10.750)	(18.827)	(15.322)
Treinamentos	(8.316)	(8.823)	(10.603)	(11.226)
Total	(6.204.690)	(5.737.466)	(6.781.843)	(6.322.175)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Depreciação	(701.103)	(401.117)	(741.136)	(434.115)
Amortização	(718.389)	(635.855)	(719.690)	(637.871)
Processamento de dados	(637.996)	(535.242)	(446.591)	(409.974)
Serviços de vigilância e segurança	(377.093)	(349.934)	(385.156)	(358.150)
Manutenção e conservação de bens	(316.864)	(330.801)	(226.650)	(226.389)
Serviços técnicos especializados	(122.465)	(114.411)	(160.340)	(156.665)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(132.155)	(160.248)	(132.155)	(160.248)
Serviços do sistema financeiro	(99.681)	(117.121)	(126.766)	(148.610)
Água, energia e gás	(110.875)	(119.012)	(116.242)	(125.413)
Propaganda e publicidade	(97.220)	(102.117)	(106.139)	(111.159)
Comunicações	(88.523)	(110.225)	(105.839)	(127.389)
Serviços de terceiros	(192.927)	(207.521)	(93.200)	(136.970)
Aluguéis	(61.056)	(319.109)	(63.774)	(322.083)
Promoções e relações públicas	(48.798)	(46.899)	(48.757)	(55.193)
Viagem no país	(25.356)	(26.606)	(33.737)	(32.877)
Transporte	(14.051)	(23.223)	(19.110)	(39.075)
Material	(2.227)	(3.086)	(3.431)	(6.779)
Outras	(200.135)	(116.597)	(197.476)	(142.385)
Total	(3.946.914)	(3.719.124)	(3.726.189)	(3.631.345)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Atualização de ativo atuarial	1.066.358	996.238	1.066.358	996.238
Atualização de depósitos em garantia	717.987	650.705	718.295	657.870
Recuperação de encargos e despesas	561.438	615.764	420.070	473.134
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	375.936	380.822	375.936	380.822
Atualização de impostos a compensar	251.903	59.258	251.903	59.258
Operações com cartões	91.635	178.927	191.028	309.882
Clube de Benefícios BB	108.676	128.028	108.676	128.028
Reversão de provisões - outras	38.282	16.740	65.869	25.502
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	36.084	68.675
Dividendos recebidos	250.773	167.461	35.014	21.301
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	33.143	36.251	33.143	36.251
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	14.310	13.979	14.310	13.979
Rendas de títulos e créditos a receber	6.345	188	6.345	188
Outras	91.094	92.635	239.707	171.186
Total	3.607.880	3.336.996	3.562.738	3.342.314

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Operações com cartões	(884.750)	(539.475)	(948.572)	(598.210)
Serviços de terceiros	(320.888)	(306.570)	(449.330)	(417.347)
Bônus de relacionamento negocial	(432.410)	(409.465)	(432.410)	(409.465)
Descontos concedidos em renegociação	(350.698)	(261.372)	(350.698)	(261.372)
Atualização das obrigações atuariais	(345.421)	(334.893)	(345.421)	(334.893)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(252.953)	(205.266)
Convênio INSS	(173.529)	(152.009)	(173.529)	(152.009)
Transporte de valores	(167.493)	(153.955)	(167.493)	(153.955)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(123.496)	(12.774)	(134.321)	(27.409)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(132.402)	(131.041)	(132.402)	(131.041)
Autoatendimento	(66.026)	(92.773)	(66.026)	(92.773)
Falhas/fraudes e outras perdas	(37.080)	(41.632)	(47.603)	(45.953)
Outras despesas de provisões operacionais	(422)	(487)	(13.978)	(17.731)
Outras	(1.081.419)	(985.939)	(1.183.409)	(986.332)
Total	(4.116.034)	(3.422.385)	(4.698.145)	(3.833.756)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Benefícios de curto prazo	11.746	15.709
Honorários e encargos sociais	9.337	8.086
Diretoria Executiva	9.305	8.033
Conselho de Administração	32	53
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	--	5.878
Outros ¹	2.409	1.745
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	100	109
Remuneração baseada em ações	--	15.137
Total	11.846	30.955

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Trimestre/2026, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 270.438 mil no Banco Múltiplo (R\$ 254.896 mil no 1º Trimestre/2025) e R\$ 128.232 mil no Consolidado (R\$ 118.506 mil no 1º Trimestre/2025). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 35.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2026, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.800.000 mil (de até R\$ 1.180.000 mil em 2025).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 61.330 mil no 1º Trimestre/2026 (R\$ 923 mil no 1º Trimestre/2025).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.361.416	204.940



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador:** União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas:** Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto:** Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração:** Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas:** Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2026
Ativos	1.624.576	7.479.926	11.716.178	7.031	37.612.273	58.439.984
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	5.989.837	524.869	--	5.812.492	12.327.198
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	377	7	237.826	--	1.503.014	1.741.224
Carteira de crédito ¹	--	936.488	9.829.313	7.031	19.915.554	30.688.386
Outros ativos ²	1.624.199	553.594	1.124.170	--	10.381.213	13.683.176
Garantias recebidas	191.714	--	--	--	3.109.390	3.301.104
Passivos	55.130.681	26.439.190	14.891.644	31.361	79.351.718	175.844.594
Recursos de clientes	4.228.332	217.208	433.412	3.623	11.633.682	16.516.257
Recursos de instituições financeiras	216.002	22.418.972	1.220.877	--	65.682.777	89.538.628
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.123.582	73.413	--	27.738	43.478	4.268.211
Outros passivos ^{2 3}	46.562.765	3.729.597	13.237.355	--	1.991.781	65.521.498
Garantias prestadas e outras obrigações	393.631	184.729	5.000.000	4.517	111.407	5.694.284
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2026					
Receitas da intermediação financeira	1.784.360	164.283	539.770	306	865.148	3.353.867
Despesas da intermediação financeira	(73.784)	(829.726)	(38.318)	(951)	(1.270.330)	(2.213.109)
Receitas de prestação de serviços	22.892	9.275	282.203	--	120.398	434.768
Outras receitas	198	367.510	141.014	--	275.316	784.038
Outras despesas ²	(770.068)	(621.113)	(765.159)	--	(159.275)	(2.315.615)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 26.822 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 6.384 mil no 1º Trimestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	6.126.344	11.469.452	6.209	37.203.719	56.693.295
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	4.517.680	1.913.661	--	5.900.166	12.331.507
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	9	253.451	--	1.591.857	1.845.398
Carteira de crédito ¹	--	997.170	8.112.906	6.209	19.370.790	28.487.075
Outros ativos ²	1.887.490	611.485	1.189.434	--	10.340.906	14.029.315
Garantias recebidas	207.061	--	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	52.860.700	34.213.513	17.093.598	31.519	73.394.527	177.593.857
Recursos de clientes	3.777.713	202.928	407.858	2.971	11.117.284	15.508.754
Recursos de instituições financeiras	16.653	29.772.954	2.458.498	--	60.402.779	92.650.884
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.135.267	22.999	22.450	28.548	57.692	4.266.956
Outros passivos ^{2 3}	44.931.067	4.214.632	14.204.792	--	1.816.772	65.167.263
Garantias prestadas e outras obrigações	392.827	101.799	5.066.435	4.383	105.064	5.670.508
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2025					
Receitas da intermediação financeira	1.536.246	407.505	270.589	286	528.822	2.743.448
Despesas da intermediação financeira	(54.177)	(746.507)	(13.096)	(917)	(1.094.105)	(1.908.802)
Receitas de prestação de serviços	23.569	8.790	207.704	--	159.010	399.073
Outras receitas	1.171	283.650	192.084	--	3.354	480.259
Outras despesas ²	(646.911)	(543.263)	(307.965)	--	(124.749)	(1.622.888)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 33.045 mil no 1º Trimestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2026
Ativos	1.624.576	15.023.324	7.031	37.613.414	54.268.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	524.869	--	5.812.492	6.337.361
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	377	237.826	--	1.503.531	1.741.734
Carteira de crédito ¹	--	9.829.313	7.031	19.915.554	29.751.898
Outros ativos ²	1.624.199	4.431.316	--	10.381.837	16.437.352
Garantias recebidas	191.714	--	--	3.109.390	3.301.104
Passivos	51.030.681	21.219.179	31.361	79.351.718	151.632.939
Recursos de clientes	4.228.332	433.412	3.623	11.633.682	16.299.049
Recursos de instituições financeiras	216.002	1.220.877	--	65.682.777	67.119.656
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	23.582	--	27.738	43.478	94.798
Outros passivos ^{2 3}	46.562.765	19.564.890	--	1.991.781	68.119.436
Garantias prestadas e outras coobrigações	393.631	5.000.000	4.517	111.407	5.509.555
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2026				
Receitas da intermediação financeira	1.784.360	539.770	306	865.148	3.189.584
Despesas da intermediação financeira	(73.784)	(38.318)	(951)	(1.270.330)	(1.383.383)
Receitas de prestação de serviços	23.815	1.891.444	5	134.610	2.049.874
Outras receitas	198	203.180	--	275.316	478.694
Outras despesas ²	(763.284)	(765.159)	--	(160.649)	(1.689.092)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 26.822 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 6.384 mil no 1º Trimestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários ³	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2025				
Receitas da intermediação financeira	1.536.246	268.693	286	530.243	2.335.468
Despesas da intermediação financeira	(54.177)	(13.096)	(917)	(1.094.105)	(1.162.295)
Receitas de prestação de serviços	26.054	1.778.825	4	178.313	1.983.196
Outras receitas	1.171	254.250	--	3.354	258.775
Outras despesas ²	(544.330)	(307.965)	--	(125.576)	(977.871)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 33.045 mil no 1º Trimestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
	Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão

¹ - Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/03/2026			31/12/2025		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	86.404	121.550	207.954	86.919	121.572	208.491
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.430	98.379	100.809	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	74.063	5.189	79.252	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.717	1.717	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.911	16.265	26.176	9.984	16.295	26.279
Planos de Assistência Médica	88.059	104.552	192.611	88.528	104.848	193.376
Cassi	79.772	99.793	179.565	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.287	4.759	13.046	8.346	4.950	13.296



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	580.529	535.845
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	162.244	161.891
Plano Previ Futuro	318.928	275.153
Plano Informal	25.454	25.543
Outros Planos	73.903	73.258
Planos de Assistência Médica	588.627	562.726
Cassi	522.073	496.359
Outros Planos	66.554	66.367
Total	1.169.156	1.098.571

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.013.337 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.162.681 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	678.894	662.045
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.050.340	976.847
Plano Previ Futuro	(318.928)	(275.153)
Plano Informal	(29.928)	(26.583)
Outros Planos	(22.590)	(13.066)
Planos de Assistência Médica	(661.024)	(634.872)
Cassi	(597.538)	(571.640)
Outros Planos	(63.486)	(63.232)
Total	17.870	27.173

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31/12/2025 e 31/12/2024.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo inicial	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
Custo de juros	(17.594.917)	(16.805.251)	(82.895)	(76.667)	(1.157.512)	(1.094.779)	(1.060.976)	(998.629)
Custo do serviço corrente	(10.108)	(32.447)	--	--	(91.825)	(92.829)	(2.541)	(3.909)
Custo do serviço passado	--	--	(19.251)	(27.063)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	17.045.504	16.486.575	121.579	126.081	987.804	951.818	986.275	947.416
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(9.942.316)	41.464.139	(46.739)	156.076	(445.235)	2.689.119	(497.952)	2.301.334
Ajuste de experiência	(1.442.634)	(3.502.836)	(9.801)	2.870	532	100.180	(17.242)	(104.183)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	(183.709)	--	(8.198)	--	26.623	11.435	5.705
Alterações premissas financeiras	(8.499.682)	45.150.684	(36.938)	161.404	(445.767)	2.562.316	(492.145)	2.399.812
Saldo final	(139.573.241)	(129.071.404)	(664.842)	(637.536)	(9.166.110)	(8.459.342)	(8.337.601)	(7.762.407)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(139.573.241)	(129.071.404)	--	--	(361.462)	--	(7.671.516)	(7.714.673)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(664.842)	(637.536)	(8.804.648)	(8.459.342)	(666.085)	(47.734)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ¹	
	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo inicial	182.839.230	217.226.231	--	--	--	--	7.714.673	8.065.338
Receita de juros	24.797.453	22.067.980	--	--	--	--	1.032.972	845.192
Antecipação de contraprestação ²	--	--	--	--	361.462	--	--	--
Contribuições recebidas	1.383.605	1.355.345	121.579	126.081	987.804	951.818	518.751	494.002
Participantes	686.366	670.292	--	--	--	--	196.857	190.281
Empregador	697.239	685.053	121.579	126.081	987.804	951.818	321.894	303.721
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(17.045.504)	(16.486.575)	(121.579)	(126.081)	(987.804)	(951.818)	(986.275)	(947.416)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.216.237	(41.323.751)	--	--	--	--	(608.605)	(742.443)
Saldo final	202.191.021	182.839.230	--	--	361.462	--	7.671.516	7.714.673

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2 - Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	202.191.021	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.671.516	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(139.573.241)	(139.573.241)	(664.842)	(664.842)	(9.166.110)	(9.166.110)	(8.337.601)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	62.617.780	62.617.780	(664.842)	(664.842)	(8.804.648)	(8.804.648)	(666.085)	(666.085)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	31.308.890	31.308.890	(664.842)	(664.842)	(8.804.648)	(8.804.648)	(780.605)	(780.605)
5) Valores reconhecidos no resultado ¹	1.050.340	--	(29.928)	--	(313.193)	--	(21.574)	--
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 28.f) ¹	162.244	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ¹	--	--	25.453	--	237.746	--	75.956	--
8) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ²	32.521.474	31.308.890	(669.317)	(664.842)	(8.880.095)	(8.804.648)	(726.223)	(780.605)

1 - Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de dezembro.

2 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Custo do serviço corrente	(518)	(1.560)	--	--	(24.654)	(22.620)	(324)	(308)
Custo dos juros	(2.176.709)	(2.170.900)	(20.131)	(21.078)	(288.539)	(284.981)	(144.456)	(145.889)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.227.567	3.149.307	--	--	--	--	123.207	134.886
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(9.797)	(5.505)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(284.345)	(264.039)	(64.503)	(64.987)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.050.340	976.847	(29.928)	(26.583)	(597.538)	(571.640)	(86.076)	(76.298)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(5.175.074)	(5.208.015)	(69.842)	(155.684)	(200.844)	(1.679.860)	(255.701)	(750.441)
Ajustes de avaliação patrimonial	131.525	62.813	(46.740)	156.077	(445.236)	2.689.119	(574.170)	903.089
Efeitos fiscais	(62.550)	(29.872)	21.033	(70.235)	200.356	(1.210.103)	259.714	(408.349)
Saldo final	(5.106.099)	(5.175.074)	(95.549)	(69.842)	(445.724)	(200.844)	(570.157)	(255.701)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

31/12/2025	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,45	17.076.362	16.794.198	16.478.812	311.823.117	362.172.489
Plano Informal (Previ)	5,43	114.338	106.223	98.375	952.892	1.271.828
Plano de Associados (Cassi)	8,73	1.069.360	1.047.213	1.025.912	29.803.043	32.945.528
Regulamento Geral (Economus)	7,32	769.129	761.624	752.989	13.602.578	15.886.320
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,32	5.048	5.256	5.475	134.381	150.160
Plus I e II (Economus)	9,59	54.824	56.600	58.277	2.238.814	2.408.515
Grupo B' (Economus)	6,50	26.655	26.285	25.863	360.936	439.739
Prevmais (Economus)	7,97	37.823	37.649	37.464	843.232	956.168
Multifuturo I (Fusesc)	7,52	9.360	9.298	9.226	179.232	207.116
Plano I (Fusesc)	6,21	54.849	53.350	51.742	657.427	817.368
Plano BEP (Prevbep)	7,68	8.426	8.367	8.298	166.270	191.361

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Renda fixa	140.057.720	116.962.255	7.117.660	7.126.005
Renda variável ¹	44.562.901	48.013.582	114.449	131.446
Investimentos imobiliários	10.857.658	10.641.243	198.082	206.842
Empréstimos e financiamentos	5.398.500	5.210.918	152.730	154.238
Outros	1.314.242	2.011.232	450.057	96.142
Total	202.191.021	182.839.230	8.032.978	7.714.673
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.734.652	8.776.283	19.794	19.027
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.192.927	1.225.023	30.249	32.032

1 - No plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.207.747 mil (R\$ 3.947.785 mil em 31/12/2024), referente a ativos não cotados em mercado ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de inflação (a.a.)	3,58%	3,80%	3,60%	3,89%	3,57%	3,78%	3,58%	3,80%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	10,70%	9,74%	10,86%	9,83%	10,62%	9,79%	10,72%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,73%	14,91%	--	--	--	--	13,72%	14,92%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

31/12/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor apurado - Previ	226.681.143	208.935.680	(214.204.323)	(212.150.678)	12.476.820	(3.214.998)
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(24.490.122)	(26.096.450)	--	--	(24.490.122)	(26.096.450)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	74.631.082	83.079.274	74.631.082	83.079.274
Valor apurado - Banco	202.191.021	182.839.230	(139.573.241)	(129.071.404)	62.617.780	53.767.826

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2025.

31/12/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.292.325)	2.367.881	2.102.774	(2.159.187)	466	(465)
Plano Informal (Previ)	(7.981)	8.185	15.845	(15.881)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(132.876)	137.369	106.207	(108.549)	518	(508)
Regulamento Geral (Economus)	(105.156)	108.481	97.584	(101.345)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.078)	1.113	(1.971)	2.007	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.524)	13.020	16.168	(15.985)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.990)	3.074	4.347	(4.500)	--	--
Prevmás (Economus)	(5.577)	5.767	1.884	(1.861)	706	(701)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.537)	1.606	884	(924)	156	(149)
Plano I (Fusesc)	(5.116)	5.742	7.774	(7.441)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.250)	1.292	938	(981)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Plano 1 (Previ)	32.521.474	31.308.890	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(669.317)	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.880.095)	(8.804.648)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(397.493)	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	12.236	11.481	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(604.845)	(607.913)
Grupo B' (Economus)	--	--	(205.185)	(204.985)
Prevmais (Economus)	194.876	188.701	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	96.584	93.519	--	--
Plano I (Fusesc)	138.007	133.578	--	--
Plano BEP (Prevbep)	39.597	38.324	--	--
Total	33.002.774	31.774.493	(10.756.935)	(10.715.698)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.367.543	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(162.244)	(161.891)
Atualização	375.936	380.822
Saldo final	12.581.235	12.244.956

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.507.896.921	2.507.081.668	2.364.436.124	2.358.614.695
Disponibilidades	23.946.939	23.946.939	19.737.849	19.737.849
Ativos financeiros	2.483.949.982	2.483.134.729	2.344.698.275	2.338.876.846
Depósitos no Banco Central do Brasil	118.584.591	118.584.591	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	298.301.396	299.367.277	189.483.316	189.915.180
Títulos e valores mobiliários	752.064.892	751.507.441	729.783.934	728.558.008
Instrumentos financeiros derivativos	6.360.961	6.360.961	4.657.484	4.657.484
Carteira de crédito	1.235.304.143	1.233.980.460	1.229.907.027	1.224.879.660
Outros ativos financeiros	73.333.999	73.333.999	70.850.381	70.850.381
Passivos financeiros	2.302.341.388	2.291.849.039	2.153.615.868	2.147.137.744
Recursos de clientes	934.977.009	933.726.411	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	863.572.857	854.331.106	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	303.892.571	303.892.571	331.537.120	331.537.120
Instrumentos financeiros derivativos	6.512.590	6.512.590	4.474.734	4.474.734
Outros passivos financeiros	193.386.361	193.386.361	192.627.318	192.627.318

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio, derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.



Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de default associada a cada instrumento como o spread do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/03/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	680.514.744	652.977.279	27.194.288	343.177
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	660.739.749	647.830.138	12.851.443	58.168
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	9.440.412	5.147.141	4.055.769	237.502
Instrumentos financeiros derivativos	6.360.961	--	6.360.961	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	3.926.115	--	3.926.115	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	47.507	--	--	47.507
Passivo	14.705.873	--	14.705.873	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.512.590	--	6.512.590	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	6.621.519	--	6.621.519	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.571.764	--	1.571.764	--

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	656.536.207	631.105.518	25.096.194	334.495
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	640.022.346	627.293.500	12.655.319	73.527
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.208.772	--	4.208.772	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.707.965	--	1.707.965	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/03/2026
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	212.286	25.194	--	--	--	22	237.502
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	73.527	(15.359)	--	--	--	--	58.168
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	(1.175)	--	--	--	--	47.507
Total	334.495	8.660	--	--	--	22	343.177



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A Análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

**Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária**

Fatores de risco / Exposição	31/03/2026			31/12/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(55.261)	(178.819)	(354.416)	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(2.919)	(5)	(10)	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(191.218)	(334.521)	(617.574)	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(336.767)	(367.549)	(766.469)	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	(586.165)	(880.894)	(1.738.469)	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.601.768)	(42.321.168)	(79.969.560)	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(14.778.044)	(27.411.914)	(58.652.549)	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(470.738)	(763.538)	(1.444.062)	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(6.029.582)	(689.743)	(1.403.502)	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	(34.880.132)	(71.186.363)	(141.469.673)	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e



- d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das MCL, visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31/03/2026						Total	Part %
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos			
Dep. prazo	2.277.036	14.422.251	8.128.533	244.257.295	4.259	269.089.374	13,7%	
LCA	3.352.542	15.544.054	14.810.691	160.194.015	--	193.901.302	9,9%	
LCI	636.489	1.941.655	2.192.295	11.422.562	--	16.193.001	0,8%	
Letras financeiras	--	--	21.899.643	3.037.153	--	24.936.796	1,3%	
Poupança	208.434.341	--	--	--	--	208.434.341	10,6%	
Dep. vista	74.278.950	--	--	--	--	74.278.950	3,8%	
Dep. judicial	306.436.257	--	--	--	--	306.436.257	15,7%	
Captações de tesouraria	29.627.426	17.589.188	10.052.110	9.341.909	5.788.507	72.399.140	3,7%	
Dep. prazo fixo	3.214.775	3.013.479	1.608.632	5.534.225	--	13.371.111	0,7%	
Outras captações comerciais	8.147.142	52.527	255.673	1.674.284	--	10.129.626	0,5%	
Captações comerciais ME	2.747.763	18.161.748	6.397.937	20.735.083	--	48.042.531	2,5%	
Compromissadas	691.736.505	16.070.137	432.380	12.394.904	--	720.633.926	36,8%	
Total	1.330.889.226	86.795.039	65.777.894	468.591.430	5.792.766	1.957.846.355	100,0%	

Passivo	31/12/2025					Total	Part %
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos		
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.



c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.



Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.645.351.864	1.535.295.821	1.689.105.773	1.572.718.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	297.064.540	187.012.603	298.301.396	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	73.421.362	72.460.534	82.166.235	82.477.888
Carteira de crédito	1.210.031.716	1.204.776.235	1.235.304.143	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	64.834.246	71.046.449	73.333.999	70.850.381
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	10.497.023	8.299.474	15.805.679	12.281.388
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.161.431	3.670.895	9.444.718	7.623.904
Derivativos	6.335.592	4.628.579	6.360.961	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo resultados abrangentes	651.719.641	631.890.239	660.933.620	640.160.840
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	248.087.625	247.613.948	254.839.983	251.332.405

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias
Contratadas com garantias	730.708.744	698.963.434	730.613.537	683.831.952	730.708.744	698.963.434	730.613.537	683.831.952
Produtor rural	380.910.810	354.059.752	375.201.060	342.926.821	380.910.810	354.059.752	375.201.060	342.926.821
Pessoa física	53.411.079	52.953.049	53.901.893	53.217.004	53.411.079	52.953.049	53.901.893	53.217.004
Financiamento de veículos	2.214.288	2.144.589	2.443.188	2.344.507	2.214.288	2.144.589	2.443.188	2.344.507
Financiamento imobiliário	44.019.618	43.967.377	44.736.541	44.506.971	44.019.618	43.967.377	44.736.541	44.506.971
Demais	7.177.173	6.841.083	6.722.164	6.365.526	7.177.173	6.841.083	6.722.164	6.365.526
Pessoa jurídica	296.386.855	291.950.633	301.510.584	287.688.127	296.386.855	291.950.633	301.510.584	287.688.127
Atacado	122.098.031	118.080.655	125.331.420	113.846.680	122.098.031	118.080.655	125.331.420	113.846.680
Varejo/MPE	174.288.824	173.869.978	176.179.164	173.841.447	174.288.824	173.869.978	176.179.164	173.841.447
Contratadas sem garantias	201.660.395	--	194.202.966	--	201.660.395	--	194.202.966	--
Contratadas com outros mitigadores	277.662.576	--	279.959.732	--	302.935.003	--	305.090.524	--
Total	1.210.031.715		1.204.776.235		1.235.304.142		1.229.907.027	



As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:



Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

ATIVO	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement - cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge agreement – securities⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund⁵	77%
Semoventes bovinos⁶	70%
Pledge Agreement - cash collateral⁷	70%
Demais garantias⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.



Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Bacen.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Mercado interno	1.172.638.271	1.164.210.171	1.172.590.173	1.164.472.166
Sudeste	459.236.003	462.927.894	459.217.166	463.032.072
Sul	198.712.033	196.191.748	198.703.882	196.235.899
Centro-Oeste	243.938.077	237.290.745	243.928.072	237.344.146
Nordeste	184.777.211	182.559.693	184.769.632	182.600.777
Norte	85.974.947	85.240.090	85.971.421	85.259.273
Mercado externo	37.393.445	40.566.064	62.713.969	65.434.861
Total do ativo	1.210.031.716	1.204.776.235	1.235.304.142	1.229.907.027

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Essa composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política específica de gerenciamento de riscos e capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de gestão e monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento do limite estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas comerciais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia comercial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.



O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.



Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).



Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não compõem o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/03/2026	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	195.560.128	204.528.805
Nível I	186.759.059	192.794.046
Capital Principal (CP)	159.266.959	165.281.946
Patrimônio líquido	186.993.930	184.878.402
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	5.345.382	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(37.172.353)	(31.714.530)
Capital Complementar	27.492.100	27.512.100
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.492.100	27.512.100
Nível II	8.801.069	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	8.801.069	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.374.409.168	1.351.829.024
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.093.993.824	1.090.837.455
Risco de Mercado (RWAMPAD)	48.292.418	40.709.562
Risco Operacional (RWAOPAD)	232.122.926	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	109.952.733	108.146.322
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	85.607.395	96.382.483
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,59%	14,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	11,59%	12,23%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	14,23%	15,13%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2026, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 30% (40% em 2025) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(17.817.337)	(17.165.731)
Ativos intangíveis	(11.663.989)	(11.970.240)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(5.288.987)	(864.385)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.689.539)	(1.073.292)
Participação de não controladores ²	(656.354)	(583.688)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(52.528)	(52.779)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(3.619)	(4.415)
Total	(37.172.353)	(31.714.530)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	31/03/2026	31/12/2025
Situação do limite de imobilização	21,69%	19,82%
Margem em relação ao limite de imobilização	55.366.654	61.723.580



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/03/2026
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	11,59%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,59%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	14,23%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	21,69%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31/03/2026, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, na modalidade perpétua, conforme definido em suas emissões, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:

- intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da quarta parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2025, remanescendo o saldo de R\$ 4,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	228.252.904	229.480.916	235.088.110	233.183.539
Compromissos de crédito	216.297.904	216.736.304	223.133.110	220.438.927
Não canceláveis	166.488.948	166.962.507	173.324.154	168.156.922
Canceláveis	49.808.956	49.773.797	49.808.956	52.282.005
Crédito a liberar	11.955.000	12.744.612	11.955.000	12.744.612
Não canceláveis	256.439	253.471	256.439	253.471
Canceláveis	11.698.561	12.491.141	11.698.561	12.491.141
Garantias prestadas	19.834.721	18.133.032	19.751.873	18.148.866
Créditos abertos para importação contratados	2.481.207	1.429.582	2.577.406	1.567.203
Créditos de exportação confirmados	174.942	186.005	178.852	186.535

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota Explicativa 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo							
	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	168.993	30.139	393.412	592.544	165.495	24.794	444.628	634.917
Compromissos de crédito e créditos a	140.637	22.329	505	163.471	137.921	15.985	460	154.366
Total	309.630	52.468	393.917	756.015	303.416	40.779	445.088	789.283

	Consolidado							
	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	169.117	30.159	393.412	592.688	165.621	24.577	444.628	634.826
Compromissos de crédito e créditos a	144.847	22.483	505	167.835	142.614	16.013	460	159.087
Total	313.964	52.642	393.917	760.523	308.235	40.590	445.088	793.913

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração do Resultado.

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	Outros	31/03/2026	31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	Outros	31/03/2026
Garantias financeiras prestadas	634.917	(42.569)	196	592.544	634.826	(42.450)	312	592.688
Compromissos de crédito e créditos a liberar	154.366	9.204	(99)	163.471	159.087	8.868	(120)	167.835
Total	789.283	(33.365)	97	756.015	793.913	(33.582)	192	760.523



32 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	501.250.945	490.804.697	466.906.681	453.427.816
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	25.556.238	25.218.767	28.984.986	28.805.774
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	--	--	32.292	29.832
Total	526.807.183	516.023.464	495.923.959	482.263.422

1 – Inclui o saldo de R\$ 23.356.247 mil (R\$ 26.398.785 mil em 31/12/2025) referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação¹				
Ativos financeiros transferidos	85.064	85.064	89.098	89.098
Passivos financeiros associados	85.163	85.163	89.197	89.197
Posição líquida	(99)	(99)	(99)	(99)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

**Venda com compromisso de recompra**

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Resultado recorrente	3.090.004	6.772.065
Resultado não recorrente	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

31/03/2026	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	21.464.374	--	21.464.374	23.946.939	--	23.946.939
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	8.553.028	1.941.554	10.494.582	13.859.819	1.941.554	15.801.373
Títulos e valores mobiliários	4.158.990	--	4.158.990	9.440.412	--	9.440.412
Instrumentos financeiros derivativos	4.394.038	1.941.554	6.335.592	4.419.407	1.941.554	6.360.961
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	6.971.349	644.742.951	651.714.300	10.356.306	650.383.443	660.739.749
Títulos e valores mobiliários	6.971.349	644.742.951	651.714.300	10.356.306	650.383.443	660.739.749
Ativos financeiros ao custo amortizado	930.467.291	833.432.141	1.763.899.432	956.153.192	851.255.668	1.807.408.860
Depósitos no Banco Central do Brasil	118.584.591	--	118.584.591	118.584.591	--	118.584.591
Aplicações interfinanceiras de liquidez	294.823.869	2.240.671	297.064.540	296.893.062	1.408.334	298.301.396
Títulos e valores mobiliários	48.003.136	25.381.203	73.384.339	54.215.519	27.669.212	81.884.731
Carteira de crédito	439.485.637	770.546.079	1.210.031.716	451.107.917	784.196.226	1.235.304.143
Outros ativos financeiros	29.570.058	35.264.188	64.834.246	35.352.103	37.981.896	73.333.999
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(40.550.817)	(62.368.205)	(102.919.022)	(41.063.929)	(62.984.628)	(104.048.557)
Carteira de crédito	(35.570.732)	(62.365.833)	(97.936.565)	(36.062.381)	(62.690.062)	(98.752.443)
Demais ativos financeiros	(4.980.085)	(2.372)	(4.982.457)	(5.001.548)	(294.566)	(5.296.114)
Ativos fiscais	40.147.251	59.955.656	100.102.907	42.657.756	61.469.639	104.127.395
Correntes	10.054.059	--	10.054.059	11.093.424	--	11.093.424
Diferidos (créditos tributários)	30.093.192	59.955.656	90.048.848	31.564.332	61.469.639	93.033.971
Investimentos	--	44.738.999	44.738.999	--	20.453.000	20.453.000
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	44.627.127	44.627.127	--	20.311.356	20.311.356
Outros investimentos	--	144.127	144.127	--	144.127	144.127
Perdas por redução ao valor	--	(32.255)	(32.255)	--	(2.483)	(2.483)
Imobilizado	--	17.523.537	17.523.537	--	18.073.325	18.073.325
Imobilizações de uso	--	28.102.153	28.102.153	--	28.738.462	28.738.462
Direito de uso	--	4.548.280	4.548.280	--	4.853.755	4.853.755
Depreciação acumulada	--	(15.104.232)	(15.104.232)	--	(15.493.445)	(15.493.445)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	11.646.690	11.646.690	--	11.729.401	11.729.401
Ativos intangíveis	--	22.582.599	22.582.599	--	23.160.653	23.160.653
Amortização acumulada	--	(10.896.376)	(10.896.376)	--	(11.361.828)	(11.361.828)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	12.236.235	33.093.574	45.329.809	14.618.561	33.343.708	47.962.269
Total do ativo	979.288.711	1.584.706.897	2.563.995.608	1.020.528.644	1.585.665.110	2.606.193.754
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	4.440.285	2.055.863	6.496.148	4.456.727	2.055.863	6.512.590
Instrumentos financeiros derivativos	4.440.285	2.055.863	6.496.148	4.456.727	2.055.863	6.512.590
Passivos financeiros ao custo	1.660.134.742	616.482.463	2.276.617.205	1.682.070.529	613.758.269	2.295.828.798
Recursos de clientes	636.482.680	260.990.739	897.473.419	672.868.975	262.108.034	934.977.009
Recursos de instituições financeiras	824.827.102	59.578.056	884.405.158	808.376.921	55.195.936	863.572.857
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	71.405.507	228.331.714	299.737.221	72.508.230	231.384.341	303.892.571
Outros passivos financeiros	127.419.453	67.581.954	195.001.407	128.316.403	65.069.958	193.386.361
Provisões	11.840.907	24.755.435	36.596.342	12.507.241	25.140.219	37.647.460
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.884.998	21.644.875	30.529.873	9.007.745	21.943.900	30.951.645
Outras provisões	2.955.909	3.110.560	6.066.469	3.499.496	3.196.319	6.695.815
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	309.630	446.385	756.015	313.964	446.559	760.523
Passivos fiscais	4.957.847	12.352.274	17.310.121	7.475.813	12.602.592	20.078.405
Correntes	1.710.558	--	1.710.558	4.216.882	--	4.216.882
Diferidos	3.247.289	12.352.274	15.599.563	3.258.931	12.602.592	15.861.523
Outros passivos	15.930.980	23.768.522	39.699.502	20.932.479	29.493.575	50.426.054
Total do passivo	1.697.614.391	679.860.942	2.377.475.333	1.727.756.753	683.497.077	2.411.253.830
Patrimônio líquido	--	186.520.275	186.520.275	--	194.939.924	194.939.924
Total do passivo e patrimônio líquido	1.697.614.391	866.381.217	2.563.995.608	1.727.756.753	878.437.001	2.606.193.754



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	17.192.762	--	17.192.762	19.737.849	--	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.616.204	1.681.548	8.297.752	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	3.669.173	--	3.669.173	7.620.302	--	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	2.947.031	1.681.548	4.628.579	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado	821.384.110	833.890.013	1.655.274.123	839.171.058	853.227.085	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133	120.016.133	--	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.613.389	2.399.214	187.012.603	187.716.049	1.767.267	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	38.332.004	34.090.699	72.422.703	46.515.950	35.625.336	82.141.286
Carteira de crédito	445.795.320	758.980.915	1.204.776.235	457.294.227	772.612.800	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	32.627.264	38.419.185	71.046.449	27.628.699	43.221.682	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(41.030.130)	(61.746.406)	(102.776.536)	(41.518.436)	(62.272.055)	(103.790.491)
Carteira de crédito	(36.264.048)	(61.740.711)	(98.004.759)	(36.712.231)	(62.026.454)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	(4.766.082)	(5.695)	(4.771.777)	(4.806.205)	(245.601)	(5.051.806)
Ativos fiscais	37.951.433	59.468.047	97.419.480	39.585.687	61.491.319	101.077.006
Correntes	11.548.781	--	11.548.781	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	26.402.652	59.468.047	85.870.699	27.457.980	61.210.570	88.668.550
Investimentos	--	41.173.368	41.173.368	--	20.526.343	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.064.231	41.064.231	--	20.388.708	20.388.708
Outros investimentos	--	143.790	143.790	--	143.790	143.790
Perdas por redução ao valor	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.155)	(6.155)
Imobilizado	--	16.967.411	16.967.411	--	17.521.224	17.521.224
Imobilizações de uso	--	27.335.964	27.335.964	--	27.959.857	27.959.857
Direito de uso	--	4.377.166	4.377.166	--	4.680.985	4.680.985
Depreciação acumulada	--	(14.723.055)	(14.723.055)	--	(15.094.171)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	11.953.028	11.953.028	--	12.034.747	12.034.747
Ativos intangíveis	--	22.251.907	22.251.907	--	22.811.545	22.811.545
Amortização acumulada	--	(10.259.346)	(10.259.346)	--	(10.707.374)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	5.538.273	31.850.671	37.388.944	7.742.415	32.073.340	39.815.755
Total do ativo	861.411.685	1.553.363.621	2.414.775.306	891.553.755	1.560.066.953	2.451.620.708
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Passivos financeiros ao custo	1.514.546.837	621.232.834	2.135.779.671	1.530.828.891	618.312.243	2.149.141.134
Recursos de clientes	617.998.627	242.649.693	860.648.320	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	691.452.706	63.601.356	755.054.062	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75.731.233	250.951.151	326.682.384	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	129.364.271	64.030.634	193.394.905	131.570.200	61.057.118	192.627.318
Provisões	13.691.965	22.356.660	36.048.625	14.394.005	22.804.746	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.930.895	20.525.096	29.455.991	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	4.761.070	1.831.564	6.592.634	5.331.581	1.977.370	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	303.416	485.867	789.283	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	3.757.498	12.472.759	16.230.257	8.479.712	12.700.101	21.179.813
Correntes	1.721.395	--	1.721.395	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	2.036.103	12.472.759	14.508.862	2.054.303	12.700.101	14.754.404
Outros passivos	14.333.449	22.529.514	36.862.963	18.560.781	28.166.287	46.727.068
Total do passivo	1.549.942.007	680.245.541	2.230.187.548	1.575.878.451	683.636.962	2.259.515.413
Patrimônio líquido	--	184.587.758	184.587.758	--	192.105.295	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido	1.549.942.007	864.833.299	2.414.775.306	1.575.878.451	875.742.257	2.451.620.708



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

35 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio Administrado	1.275	1.267	1.896.024.487	1.782.896.415
Fundos de investimentos	1.269	1.261	1.880.082.298	1.766.734.332
Carteiras administradas	6	6	15.942.189	16.162.083

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Grupo BB	57.694.568	62.116.604	56.584.542	61.233.426
Terceiros	111.782.203	109.830.719	165.561.381	161.788.093
Total do ativo	169.476.771	171.947.323	222.145.923	223.021.519
Passivo				
Grupo BB	39.028.099	33.974.110	37.640.740	32.495.716
Terceiros	119.216.522	126.104.697	163.237.942	169.188.574
Patrimônio líquido	11.232.150	11.868.516	21.267.241	21.337.229
Atribuível à controladora	11.232.150	11.868.516	20.057.001	20.260.537
Participação dos não controladores	--	--	1.210.240	1.076.692
Total do passivo	169.476.771	171.947.323	222.145.923	223.021.519

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Lucro líquido	497.670	634.274	1.253.722	1.459.372
Atribuível à controladora	497.670	634.274	1.130.132	1.316.642
Participações dos não controladores	--	--	123.590	142.730

c) Recursos de consórcios

	31/03/2026	31/12/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.170.595	1.157.049
Obrigações do grupo por contribuições	81.396.047	79.878.378
Consoiciados - bens a contemplar	74.152.228	73.289.786
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	416	428
Quantidade de consorciados ativos	1.807.674	1.791.702
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	253.811	250.625
	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	63.467	74.166



d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Trimestre/2026		1º Trimestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	221	14.689	219	13.965
Outros órgãos/entidades	8	1.584	8	1.535
Sem ônus para o Banco²				
Governos Federal, Estadual e Municipal	244	--	226	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	598	--	596	--
Entidades dos funcionários	70	--	72	--
Entidades controladas e coligadas	858	--	811	--
Total	1.999	16.273	1.932	15.500

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º Trimestre/2026, o Banco foi ressarcido em R\$ 211.153 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/03/2026	31/12/2025
Menor Salário	4.189	4.189
Maior Salário	70.090	70.090
Salário Médio	13.341	13.033
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.434	6.360
Presidente	90.186	90.186
Vice-presidente	80.723	80.723
Diretor	68.414	68.414
Comitê de Auditoria - Titular	61.573	61.573
Comitê de Riscos e de Capital	61.573	61.573
Conselho Fiscal	7.847	7.847
Conselho de Administração	7.847	7.847

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/03/2026

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	1.037.519	7.340

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



g) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 31 de março de 2026, o saldo das operações contratadas era de R\$ 37.904.160 mill (R\$ 22.556.901 mil em 31/12/2025)

h) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduz no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global (Pilar 2), alinhado às Regras GloBE da OCDE, aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira adaptou conceitos da legislação internacional, incorporando elementos próprios das Regras GloBE que divergem de práticas tradicionais do sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE e o tratamento do imposto de renda diferido nos tributos abrangidos.

A Administração tem acompanhado a regulamentação vigente no Brasil e no exterior e vem adequando processos internos e sistemas para atendimento às exigências do Pilar 2 nas jurisdições em que o Banco e suas controladas operam.

O Banco continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas influenciadas pelo cenário geopolítico internacional, que podem afetar a implementação global do Pilar 2.

Até a presente data, não foram identificados impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis, permanecendo a Administração avaliando eventuais efeitos conforme novas orientações sejam emitidas.

i) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



36 – Eventos subsequentes

a) Captação internacional sustentável de dívida sênior

O Banco realizou captação internacional sustentável de dívida sênior (nature bond), no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em outubro de 2031. A operação foi precificada em 16 de abril de 2026, com liquidação financeira em 23 de abril de 2026.

A emissão está alinhada ao Framework de Finanças Sustentáveis e os recursos captados serão destinados ao financiamento de iniciativas ambientalmente sustentáveis, em conformidade com os critérios estabelecidos nesse framework.

Os valores serão reconhecidos nas demonstrações contábeis a partir da data de sua liquidação, de forma prospectiva.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”) em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 31 de março de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data, e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data em 12 de maio de 2026.

Brasília, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2026 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 11 de maio de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 11 de maio de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
 Carla Nesi
 Felipe Guimarães Geissler Prince
 Francisco Augusto Lassalvia
 Gilson Alceu Bittencourt
 José Ricardo Sasseron
 Marco Geovanne Tobias da Silva
 Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
 Alberto Martinhago Vieira
 Alexandre Bocchetti Nunes
 Antonio Carlos Wagner Chiarello
 Bárbara dos Santos Lopes Freitas
 Bruno Alves do Nascimento
 Carlos Eduardo Guedes Pinto
 Euler Antonio Luz Mathias
 João Vagnes de Moura Silva
 José Salvador Constantino Zarcos Filho
 Julio César Vezzaro
 Kamillo Tononi Oliveira Silva
 Larissa da Silva Novais Vieira
 Luciano Matarazzo Regno
 Marcelo Henrique Gomes da Silva
 Mariana Pires Dias
 Neudson Peres de Freitas
 Paula Sayão Carvalho Araujo
 Pedro Bramont
 Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Rafael Machado Giovanella
 Rodrigo Costa Vasconcelos
 Rodrigo Mulinari
 Rosiane Barbosa Laviola

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
 Elisa Vieira Leonel
 Fábio Franco Barbosa Fernandes
 Fernando Florêncio Campos
 Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
 Selma Cristina Alves Siqueira
 Tarciana Paula Gomes Medeiros
 Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
 Bernard Appy
 João Vicente Silva Machado
 José Pedro Bastos Neves
 Paulo Moreira Marques

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
 Egídio Otmar Ames
 Fernando Florêncio Campos
 Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Contador Geral
 Contador CRC-DF 023407/O-3
 CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
 Contadora CRC-DF 023877/O-0
 CPF 017.576.901-07